

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

KLÍTIA LOUREIRO

**O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA DA
AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO: OS ÍNDIOS
TUPINIKIN E GUARANI MBYA E A EMPRESA
ARACRUZ CELULOSE S/A (1967–1983)**

**VITÓRIA
2006**

KLÍTIA LOUREIRO

**O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA DA
AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO: OS ÍNDIOS
TUPINIKIN E GUARANI MBYA E A EMPRESA
ARACRUZ CELULOSE S/A (1967–1983)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História, na Área de Concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vânia Maria Losada Moreira.

**VITÓRIA
2006**

KLÍTIA LOUREIRO

**O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA DA
AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO: OS ÍNDIOS
TUPINIKIN E GUARANI MBYA E A EMPRESA
ARACRUZ CELULOSE S/A (1967–1983)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História, na Área de Concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 31 de março de 2006.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vânia Maria Losada Moreira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Antônio Carlos Amador Gil
Universidade Federal do Espírito Santo
Co-orientador

Prof.^a Dr.^a Celeste Cicarone
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Izabel Missagia de Mattos
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

A Thiago, meu filho, minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, sempre prontos a me dar apoio, fosse esse de qualquer natureza.

Ao meu irmão Robson.

À Professora Vânia Maria Losada Moreira, pela paciência e lucidez com que se dedicou como orientadora e amiga.

À Professora Celeste Ciccarone e ao Professor Sandro José da Silva, por gentilmente me cederem boa parte da documentação essencial para a realização desta pesquisa.

Ao Professor Tom Gil, pelo amparo e pelo estímulo.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, forneceram os fundamentos intelectuais e afetivos necessários para que eu pudesse transformar uma necessidade pessoal em um imperativo social.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo [...] o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo dos historiadores convencidos de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin

RESUMO

Demonstra que a implantação da empresa Aracruz Celulose S/A (1972) no município de Aracruz, litoral norte do estado do Espírito Santo, é resultado de uma política agrária em consonância com o projeto dos generais-presidentes ao longo da ditadura militar no Brasil, uma vez que as decisões sobre a questão da terra se concentravam em seus gabinetes e que os militares golpistas não só incentivavam os grandes projetos de investimentos agroindustriais, como também impediam a maior participação da sociedade brasileira na discussão sobre as conseqüências desses empreendimentos. Esclarece que a instalação da Aracruz Celulose é resultante de fatores relacionados à dinâmica capitalista internacional, nacional e estadual: em âmbito internacional, por ser este um contexto favorável, devido à expansão acelerada do comércio internacional e da disponibilidade de capitais para investimento e financiamento; em âmbito nacional, porque os incentivos estatais à modernização da agricultura no período entre 1960 e 1980 provocaram mudanças estruturais no setor; em âmbito estadual, porque a política fundiária dos governos militares veio ao encontro dos interesses da elite local, que, para promover a diversificação e/ou industrialização da economia estadual, até então demasiadamente dependente da cultura do café, não poupou esforços para atingir seus objetivos. Destaca que a instalação da Aracruz Celulose no município de Aracruz não só alterou significativamente o padrão de posse e de uso da terra, como também atingiu sobremaneira as populações preexistentes (comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, pequenos agricultores, posseiros). À luz desses acontecimentos, busca analisar o desenvolvimento da luta pelo reconhecimento étnico dos índios Tupinikin e do conflito pela posse das terras indígenas Tupinikin e Guarani Mbya, desencadeados pela implantação da indústria de celulose no município de Aracruz, entre os anos de 1967 a 1983.

Palavras-chave: Aracruz Celulose; Posse de terras indígenas - conflitos; Identidade étnica.

ABSTRACT

This study demonstrates that the establishment of Aracruz Celulose Company in Aracruz municipality, North region of Espírito Santo state, was the result of agrarian politics of Brazilian military dictatorship post-1964. Since its origin there have been several conflicts involving indigenous people versus enterprise and its allies. However, all the political decisions about land conflict were under military control. They developed and stimulated many projects of agricultural investment but, at the same time, they avoided any participation of Brazilian society in the discussion about the effects of these plans. The research points out that the installation of the Aracruz Celulose is related to the international, national and regional capitalist dynamic: at international level, due to the fast expansion of foreign trade and the availability of capital for investments and financings; at national level, because the state incentives to agriculture modernization between 1960 and 1980 provoked structural changes in the sector; at regional level, because the military agriculture politics were in accord with the local elite interests that spared no efforts to promote the diversification and/or industrialization of state economy which was still very dependent on the coffee culture until then. The research also indicates that the installation of the Aracruz Celulose in the Aracruz municipality not only changed the possession and the use of the land, but also affected the native population (indigenous community, peasants, ex-slaves, etc.). In the light of these events, it analyses the development of the struggle for *ethnic identity* recognition of Tupinikin indigenous group and the land conflict in the Brazilian state of Espírito Santo between the 1967's and 1983, caused by the establishment of Aracruz Celulose Company in 1972.

Keywords: Aracruz Celulose; Indigenous land conflict; Ethnic identity.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Preço médio e exportação do café no Espírito Santo – 1945/1970	34
TABELA 2 – Número de cafeeiros plantados no Espírito Santo – 1940/1970	35
TABELA 3 – Percentual da população cafeeira e da área cultivada com café atingido pela erradicação no Brasil – 1961	38
TABELA 4 – Participação relativa por estado no programa de erradicação dos cafezais	38
TABELA 5 – População total, rural e urbana no Espírito Santo – 1940/1980	40
TABELA 6 – Aplicação de recursos no programa de diversificação econômica das regiões cafeeiras no Espírito Santo – 1967/1970	41
TABELA 7 – Aplicação de recursos do IBC/GERCA no programa de diversificação econômica em projetos agroindustriais no Espírito Santo – 1967/1970	42
TABELA 8 – Investimento e número de empregos diretos dos Grandes Projetos	67
TABELA 9 – Áreas eleitas para criação da Reserva Indígena	166

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional n.º 5
Arena	Aliança Renovadora Nacional
Anpuh-ES	Associação Nacional de História do Espírito Santo
Arcel	Aracruz Celulose
Arflo	Aracruz Florestal S/A
Bandes	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
Banestes	Banco do Estado do Espírito Santo
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDOC	Centro de Documentação
CEF	Caixa Econômica Federal
Cesan	Companhia Espírito-Santense de Saneamento
Cimi	Conselho Missionário Indigenista
CNBB	Comissão Nacional dos Bispos do Brasil
Codes	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo
Cofavi	Companhia Ferro e Aço de Vitória S/A
Cohab-ES	Cooperativa Habitacional do Espírito Santo
COT	Comando de Operações Táticas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão S/A
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce S/A
DAF	Departamento de Assuntos Fundiários
DER-ES	Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo
Detran-ES	Departamento de Trânsito do Espírito Santo
DGPC	Departamento Geral de Planejamento Comunitário
DGPI	Diretoria Geral de Patrimônio Indígena
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DPI	Departamento de Patrimônio Indígena
Ecotec	Economia e Engenharia Industrial
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
Emcatur	Empresa Capixaba de Turismo
Escelsa	Espírito Santo Centrais Elétricas S/A
FAO	Organização das nações unidas para a alimentação e a agricultura
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial
Fiset	Fundo de Investimentos Setoriais
Funai	Fundação Nacional do Índio
Fundap	Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias
Funres	Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
Gerca	Grupo de Recuperação Econômica da Cafeicultura
Geres	Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
GPIs	Grandes Projetos de Investimentos
GT	Grupo Técnico
Ibad	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibra	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
Incra	Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária
Ipes	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NEP/DE	Núcleo de Estudos e Pesquisas / Departamento de Economia
PEA	População Economicamente Ativa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPC	Programa Nacional de Papel e Celulose
Pró-Álcool	Programa Nacional de Álcool
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Setraps	Secretaria do Trabalho e Promoção Social
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPU	Serviço de Patrimônio da União
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
	CAPÍTULO I	32
1	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPIXABA: O ESTADO E OS AGENTES POLÍTICOS LOCAIS.....	32
1.1	O COLAPSO DA CAFEICULTURA DOS ANOS DE 1960 E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E/OU DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA CAPIXABA.....	33
1.2	O PAPEL DO ESTADO E A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA DA AGRICULTURA	48
1.3	ARTHUR CARLOS GERHARDT SANTOS E SUA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA	56
	CAPÍTULO II	69
2	GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTOS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO LITORAL NORTE DO ESPÍRITO SANTO.....	69
2.1	GPIs: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	69
2.2	A PRODUÇÃO DE CELULOSE NO BRASIL E NO MUNDO	73
2.3	OS ÍNDIOS TUPINIKIN E GUARANI MBYA E A ARACRUZ CELULOSE S/A: UM CONFLITO DESIGUAL	82
2.3.1	O Norte do Espírito Santo: Um Breve Panorama	82
2.3.2	A Implantação da Aracruz Celulose no Litoral Norte do Espírito Santo	92
2.3.3	A Ocupação das Terras Indígenas	102
2.3.4	A Chegada da Funai: A Transferência dos Guarani Mbya e Tupinikin.....	115
	CAPÍTULO III	127
3	A AFIRMAÇÃO ÉTNICA E A LUTA PELAS TERRAS INDÍGENAS TUPINIKIN E GUARANI MBYA NO LITORAL NORTE DO ESPÍRITO SANTO.....	128
3.1	<i>TUPI OR NOT TUPI: EIS A QUESTÃO</i>	133

3.2	NEM RESSURGIDOS, NEM EMERGENTES: POVOS RESISTENTES	146
3.3	<i>HÁ TERRAS DE MAIS PARA ÍNDIOS: A IDENTIFICAÇÃO, A AUTODEMARCAÇÃO E A HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS</i>	157
3.4	<i>NOSSA TERRA: NOSSA LIBERDADE</i>	162
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
5	BIBLIOGRAFIA	186
5.1	REFERÊNCIAS	186
5.2	OUTRAS FONTES CONSULTADAS.....	191

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

L892p Loureiro, Klítia, 1970-
O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo : os índios Tupiniquim e Guarani M'bya e a empresa Aracruz Celulose S.A. / Klítia Loureiro. – 2006.
192. : il.

Orientadora: Vânia Maria Losada Moreira.

Co-Orientador: Antônio Carlos Amador Gil.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Aracruz Celulose (Firma). 2. Índios Guarani - Posse da terra - Espírito Santo (Estado). 3. Índios Tupinikin - Posse da terra - Espírito Santo (Estado). 4. Identidade étnica. I. Moreira, Vânia Maria Losada. II. Gil, Antonio Carlos Amador, 1962-. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93

CAPÍTULO I

1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPIXABA: O ESTADO E OS AGENTES POLÍTICOS LOCAIS

Discutir o projeto de modernização da agricultura no Espírito Santo e, conseqüentemente, a implantação dos Grandes Projetos em território capixaba requer, a nosso ver, resgatar, mesmo que em linhas gerais, o impacto da crise cafeeira dos anos de 1960 sobre a economia do Estado. Essa crise é considerada por vários autores, entre eles Bittencourt (1987), Rocha e Morandi (1991), Valadão (1999), o marco inicial da implantação do projeto modernizante e das relações capitalistas no Espírito Santo, ou seja, a partir dela a economia capixaba mudou seu perfil: passou de um perfil de dominância do setor primário para o de dominância do setor industrial. Daí a importância de iniciarmos nossa análise pela crise da cafeicultura.

Extremamente dependente da monocultura do café, o Espírito Santo foi o estado que mais sofreu com o Programa de Erradicação dos Cafezais Improdutivos, implementado pelo Governo Federal nos anos de 1960, cujos reflexos – êxodo rural, redução da renda e do emprego, entre outros – na economia capixaba foram bastante profundos.

Considera-se, no entanto, que a crise da cafeicultura capixaba nos anos de 1960, por si só não foi determinante na escolha do projeto industrializante que se consolidou no Estado a partir de 1970. Entendemos, desse modo, que a consolidação do projeto de modernização e/ou diversificação da economia capixaba deva considerar tanto os fatores endógenos, como a ação dos agentes políticos locais, quanto os fatores exógenos, como, por exemplo, as transformações e o aprofundamento do processo nacional de modernização da agricultura, implementado principalmente a partir do movimento político-militar de 1964, mais especificamente a partir da implantação do II PND.

Para a elaboração deste capítulo buscamos apoio em fontes secundárias, documentos oficiais, estudos realizados por instituições de planejamento do Estado e documentos do Projeto Espírito Santo Século XXI.

1.1 O COLAPSO DA CAFEICULTURA DOS ANOS DE 1960 E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E/OU DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA CAPIXABA

A expansão da atividade cafeeira iniciada no Estado a partir de meados do século XIX foi *responsável* pela ocupação do solo capixaba e pela expansão das atividades agrícolas e de suas fronteiras rumo ao interior, provocando consideráveis transformações no contexto territorial, econômico e social do Espírito Santo.

Contudo, a cultura do café não conseguiu tirar o Estado de seu papel marginal, como aconteceu com o estado de São Paulo, que se tornou uma grande província exportadora desse produto.

Introduzida na região sul do Espírito Santo por fluminenses e mineiros que penetravam pelo interior, até então dominado pelos indígenas, a cultura do café expandiu-se para a região central e norte.

No início dos anos de 1960, a cafeicultura, que até então se constituía na principal atividade econômica do Estado, entrou em crise. Isso ocorreu devido ao crescimento tanto dos preços internacionais como do plantio do produto nas décadas de 1940 e 1950, que fomentou uma forte expansão da cafeicultura no Estado. Todavia, esse “surto” expansionista não se circunscreveu aos limites geográficos do Espírito Santo, atingindo também as demais regiões cafeeiras do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, entre outras). Nesse período, os preços médios de exportação do café passaram de US\$ 16,18 por saca de 60kg, em 1945, para US\$ 58,34 e US\$ 86,83, respectivamente, em 1950 e 1954, estimulando a expansão do plantio de novas

lavouras e elevando o número de cafeeiros, de 257,2 milhões de pés, em 1940, para 359,2 e 447,6 milhões, em 1950 e 1960 respectivamente (Tabelas 1 e 2).

Assim, entre 1940 e 1960, houve um crescimento de 74% sobre o número total de cafeeiros. A produção também expressou grande expansão, em decorrência da qual as safras médias aumentaram em 1,5 milhão de sacas no triênio 1942-44, correspondendo a um crescimento de 53%.¹

TABELA 1
Preço médio e exportação do café no Espírito Santo – 1945/1970
(US\$/Saca de 60kg)

Anos	Preço	Anos	Preço
1945	16,18	1958	53,36
1946	22,41	1959	41,98
1947	28,17	1960	42,37
1948	28,05	1961	41,86
1949	32,61	1962	39,24
1950	58,34	1963	38,27
1951	62,79	1964	50,83
1952	66,07	1965	52,40
1953	70,05	1966	45,41
1954	86,83	1967	42,29
1955	61,61	1968	41,88
1956	61,27	1969	43,11
1957	59,05	1970	57,46

Fonte: FRAGA et al., 1987, p. 35.

TABELA 2

¹ FRAGA, Augusto Cesar Gobbi; PIMENTA, José C. Rodrigues; SILVA, Osmar da C. da **Desempenho dos setores produtivos**. Vitória, 1987, p. 35. (Espírito Santo Século XXI – Níveis de Produção – NP 01). Mimeografado.

Número de cafeeiros plantados no Espírito Santo – 1940/1970

NÚMERO DE CAFEIROS PLANTADOS			
ANOS	TOTAL	EM PRODUÇÃO	NOVOS
1940	257.272.755	212.997.130	44.275.625
1950	359.238.103	247.146.122	85.092.476
1960	447.645.103	360.431.122	87.213.981
1970	234.845.114	202.613.200	32.231.914

Fonte: UFES, 1986, p. 30.²

Entretanto, a partir de 1955, devido à elevação da oferta de café no mercado internacional, os preços externos passaram a declinar de forma progressiva, configurando-se no País e, conseqüentemente, no Espírito Santo, uma crise de superprodução que comprometeu as condições de lucratividade da cafeicultura nacional e estadual.

A essa época, o café constituía-se não apenas no principal componente da renda interna do Estado, como também na principal absorvedora de mão-de-obra e na mais importante fonte de receita tributária para o Governo Estadual. A crise de superprodução e de preços, sobre a qual a cafeicultura capixaba teve pequena responsabilidade, pois representava pouco mais de 10% da produção nacional, afetou profundamente toda a economia estadual que, até então, tinha como base a monocultura do café.

Em 1960, 68,1% da População Economicamente Ativa (PEA) estadual encontrava-se empregada no setor agrícola. A lavoura cafeeira era responsável pelo emprego de aproximadamente 80% da população nesse setor. Nesse mesmo ano, verificou-se que 22,06% da renda interna estadual eram gerados diretamente pelo café, um percentual que já se encontrava bastante reduzido

² UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Economia. Núcleo de Estudos e Pesquisas. Antecedentes e evolução recente da economia capixaba. Vitória: NEP/DE, 1986. Mimeografado.

devido à queda dos preços do produto, ocorrida a partir de 1955. Em 1950, essa participação fora bem mais acentuada, tendo atingido o percentual de 32,4%.³

Desse modo, a crise da cafeicultura afetou de forma *sui generis* a economia capixaba, cuja estrutura produtiva se baseava na pequena produção familiar, que representava parte fundamental dos itens básicos de alimentação.

De acordo com Rocha e Morandi, em uma economia capitalista como a de São Paulo, por exemplo, deveria ocorrer intenso processo de substituição de culturas quando a lucratividade da cafeicultura atingisse um nível significativamente baixo, capaz de tornar essa atividade antieconômica. Todavia, ao contrário do que ocorria em São Paulo, no Espírito Santo a tendência era que se preservasse a capacidade produtiva do café, uma vez que, apesar do baixo preço, esse produto representava quase que a única fonte de renda para os cafeicultores. Em contrapartida, a unidade produtora dependia muito pouco do café para a sua subsistência, que representava a parte fundamental dos produtos necessários para sua alimentação.⁴ No Espírito Santo,

As unidades produtoras, a despeito da brutal redução do nível de renda advinda da queda dos preços do café, mantinham a lavoura cafeeira e reforçavam a produção de subsistência de forma a compensar a redução da compra de determinados produtos no mercado. Assim, as unidades produtoras tornavam-se ainda mais auto-suficientes, os fluxos de comércio se reduziam e o processo de acumulação estagnava.⁵

A economia capixaba apresentava-se resistente à crise de superprodução e preços e à desestruturação de sua base produtiva. Entendia-se, assim, que, “[...] não havendo interferências externas, ocorresse apenas uma queda da renda interna estadual que resultaria em retardamento do processo de acumulação”.⁶

Devido aos fortes impactos sobre a economia nacional e sobre o balanço de pagamentos, em outubro de 1961, o Governo Federal criou o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura (Gerca), cuja finalidade era planejar a produção cafeeira de forma a evitar as supersafras. Em 1962 foi elaborado o

³ ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)**. Vitória, ES: FCAA, 1991. p. 47 – 48.

⁴ *Ibid.*, p. 50.

⁵ *Ibid.*, p. 20.

⁶ *Ibid.*, p. 50.

Plano Diretor do Gerca, composto de três diretrizes básicas: 1) promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos; 2) diversificação agrícola das áreas erradicadas por outras culturas; 3) renovação de parcela da cafeicultura existente.⁷

Entre essas três diretrizes, a promoção da erradicação dos cafezais foi a mais bem sucedida, transformando-se na “chave mestra” da nova política cafeeira. Quanto às demais diretrizes, podemos dizer que não chegaram a ter conseqüências significativas.

Constituindo-se em uma interferência de caráter exógeno na realidade local, a política de erradicação dos cafezais improdutivos alterou não somente os efeitos da crise, mas também a própria estrutura produtiva da economia estadual.

Implementado em duas fases – a primeira, no período de julho de 1962 a julho de 1966, durante o qual foram erradicados 723,5 milhões de pés, e a segunda, de agosto de 1962 a maio de 1967, quando foram erradicados 656 milhões de pés –, o programa de erradicação atingiu todas as regiões produtoras do País. No entanto, algumas delas tiveram, proporcionalmente, um maior número de pés erradicados, como foi o caso do Espírito Santo. No Espírito Santo, foram erradicados 53,8% dos cafezais que ocupavam 71% da área total cultivada com café; nos demais estados produtores – Minas Gerais, São Paulo, Paraná, entre outros – essa proporção foi, respectivamente, de 33,26%, 26,0% e 28,4% dos cafeeiros e 41,2%, 26,5% e 19,8% das áreas cultivadas (Tabela 3).⁸

TABELA 3
Percentual da população cafeeira e da área cultivada com café atingidos pela erradicação no Brasil – 1961

ESTADOS	NÚMERO DE CAFEIROS ERRADICADOS	ÁREA LIBERADA PELA ERRADICAÇÃO
	NÚMERO DE CAFEIROS EXISTENTES EM 1961	ÁREA COM CAFEIROS EM 1961

⁷ ROCHA; MORANDI, 1991, p. 52.

⁸ Ibid.

São Paulo	26,0	26,5
Paraná	28,4	19,8
Minas Gerais	33,0	41,2
Espírito Santo	53,8	71,0
Outros	29,4	29,9
BRASIL	32,0	30,5

Fonte: UFES, 1986, p. 34.

Com base nos dados da Tabela 4, é possível verificar que o programa de erradicação provocou forte impacto no Espírito Santo, o estado mais afetado, gerando uma grave crise social. À época, a cafeicultura estadual apresentava baixo nível de produtividade e era, em grande medida, antieconômica, pois as condições gerais em que se realizava eram demasiadamente rudimentares.

TABELA 4

Participação relativa por estado no programa de erradicação dos cafezais

ESTADOS	CAFEIROS ERRADICADOS (%)			ÁREA LIBERADA (%)			VALOR PAGO CAFEICULTORES 1966 (%)	
	1. ^a FASE	2. ^a FASE	TOTAL	1. ^a FASE	2. ^a FASE	TOTAL	1. ^a FASE	2. ^a FASE
S. Paulo	33,8	8,4	21,7	37,2	9,1	24,5	41,6	10,3
M. Gerais	32,9	20,3	26,4	29,5	16,6	23,7	27,2	17,1
Paraná	17,4	18,9	18,1	19,7	21,7	20,6	17,4	25,8
E. Santo	9,4	35,9	22,0	7,4	35,5	20,1	8,7	32,0
Outros	7,5	16,5	11,8	6,2	17,1	11,1	5,1	15,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFES, 1986, p. 37.

Ao mesmo tempo em que gerou uma grave crise social, reduzindo de forma drástica o emprego agrícola, forçando a migração para as cidades – condenando milhares de pessoas a viver em condições subumanas, nas favelas dos grandes centros urbanos –, o programa de erradicação possibilitou, por meio da indenização paga por cova

erradicada, a liberação do capital ou a desmobilização dos ativos representados pelos cafeeiros, criando a perspectiva de novos investimentos.

Desse modo, os cafeeiros assumiram forma líquida, conseqüentemente, a massa de recursos da indenização atingiu, no Espírito Santo, a quantia de 70 milhões de cruzeiros a preços de agosto de 1966, a maior entre as dos outros estados produtores de café. O estudo realizado por Rocha e Morandi aponta que, inicialmente, esse capital teria sido distribuído de forma pulverizada entre milhares de pequenos proprietários que procederam à erradicação de seus cafezais. No entanto, posteriormente, pode ter-se concentrado nas mãos de poucos capitalistas, que eram favorecidos pelos vários mecanismos de centralização do capital (estruturas do comércio, sistema bancário e outros) existentes na economia.⁹

Assim, o programa de erradicação veio a possibilitar a expansão de outras culturas em alternativa à cafeicultura. Isso ocorreu por dois motivos: porque forneceu uma parcela do capital necessário a essa expansão e porque fomentou o crescimento do mercado consumidor local.

Dentre as atividades que se expandiram, podemos ressaltar a extração de madeira e a pecuária bovina. Ambas tiveram como suporte um intenso processo de apropriação e ocupação das terras devolutas existentes na região norte. A ocupação dessa região iniciou-se na década de 1920 e expandiu-se lentamente até meados dos anos de 1950. Entretanto, a partir da crise do café, ocorreu de forma mais intensa,¹⁰ como veremos no próximo capítulo.

Com a crise da cafeicultura, estima-se que mais de 60.000 pessoas perderam o emprego, o que, considerando-se uma taxa média de dependência de três por um, demonstra ter a crise atingido aproximadamente 240.000 pessoas, boa parte das quais migrou para as cidades.¹¹

TABELA 5 **População total, rural e urbana no Espírito Santo – 1940/1980**

⁹ ROCHA; MORANDI, 1991, p. 61.

¹⁰ Na década de 1960, esse processo de ocupação foi ainda mais rápido, devido ao incremento do mercado de terras, que se verificou com a injeção dos recursos de indenização do Gerca.

¹¹ ROCHA; MORANDI, op. cit., p. 57, nota 37.

Anos	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1940	790.149	157.925	19,99	632.224	80,01
1950	957.238	199.186	20,81	758.052	79,19
1960	1.170.858	367.568	31,39	803.290	68,61
1970	1.599.333	721.916	45,14	877.417	54,86
1980	2.023.340	1.293.378	63,92	729.962	36,08
1985*	2.284.659	1.664.714	72,86	619.945	27,14

* Projeções demográficas para o Espírito Santo entre 1985 e 2010.

Fonte: IBGE. Censos Demográficos do Espírito Santo (1940–1980).

Nesse contexto, é possível perceber a vulnerabilidade da economia capixaba, que renovou antigas propostas sobre a necessidade da diversificação da economia do Estado, em um processo no qual a indústria se apresentava como a principal alternativa.

Previstos os efeitos sociais negativos da crise, os órgãos executores da política de erradicação desenvolveram simultaneamente programas de estímulo à diversificação agrícola e à realização de novos plantios nas áreas liberadas. A diversificação tinha por escopo ocupar a força-de-trabalho desempregada e aumentar a produção de alimentos.

Apesar dos esforços, não se obteve sucesso em termos de diversificação agrícola, o que pode ser atribuído à inexistência de uma política mais ampla, capaz de garantir bons níveis de rentabilidade à produção de alimentos. A rigor, em quase todos os estados cafeeiros, a diversificação foi pouco significativa, tendo sido, ao contrário, relevante a ocupação das áreas liberadas por pastagens/pecuária, principalmente nas regiões onde predominava a pequena produção familiar.¹²

Em outras palavras, o Plano Diretor do Gerca (1962) não se constituiu apenas na erradicação dos cafezais improdutivos. Entretanto, enquanto esta foi implantada com grande êxito, o mesmo não se pode dizer sobre a diversificação econômica das áreas erradicadas e sobre a renovação de parcela da cafeicultura existente.

¹² ROCHA; MORANDI, 1991, p. 57.

Concluída a segunda fase da política de erradicação em maio de 1967, verificou-se em estudo realizado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC/Gerca) que, enquanto as metas de erradicação tinham sido amplamente alcançadas, a diretriz de diversificação agrícola havia fracassado quase que totalmente.

No biênio 1967/1969, o Gerca elaborou e implementou seu Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, que visava financiar a implantação e ampliação de agroindústrias e o desenvolvimento da infra-estrutura necessária para atingir a pretendida diversificação. Essa implantação ocorreu por meio de convênio firmado entre o Governo Estadual e o IBC/Gerca, constituindo-se em importante base de financiamento para empreendimentos industriais de médio e pequeno porte.

Os recursos aplicados em projetos agroindustriais concentraram-se, principalmente, na indústria de carnes, no beneficiamento de açúcar, no reflorestamento e no beneficiamento de café, como podemos visualizar nas Tabelas 6 e 7.

TABELA 6
Aplicação de recursos no programa de diversificação econômica das regiões cafeeiras no Espírito Santo – 1967/1970

Finalidades	Cr\$ milhões	Invest. por finalidade	Investimento no ES
		Total dos investimentos no Espírito Santo	Total dos investimentos no Brasil
Programas agroindustriais	11,70	63,0	37,99
Infra-estrutura	5,50	29,5	18,5
Experimentação	1,40	7,5	10,85
	18,60	100,0	24,25

Fonte: GUARNIERI, 1979, p. 136.¹³

¹³ Relatórios 1967-1970 do IBC/GERCA, citados por GUARNIERI, Laura Côrrea. **Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento na cafeicultura**. 1979. 213 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979. p. 136.

TABELA 7

Aplicação dos recursos do IBC/GERCA no programa de diversificação econômica em projetos agroindustriais no Espírito Santo – 1967/1970

Subgêneros agroindustriais	Cr\$ milhões	% do total de investimentos em agroindústrias
Indústria de leite	0,1	0,85
Indústria de carne	2,8	23,93
Indústria de mandioca	0,2	1,71
Ração	0,2	1,71
Serraria	0,7	5,98
Indústria de açúcar	1,9	16,24
Indústria de sizal	0,2	1,71
Indústria de algodão	0,4	3,42
Móveis	0,6	5,12
Vestuário	0,1	0,85
Latas	0,6	5,12
Avicultura	0,2	1,71
Reflorestamento	1,5	12,82
Indústria de Café	2,0	17,09
Total	11,7	100,0

Fonte: UFES, 1986, p. 64.

Com a decadência da economia cafeeira e a conseqüente erradicação dos cafezais, a economia estadual parecia aniquilada. Para a elite política local, a saída estratégica não seria outra senão a industrialização. A questão era como realizá-la, se o Espírito Santo estava inserido entre núcleos industriais consolidados, como os de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Uma coisa era certa: não havia como confiar somente na força das elites locais, principalmente devido ao caráter pouco organizado dessas elites e de seus interesses. Além disso, o Espírito Santo apresentava-se como uma área periférica, apesar dos seus esforços em sentido contrário, sem grandes atrativos infra-estruturais e, ainda, com um arcabouço institucional politicamente frágil. Era

necessário garantias, subsídios oficiais e uma ação mais enérgica do Governo Estadual a tomar para si a direção da política econômica local.¹⁴

À época (1967/1969) da elaboração e implantação do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, encontrava-se à frente da direção do Estado Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971).¹⁵ Como governador nomeado pelos militares, Christiano Dias Lopes Filho inaugurou uma nova fase política na sociedade capixaba. Levantando a bandeira de que o Espírito Santo era o “Nordeste sem Sudene”, Dias Lopes iniciou um processo reivindicatório com os generais militares.¹⁶

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi instituída em 1959, com o objetivo de orientar as várias repartições federais e estaduais que operavam nessa região e formular um programa de desenvolvimento regional.

Do primeiro Plano Diretor da Sudene resultou a concepção do Sistema de Incentivos Fiscais, a fim de fomentar o desenvolvimento econômico da região pela atração do capital privado para investimentos no Nordeste. Cabe dizer que a propagação desse mecanismo para outras regiões não demorou a acontecer. Como ressalta Rocha e Morandi, esse Sistema de Incentivos Fiscais constituía-se em um instrumento de política econômica do Governo Federal, que possibilitava estimular a atividade econômica em determinadas regiões ou promover o desenvolvimento de alguns setores considerados prioritários em plano nacional.¹⁷

O Governo Federal criou alguns mecanismos, mediante a política fiscal, que exerciam a função de coordenar capitais privados para investimentos produtivos em determinadas regiões, nas quais o livre jogo do mercado não era suficiente para determinar a localização de projetos industriais e/ou agropecuários. O Sistema era composto por diversos tipos de incentivos fiscais: isenção parcial ou total, por determinado período, do Imposto de Renda para empresas que se instalassem na região ou ampliassem sua planta original, o mesmo aplicando-se ao Imposto sobre

¹⁴ BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: do engenho às grandes indústrias (1535-1980)**. Vitória: DEC, 1987. p. 209.

¹⁵ Christiano Dias Lopes Filho foi o primeiro governador escolhido indiretamente pela Assembléia Legislativa Estadual após o Golpe Político-Militar de 1964. Seu mandato coincidiu, em nível federal, com o do Marechal Arthur da Costa e Silva.

¹⁶ BITTENCOURT, 1987, p. 204-205.

¹⁷ ROCHA; MORANDI, 1991, p. 28-30.

Circulação de Mercadorias (ICM); isenção do Imposto de Importação para equipamentos, entre outros. Todavia, o mais importante e decisivo incentivo instituído para promover o desenvolvimento da Região Nordeste ficou conhecido como o Sistema 34/18, que inaugurou a era dos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e serviu de modelo para outras regiões e setores. O artigo 34 estabeleceu que as pessoas jurídicas de capital totalmente nacional poderiam deduzir até 50% do Imposto de Renda devido em favor do Nordeste, para serem aplicados em investimentos industriais ou agropecuários; o artigo 18 estendeu esses mesmos benefícios às empresas constituídas por capital estrangeiro que operavam no País.¹⁸

Seguindo uma linha ideológica desenvolvimentista, Dias Lopes fundamentou sua plataforma política na “luta por melhores padrões de integração do Espírito Santo/Brasil, contra os desníveis regionais”.¹⁹

Na verdade, esse governo representava as forças políticas que buscavam uma “saída” econômica para o Estado, entendendo que tal saída passava, necessariamente, por um projeto de industrialização equilibrado com a agricultura.

Havia, portanto, no Governo Estadual, a preocupação de promover a diversificação econômica e a reestruturação institucional necessária, de forma a integrar diretrizes e ações em favor de tal diversificação.²⁰ Promover a reestruturação institucional significava dotar o Espírito Santo de uma estrutura administrativa capaz de enfrentar os desafios apresentados pela crise econômica.

Por meio da Lei n.º 2.296, de 17 de julho de 1967, Dias Lopes iniciou uma reforma administrativa do Estado. Foram criados ou renovados vários órgãos e departamentos do Governo, com vistas a adaptá-los à mudança de rumo almejada e dotá-los, técnica e administrativamente, a fim de darem conta dos

¹⁸ ROCHA; MORANDI, 1991, p. 30.

¹⁹ MEDEIROS, Antonio Carlos. **Espírito Santo**: a industrialização como fator de “desautonomia relativa”. [198-]. 172f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, [198-]. p. 72.

²⁰ SOUZA FILHO, Hildo Meireles. **A modernização violenta**: principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. 201 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990. p. 66.

projetos de modernização e diversificação econômica.²¹ Assim, conforme Medeiros,²² é possível ressaltar a criação/remodelação/revitalização dos seguintes agentes mais importantes:

- revitalização do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que, a partir de 1967, ficou responsável pela elaboração e controle do orçamento-programa estadual e que se incorporou à Secretaria Estadual de Planejamento, criada em 1975;
- criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes), posteriormente transformada em Banco de Desenvolvimento, encarregada, até a criação da Secretaria de Planejamento, de formular e implementar a política industrial e de desenvolvimento, além de mobilizar e aplicar recursos necessários à consecução de estudos, projetos e empreendimentos produtivos;
- fortalecimento do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, hoje Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes);
- ampliação da capacidade da Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa), entre outros.

A industrialização figurava, desse modo, como opção de estratégia de desenvolvimento a ser alcançado. Vale ressaltar, entretanto, que as propostas industrializantes do Estado não surgiram abruptamente da crise do café. Originaram-se anteriormente, encontrando o clima favorável ao seu estímulo nos anos de 1960 e à sua efetiva concretização nos anos de 1970.

Com o objetivo de enfrentar a crise, o Governo Estadual voltou-se para um esforço de modernização institucional, desencadeando pressões sobre o Governo Federal. O intuito era estender ao Espírito Santo os mesmos incentivos fiscais concedidos ao Nordeste, a fim de equacionar os grandes desequilíbrios regionais resultantes do processo histórico de industrialização do País. Todavia, foi somente em 1969, dez anos após a concessão desses incentivos ao Nordeste,

²¹ VALADÃO, Vanda de Aguiar. **Assentamentos e sem-terra**: a importância do papel dos mediadores. Vitória, ES: Edufes, 1999. p. 49-50.

²² MEDEIROS, op. cit., p. 65, nota 53.

que as reivindicações foram atendidas, através da instituição do Decreto-Lei n.º 880,²³ de 18 de setembro de 1969, do Governo Federal, concedendo ao Espírito Santo os incentivos fiscais nos mesmos moldes do Nordeste.²⁴

Na área de financiamento, o Decreto-Lei n.º 880/69 outorgou ao contribuinte do Imposto sobre a Renda, pessoa física e jurídica, domiciliada no Espírito Santo, o direito de aplicar deduções relativas ao Decreto-Lei n.º 157 (Compra de Ações), ao Decreto-Lei n.º 221 (Pesca), ao Decreto-Lei n.º 55 (Turismo) e a outros empreendimentos agrícolas e industriais localizados no Estado.

O Decreto-Lei n.º 880/69 instituiu o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres), que se constituiu de dotações orçamentárias federais e estaduais, além de outros recursos. Para administrar os incentivos fiscais e o Funres foi criado o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres). A Codes foi transformada em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). Cabe lembrar ainda a criação do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), por meio da Lei n.º 2.508, de 1970, que, além de favorecer as operações de intercâmbio comercial que utilizassem o Porto de Vitória, financiava também projetos estaduais e industriais agropecuários, turísticos ou pesqueiros.²⁵

O caminho “escolhido” pelo Espírito Santo encontrava-se dentro do modelo de modernização por que passava o Brasil na década de 1960. Em outras palavras, havia uma crescente participação do Estado na economia brasileira; uma expansão do capitalismo em regiões periféricas por meio dos incentivos fiscais para o setor privado; melhoria de infra-estrutura econômica; maior abertura para o comércio exterior; predominância de utilização de técnicas poupadoras de força

²³ Cabe dizer que, entre 1967 e 1969, se iniciou o reflorestamento da Aracruz Florestal e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), aproveitando-se dos incentivos fiscais baseados no imposto de renda, instituído em fins de 1966. Cf. CESAR, Benedito Tadeu; OLIVEIRA, Maria Elizabeth Rondelli de; BATISTA, Ângela Maria. **Estrutura atual de classes sociais no Espírito Santo**. Vitória, 1987. (Espírito Santo Século XXI. Sociedade Civil – SC 03). p. 21. Mimeografado.

²⁴ ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado Extraordinária de Execução de Projetos Especiais. **Estudo para reformulação e reorientação do sistema estadual de incentivos fiscais**. Vitória, 1979. p. 5-6.

²⁵ BITTENCOURT, 1987, p. 210-211.

de trabalho nos diversos setores produtivos; concentração de renda como diretriz geral do modelo de crescimento com suporte no autoritarismo.

Todavia, coube ao Governo do Estado a iniciativa de ser o agente central para a realização do projeto de industrialização no Espírito Santo. Ou, ainda, diante de uma economia praticamente estagnada e em busca de alternativas que lhe dessem dinamismo econômico e ampliassem as fontes de arrecadação tributária, o Governo do Estado adotou iniciativas que colaborassem para essa direção.

Não resta dúvida de que, a partir da crise cafeeira, ocorreram profundas transformações econômicas no estado do Espírito Santo, que modificaram de forma radical a estrutura da economia capixaba.

De acordo com Rocha e Morandi, as três últimas décadas (1950-1970) que foram palco dessas mudanças devem ser subdivididas em dois subperíodos:

- de meados da década de 1950 a meados dos anos de 1970, período em que o processo de acumulação foi comandado pelo capital local, ajudado pelas políticas estaduais, apresentando uma diversificação quase inexistente;
- a partir de meados dos anos de 1970, compreendendo a nova dinâmica no processo de acumulação no qual o grande capital, representado pelos grandes grupos estatais e privados, nacionais e estrangeiros, dominou praticamente todos os setores de atividade, tornando mais complexo o processo, visto que o grande capital, ao mesmo tempo em que desenvolvia novas atividades, se apropriava de outras em que o capital local era hegemônico.²⁶

Se, a partir de meados da década de 1960, teve início no Espírito Santo um processo de racionalização capitalista na agricultura (criação e ampliação de agroindústrias), realizado mediante o processo de concentração do capital interno, a partir da segunda metade da década de 1970, sob as diretrizes do II PND, iniciou-se uma nova fase da economia capixaba – implantação dos denominados Grandes Projetos de Investimentos, destinados à produção de

²⁶ ROCHA; MORANDI, 1991, p. 23.

insumos básicos de importância capital à integração ao parque industrial brasileiro via atração dos capitais externos associados ao capital estatal.

Compreendemos, assim, que é à luz desse novo marco – a hegemonia do grande capital – que devemos conceber as transformações econômicas ocorridas em quase todos os setores de atividade da economia estadual.

1.2 O PAPEL DO ESTADO E A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA DA AGRICULTURA

Compreender o projeto modernizador da agricultura que se instaurou no País a partir de 1964, em particular no Espírito Santo, requer algumas considerações sobre a questão agrária brasileira.

A questão agrária está relacionada ao acesso à propriedade, ao seu uso e domínio e ao desempenho da função social da terra. Sob essa perspectiva, entende-se a propriedade da terra como uma relação social, visto que no capitalismo ela significa “[...] um processo que envolve troca, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação [...]”,²⁷ no qual sua apropriação, controle e, particularmente, sua concentração por uma determinada classe podem redundar, e quase sempre redundam, no domínio político-econômico de um determinado lugar, região ou país.²⁸

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados à propriedade da terra e, conseqüentemente, à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão de trabalhadores rurais, posseiros, indígenas, camponeses; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra as populações rurais; à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e a seus padrões tecnológicos; às políticas agrícolas e ao mercado;

²⁷ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986a. p. 169.

²⁸ FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 29.

à qualidade de vida e à dignidade humana. Desse modo, a questão agrária afeta as esferas econômica, social e política.

O desenvolvimento do capitalismo é desigual e contraditório. Sua essência está na reprodução ampliada do capital. À medida que avança sobre o meio rural, ele tende a apoderar-se de todos os setores de produção, expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos. O capital apropria-se do trabalho livre para a sua reprodução. Desenvolve-se uma relação social em que, de um lado, o capitalista compra a força de trabalho, que é fundamental para a reprodução ampliada do capital, e, de outro lado, o trabalhador vende a sua força de trabalho, que é fundamental para a sua sobrevivência. Consolida-se, dessa forma, a propriedade capitalista e o trabalho assalariado. Contudo, a reprodução ampliada do capital não ocorre tão-somente dessa maneira. Por ser desigual e contraditório, o capitalismo não domina somente de modo real as relações de trabalho e produção. Ele não se desenvolve de forma linear. Em seu desenvolvimento e expansão, o capitalismo instaura relações de trabalho assalariado e/ou instala e subordina formalmente outras relações de produção, tais como as relações de trabalho e de produção não capitalistas: o trabalho familiar, a parceria, entre outras.²⁹

O capital é uma relação social, uma relação de expropriação e de exploração. Por um lado, cria os exploradores; por outro, cria os explorados. Por um lado, produz a fartura; por outro, produz a miséria. Não produz apenas o farto, mas também o faminto.³⁰ Esse é, portanto, o caráter inerente da contradição do desenvolvimento capitalista.

Diante dessa realidade, as populações rurais produziram diversas formas de resistência, através das lutas sociais no confronto com o Estado, com os proprietários de terra e capitalistas.

A questão agrária no Brasil não passa simplesmente pela distribuição da terra, pela luta pela terra. É uma luta contra um modelo de desenvolvimento que privilegia um único tipo de propriedade. Nesse sentido, Martins ressalta que “[...] o

²⁹ FERNANDES, 1996, p. 29–30.

³⁰ MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**: terra e poder: o problema da terra na crise política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. p. 14.

que o Estado tem tentado evitar, ao desarticular e destruir as formas de organização no campo, é que o problema da terra constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustenta o Estado”.³¹

Conforme Martins, a racionalidade econômica e política dominante corresponde, no País, a um verdadeiro pacto de classes que excluiria da cena política, por exemplo, os trabalhadores rurais, os pequenos proprietários, as sociedades indígenas, como o caminho para adiar uma transformação no direito de propriedade, que modificaria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifúndios, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação assumem no País.³² O autor defende que o Golpe Político-Militar de 1964, que impôs a ditadura, articulado pelos militares e pelos grandes empresários, decorreu em grande parte da dificuldade para resolver a questão agrária.³³

Para compreendermos não somente o Golpe Político-Militar de 1964 como também a política fundiária imposta pelos militares é necessário reconhecer que, a partir do final dos anos de 1950 e início dos de 1960, a questão agrária começou a tornar-se visível por meio da ação das Ligas Camponesas, que defendiam uma proposta de reforma agrária radical, e, posteriormente, pela ação da Igreja Católica e do Partido Comunista, que também se manifestaram favoráveis à realização da reforma agrária, ou seja, tem-se, de acordo com Caio Prado Júnior, um crescente processo de pressão popular para a efetivação de medidas tendentes à reforma de nossas estruturas agrárias e das relações de trabalho rural.³⁴

É possível afirmar que o Golpe Político-Militar de 1964 e seu projeto modernizador tiveram, entre outras finalidades, a intenção de isolar, mesmo que parcialmente, o poder das oligarquias latifundistas e de conter o avanço das lutas camponesas. Em outros termos, o Golpe de Estado ocorreu porque “[...] a reforma

³¹ MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986b. p. 61.

³² MARTINS, 1984, p. 17.

³³ Ibid., p. 21.

³⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7.

agrária exigida e necessária solaparia efetivamente a base de sustentação do Estado, do sistema político [...]”.³⁵

A política agrária dos militares contava com um projeto de reforma agrária que havia sido definido muito antes pelo grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). O grupo do Ipes/Ibad era composto por um complexo político-militar que agregava vários intelectuais: escritores, jornalistas, advogados, entre outros. Antes do Golpe, empresários (industriais, banqueiros, comerciantes...) organizados no Ipes, no Rio de Janeiro e em São Paulo, delegaram a um grupo de técnicos e empresários a tarefa de preparar um diagnóstico da situação fundiária brasileira, com o objetivo de propor um projeto de lei de reforma agrária do ponto de vista da burguesia e dos grupos econômicos estrangeiros.³⁶ O projeto elaborado destinava-se a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco das terras dos grandes latifundiários, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural.

Logo após o Golpe, o governo do Marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional o projeto desenvolvido pelo Ipes que, aprovado em 30 de novembro de 1964, se transformou no Estatuto da Terra, por meio da Lei n.º 4.504.

Conforme Martins, pela ótica dos proprietários o Estatuto viabilizava o acesso à terra, mas fechava esse mesmo acesso pela ótica da grande maioria de trabalhadores do campo: a reforma agrária favorecia os lavradores com vocação empresarial. Ou seja, o Estatuto foi elaborado de tal forma que se orientou para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural. O destinatário privilegiado do Estatuto não era o camponês, mas o empresário, o produtor de espírito capitalista, que organizava a sua atividade econômica de acordo com os critérios da racionalidade do capital.³⁷

Para Ianni, o Estatuto da Terra revelou-se um mecanismo estratégico com vistas a controlar as lutas sociais ao desarticular os conflitos por terra.

³⁵ MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro. **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 33.

³⁶ MARTINS, 1984, p. 22.

³⁷ Ibid., p. 33.

O Estatuto da Terra adotado pelo Marechal Castelo Branco (1964-67) foi principalmente um instrumento para indicar aos latifundiários e empresários rurais qual seria a direção conservadora da política agrária a ser posta em prática pelos governos saídos do Golpe de Estado. Ao mesmo tempo, o governo do Marechal Castelo Branco passava a intervir nos sindicatos rurais, fechar as ligas camponesas e prender líderes camponeses no Nordeste e em outras regiões onde as lutas camponesas e operários rurais já haviam avançado bastante, em termos de organização, reivindicação, liderança etc. Isto é, o Estatuto da Terra e a repressão política no campo mostraram aos camponeses e operários que a politização não poderia continuar nos termos em que vinha ocorrendo; e aos latifundiários e empresários mostraram que o poder estatal passaria a operar de modo a favorecer a expansão da empresa capitalista no campo.³⁸

Para enfraquecer os conflitos, fazendo desapropriações quando não houvesse outra alternativa, e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento capitalista da agricultura, o governo Castelo Branco realizou em poucos dias o que dezessete anos de luta parlamentar dos setores populistas e democráticos não haviam conseguido: revogar o dispositivo da Constituição Federal que obrigava o pagamento das terras desapropriadas aos grandes fazendeiros, previamente e em dinheiro. A partir de 1965, tornou-se possível a desapropriação mediante pagamento em títulos de dívida pública resgatáveis em longo prazo.³⁹

A fim de tornar viável a sua política, o Estado manteve a questão agrária sob o forte controle do poder central, de forma que o Estatuto da Terra não permitisse o acesso à terra aos camponeses, e à propriedade familiar aos grupos indígenas, e sim aos que tinham interesse de criar a propriedade capitalista.

Em decorrência das denúncias de corrupção, de grilagens e de venda de terras a estrangeiros, envolvendo funcionários do Governo, em 1969, durante o governo Costa e Silva, foi necessária uma intervenção militar no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), criado em 1965 pelo Estatuto da Terra. Contudo, conforme Fernandes, “[...] a intervenção militar era uma *fachada moral* que escondia uma estratégia geopolítica, em que os grupos internacionais e nacionais construíam condições políticas para o controle das riquezas naturais do país”.⁴⁰

³⁸ IANNI, 1979, p. 37.

³⁹ MARTINS, 1984, p. 22.

⁴⁰ FERNANDES, 1996, p. 35.

Essa ação representou a orientação da política agrária do Estado, que buscava fortalecer a grande indústria no campo via políticas de incentivos fiscais. O Governo Militar beneficiou grandes grupos empresariais, que adquiriram imensas áreas de terras para projetos de colonização e agropecuária. Assim, os governos militares, por meio de sua política agrária, realizavam transformações no campo sem alterar o regime de propriedade da terra.

Diante dessa realidade, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo incentivando a reprodução da propriedade capitalista, durante os governos militares pós-1964 foram criados os mecanismos necessários para o desenvolvimento de uma política agrária que, mediante incentivos financeiros, privilegiava as grandes empresas, que passaram a se ocupar da agropecuária.

Dois anos após a aprovação do Estatuto da Terra, o governo de Castelo Branco sancionou duas leis que serviriam de base para a política fundiária do regime militar:

- Em 1.º de dezembro de 1965, a Emenda Constitucional n.º 18 estendeu à Amazônia os incentivos fiscais e favores creditícios concedidos ao Nordeste, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).
- Em 2 de setembro de 1966, a Lei n.º 5.106 instituiu os incentivos fiscais para os empreendimentos florestais em todo o País.

No período entre 1967 e 1969, aproveitando-se dos incentivos fiscais baseados no Imposto de Renda – da Lei n.º 5.106 –, a Aracruz Florestal e a CVRD deram início à atividade de reflorestamento no Espírito Santo, com a instalação da Aracruz Florestal (1967).

O Governo Federal buscou, dessa forma, ajustar o problema da terra aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, aos objetivos da segurança nacional, o que significou impedir ou dificultar o desdobramento político da luta pela terra. Assim, a política econômica envolveu estímulos e pressões maciços à ocupação da terra pelo grande capital.

A política de instalação das grandes empresas no campo esteve e está baseada no pressuposto da expropriação e da expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade, na concentração da propriedade da terra e no aumento progressivo da eficiência econômica e da produtividade da agropecuária. De uma forma ou de outra, os governos militares separavam

[...] o problema social e econômico, representado pela concentração fundiária, da questão política, das mediações – os sindicatos, as ligas camponesas, os partidos e grupos políticos – que se interpunham entre os trabalhadores do campo, entre as lutas camponesas, nelas se legitimando, e o Estado, cuja composição se chocava com tais pressões.⁴¹

O Governo Militar entendia que as medidas reformistas eram necessárias, mas, para concretizá-las, grupos e mediações políticas (sindicatos, partidos políticos) eram desnecessários e nocivos. Por conseguinte, ao invés de a reforma agrária ser realizada de baixo para cima, legitimada pela participação popular, seria feita de cima para baixo, conduzida como problema técnico e militar e não como problema político. A intenção era conduzir a implantação da reforma agrária sem modificar o direito de propriedade.⁴²

A análise que Sorj nos oferece para a compreensão do Estado em relação às questões agrária e agrícola na segunda metade dos anos de 1960 mostra que:

A inserção da agricultura dentro do modelo de desenvolvimento orientado pelo capital monopolista, que se afirma nesse período, se dará dentro das coordenadas gerais da expansão da produção agrícola para o mercado interno e externo, a fim de permitir a manutenção de baixos custos na reprodução da força de trabalho urbano e de aumentar o montante da divisa para que se mantenham as importações de insumos e maquinários necessários para a expansão do parque industrial. A forma específica pela qual essas coordenadas se realizaram na agricultura está determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento de um complexo agroindustrial liderado pelas grandes empresas estrangeiras e pela correlação de forças sociais no campo, totalmente favoráveis aos grandes proprietários [...]. A ação do Estado nesse contexto orienta-se para a modernização da agricultura.⁴³

⁴¹ MARTINS, 1984, p. 31.

⁴² MARTINS, 1984, p. 31-32.

⁴³ SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 69.

O Espírito Santo embora situado na Região Sudeste, pólo de maior dinamismo econômico, industrial e político do País, continuou com um crescimento econômico desigual e desequilibrado, sendo visto como “[...] uma espécie de Nordeste sem Sudene”. Bittencourt ressalta que é justamente “[...] deste argumento [de que o Espírito Santo era o Nordeste sem Sudene] que se valerá a elite capixaba para sensibilizar ainda mais o governo central, permeável à idéia de integração econômica nacional, correção de distorções regionais e criação de novos pólos industriais”.⁴⁴

Nessa perspectiva, o dirigismo econômico do Governo Federal pós-1964 teve boa aceitação no Espírito Santo e rebateu de forma positiva sobre as estratégias da elite local. Esse acontecimento iniciou o ciclo de desenvolvimento com o advento de Grandes Projetos de Investimento, com conseqüências decisivas sobre os mais variados aspectos da vida econômica, social, política e cultural local.

No entanto, vale ressaltar que o movimento político-militar de 1964 não trouxe modificações políticas ou econômicas imediatas para o Espírito Santo. Isso só aconteceu com sua consolidação em plano nacional a partir de 1968, quando a redefinição do modelo de desenvolvimento brasileiro reservou ao Espírito Santo um papel na divisão econômica inter-regional como produtor de bens intermediários.

Em outras palavras, foi somente a partir da segunda metade da década de 1960 que se iniciou uma nova fase na vida econômica do Espírito Santo, na qual a ação do Governo Estadual assumiu novas características, no instante em que o Estado passou a atuar como agente condutor do processo de industrialização e fornecedor do capital básico para viabilizar tal processo.⁴⁵

De acordo com Dalcomuni, dado o interesse de grupos econômicos internacionais em expandir seus mercados, isso já no final da década de 1960, e devido ainda ao interesse do Governo Federal em implementar o núcleo central de sua estratégia de desenvolvimento, a elite política local desenvolveu sucessivas

⁴⁴ BITTENCOURT, 1987, p. 205.

⁴⁵ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória (1950-1980). Vitória: Edufes, 2001. p. 44-45.

negociações para viabilizar esses interesses em território capixaba. Para essa elite, ressalta a autora, acolher investimentos estrangeiros e estar em sintonia com o núcleo central da estratégia de desenvolvimento pretendida para o País significava alcançar, ao mesmo tempo, uma inserção econômica mais significativa para o Espírito Santo no cenário nacional e a realização de seus interesses como defensora de um “novo sentido” para a economia e desenvolvimento estaduais. Esse novo sentido teve a sua mais perfeita tradução e cristalizou-se por meio da implantação de grandes projetos industriais, voltados para a produção industrial de produtos semi-elaborados para exportação.⁴⁶ Todavia, foi no Governo do engenheiro Arthur Carlos Gerhardt Santos⁴⁷ (1971-1974) que o processo de industrialização, amparado por essa estratégia, ganhou forças e se firmou como tendência nos governos posteriores.

1.3 ARTHUR CARLOS GERHARDT SANTOS E SUA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA

Ou a gente continuava naquela vidinha, piorada com a perda da monocultura, ou se promovia o verdadeiro salto.

(SANTOS, 1975a).

Artur Carlos Gerhardt Santos foi o segundo governador escolhido indiretamente após o Golpe Político-Militar de 1964. Seu nome foi indicado pelo Presidente da

⁴⁶ DALCOMUNI, Sonia Maria. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo** – principais interesses em jogo. 1990. 285 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990. p. 174-175.

⁴⁷ A escolha de seu nome deu-se por ato pessoal do Presidente da República, que preferiu colocar técnicos à frente dos governos estaduais, notadamente engenheiros, afastando os esquemas tradicionais da política brasileira. Arthur Carlos Gerhardt Santos fez parte da equipe do ex-governador Dias Lopes para tratar da questão do desenvolvimento econômico, participou ativamente do reaparelhamento institucional do Governo, da organização do Sistema Financeiro Estadual, dos incentivos fiscais, da criação da Realcafé, da qual foi o primeiro presidente, da criação do Banes, etc.

República, general Emílio Garrastazu Médici, em 4 de julho de 1970, e sancionado pela Assembléia Legislativa em setembro do mesmo ano. Exponente do grupo da federação local das indústrias mais comprometido com os planos de industrialização acelerada da economia regional e sob o compromisso de levar a termo o projeto desenvolvimentista do regime militar, Gerhardt Santos governou o estado do Espírito Santo no período de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1974.

O novo governador chegou ao poder ao tempo do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), do bipartidarismo, da censura à imprensa, do período do “milagre econômico”, patrocinado pelo endividamento externo, e da política de “primeiro crescer o bolo para depois reparti-lo”. Nessa época, o regime militar consolidara-se e o País era um imenso campo de exercício para os grandes projetos de envergadura nacional, racionais em sua origem, aplicados em qualquer estado, indiferentes às características das regiões, tudo sob a bandeira do Programa de Integração Nacional.⁴⁸

Na gestão de Gerhardt Santos, o Governo Estadual já se encontrava reestruturado, por meio das reformas administrativas realizadas no governo de Dias Lopes (1967-1971). Também já estavam consolidados os mecanismos de captação e aplicação dos incentivos fiscais provenientes do Imposto de Renda e do ICM, através do Funres, administrados pelo Geres; organizado o Bandes, como o segmento institucional apto a captar recursos de fora do Estado, especialmente de organismos federais de crédito (Bandes, Caixa Econômica Federal - CFE -, Banco do Brasil); reorganizado o Banestes, organizadas a distribuidora de títulos e a companhia seguradora. Em outros termos, o Estado já havia criado seu suporte técnico-administrativo e burocrático responsável pela elaboração ideológica de seu projeto modernizador. Ou, ainda, a estrutura organizacional do Poder Executivo, aprovada por Dias Lopes a partir da Reforma Administrativa – Lei n.º 2.296/67 –, especialmente as entidades integrantes da administração descentralizada, estava toda implantada, e os diversos organismos, aptos a funcionar ou funcionando.

⁴⁸ SILVA, Justo Corrêa da. **Espírito Santo**: o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo – 1967-1983. 1993. 444 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993. p. 224.

Os programas de amplitude nacional, de recursos financeiros centralizados em alguma empresa pública federal tinham, no Estado, o respectivo órgão satélite que propiciava a sua execução: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (DER-ES), Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), Empresa Capixaba de Turismo (Emcatur), BNDES, Banes, Banco Nacional de Habitação (BNH), Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), Cooperativa Habitacional (COHAB), – Departamento de Trânsito (Detran), entre outros.

A preocupação do governo de Gerhardt Santos foi a criação de atividades dinâmicas, de alavancagem da economia local, mediante a aplicação de investimentos exógenos (nacionais ou estrangeiros).

Os problemas infra-estruturais, principalmente aqueles relacionados com a rede de comunicação e transporte, encontravam-se equacionados. No campo da energia elétrica, a criação da nova Escelsa, em 1968, a conclusão da Hidroelétrica de Mascarenhas em Baixo Guandu, a interligação das linhas Cemig – Furnas, via Minas Gerais, romperam o estrangulamento energético que retardou historicamente a industrialização capixaba.⁴⁹ No que se refere à rede de transportes, o isolamento infra-estrutural do Estado foi quebrado com a construção das rodovias federais – BR 262 e 101. A primeira, até Belo Horizonte, e a segunda, em direção a Salvador, davam base para o prosseguimento do Projeto Espinha de Peixe (ligações asfálticas das sedes municipais com as rodovias federais) ao mesmo tempo em que permitiam a ligação com os principais centros consumidores do País. Os investimentos da CVRD no porto especializado em exportação de minério, aliados às melhorias na ferrovia, davam à região de Vitória excelentes condições para o grande salto: a usina siderúrgica voltada para a exportação, um sonho de longa data (desde 1910), segundo Gerhardt Santos.

O grande esforço centrava-se nos Grandes Projetos. Todo o discurso de posse de Gerhardt Santos foi marcado pelo reconhecimento de que o Governo Estadual, no regime militar, nessa época, era um instrumento de ação do Governo Nacional: “[...] o caminho à frente, político e administrativo, parece-me claro; usar os

⁴⁹ BITTENCOURT, 1987, p. 191.

instrumentos estaduais, buscando os objetivos locais, em coerência com os objetivos nacionais”.⁵⁰

Santos (1971) assinalou a necessidade de conjugação com os propósitos do Governo Central, de onde, primeiramente, mobilizaria ações e recursos, como “[...] decorrência obrigatória da própria distribuição de competências entre as esferas administrativas”.⁵¹ Com a ajuda daquele e dentro da sua política econômica, buscaria os recursos externos.

Da constatação de que o Estado carecia de oportunidades exclusivas de desenvolvimento, definiu, como primeiro ponto estratégico, o crescimento balanceado de todas as regiões, segundo as suas vocações naturais. E, como segunda linha estratégica, propôs a necessidade de “[...] mobilizar os recursos para aquilo que poderia chamar de Grandes Projetos”, concluindo:

Alguns já vêm-se definindo: a diversificação, a exportação, as grandes unidades florestais, a siderúrgica, a celulose, o turismo, a água e o equipamento urbano de nossos aglomerados, o excepcional crescimento da potência instalada de energia elétrica, as grandes ligações rodoviárias interestaduais.⁵²

Nessa perspectiva, torna-se claro que foi ao Estado, por meio do Governo Estadual, que coube planejar, viabilizar e executar o projeto de modernização capitalista do Espírito Santo. As elites dominantes, representadas, dirigidas ou orientadas pelo Estado, implementaram aqui, finalmente, o capitalismo. E o fizeram com a convicção daqueles que conhecem sua fraqueza tanto com relação ao seu peso no contexto político-econômico nacional, quanto com relação à percepção da inexistência de condições concretas ao seu desenvolvimento não associado nem ao capital nacional nem ao capital internacional. As palavras do Dr. Arthur Carlos Gerhardt Santos são elucidativas:

Ao assumirmos o governo do estado do Espírito Santo, procuramos empreender e determinar as potencialidades existentes no estado, desde a

⁵⁰ SANTOS, 1971, p. 1.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid.

sua posição geográfica, até a presença da Companhia Vale do Rio Doce e do Porto. Verificamos que tais potencialidades não estavam sendo utilizadas de modo amplo por diversas razões: deficiência de infra-estrutura, pouca atenção do Poder Público para novas perspectivas, pois visava fazer do Plano de Industrialização um complexo gerado aqui, o que era totalmente inexecutável.

Como corolário natural, impôs-se mostrar que a aceleração desenvolvimentista seria função direta de recursos externos a serem carreados. A utilização exclusiva de investimentos locais propiciaria um crescimento dentro dos padrões tradicionais apenas, mesmo considerando-se a política de incentivos. Para uma transformação mais intensa, os recursos externos configuravam-se imprescindíveis. É não só a poupança de investidores privados – esta perspectiva deve ficar bem clara – mas também do Poder Público Federal, que tem a capacidade de investir em setores básicos da economia [...].⁵³

Prosseguindo em seu depoimento, o governador Gerhardt Santos enfatizava

[...] a necessidade de se montar um esquema de atração de investimentos. Fizemos isto, utilizando como “capital inicial” o Porto de Vitória e a Companhia Vale do Rio Doce. Logo após a minha posse, em conversa com o então Ministro Delfim Neto, reforcei ainda mais a minha posição com referência aos investimentos externos, quando definimos que o Espírito Santo só poderia ter um processo de demarcação econômica, com a realização de um projeto de igual ou maior envergadura que a Companhia Vale do Rio Doce. Isto porque ela ficava isolada no panorama econômico do estado e seu efeito multiplicador era, portanto, insuficiente para dinamizar a economia nos níveis desejados.

Conseguimos, assim, trazer recursos de fora, não só no setor privado, mas também no público, viabilizando a filosofia administrativa que pretendíamos imprimir a este período de governo. Para termos investimentos maciços, precisamos mostrar que aqui se estava e está operando um trabalho sério. Conquistamos, desse modo, a confiança do Governo Federal.

Como consequência desta participação, diversos foram os programas estaduais que puderam ser executados em várias áreas: primeiro, na área agrícola, seguida das áreas de energia, siderurgia, telecomunicações, água, saneamento, entre outras.

Trabalhamos para instalar um complexo siderúrgico, pois sempre achamos que seria viável. Inclusive, a conjuntura mundial veio a nos favorecer, principalmente porque os países industrializados – à exceção dos Estados Unidos e da União Soviética – passaram a carecer de matérias-primas para siderurgia, além de encontrarem problemas relativos a valores de salários, greves e outros, agravando decisivamente o “custo do produto”.

Reconhecemos a realidade do Espírito Santo – um estado com boas potencialidades, mas poupança reduzida – e sentimos a necessidade de transformar tais parâmetros com a atração de recursos do exterior.⁵⁴

⁵³ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. As reivindicações se tornaram realidade. In: BANDES. **As etapas do processo histórico de desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo**. Vitória, 1975b.

⁵⁴ SANTOS, 1975b.

Desse modo, o Governo de Gerhardt Santos criou as condições infra-estruturais internas necessárias ao Estado e “vendeu” a imagem do Espírito Santo no exterior, como uma das regiões mais privilegiadas do Brasil para a implantação de grandes indústrias. Sobre a posição do governador de canalizar projetos de investimentos do estrangeiro para o Estado, um dos documentos do Projeto Espírito Santo Século XXI assinala que,

[...] embora parte do poder de decisão estivesse com o Governo Federal e grupos econômicos estrangeiros, foi da maior importância o papel desempenhado pelo governo do estado através do Governador Arthur Carlos Gerhardt Santos [...], atuando de forma decisiva junto aos organismos federais e empresas estrangeiras, no sentido de demonstrar tecnicamente ser o Espírito Santo o estado que reunia as maiores vantagens, sendo estrategicamente localizado para receber os Grandes investimentos privados e estatais [...].⁵⁵

Assim, os Grandes Projetos foram gradativamente ganhando força e forma até se tornarem uma realidade palpável, embora boa parte de decisão estivesse com o Governo Central e com grupos econômicos estrangeiros.

Em um discurso transparente, Gerhardt Santos testemunhava a ação deliberativa do Estado, seja o nacional seja o estadual, em promover a “aceleração desenvolvimentista” do Espírito Santo, explorando suas potencialidades, explorando sua condição de região não capitalizada, onde a elite local tinha pouco peso econômico e/ou político em nível nacional e não apresentava, em nível estadual, nenhuma fração que lhe fosse hegemônica, situação devido à qual carecia de condições para viabilizar um projeto próprio de acumulação; onde a desestruturação da economia agrária cafeeira liberava capitais e mão-de-obra e deixava brechas para sua reorganização, agora em termos capitalistas; onde eram, por fim, dadas as condições para que, na integração autoritária, o Espírito Santo se inserisse no conjunto da economia nacional.

Tratava-se, portanto, de um período governamental que se voltava para as articulações com o Governo Federal e com entidades e empresas internacionais para conseguir a consolidação da implantação dos Grandes Projetos de Impacto.

⁵⁵ CESAR; OLIVEIRA; BATISTA, 1987, p. 24-25.

Também denominados Grandes Complexos Industriais, os Grandes Projetos de Impacto ou Grandes Projetos de Investimentos apresentavam-se distribuídos em cinco grandes complexos: 1) o Complexo Siderúrgico – usinas de pelotização e siderúrgica; 2) o Complexo Naval – estaleiros de desmonte e de construção naval; 3) o Complexo Paraquímico – indústria de celulose; 4) o Complexo Portuário – terminal do Corredor de Transportes para Exportação e 5) o Complexo Turístico - investimentos no litoral sul do Estado. Dentre esses apenas o Complexo Naval não chegou a concretizar-se. Detalhadamente, os Grandes Complexos são os seguintes:

Complexo Siderúrgico

a) Usina Siderúrgica de Tubarão (CST)

- Controle Acionário (1975):

SIDERBRAS	51,0%
KAWASAKI STEEL CO.	24,5%
FINSIDER	24,5%
- Primeira fase de investimentos – capacidade 3 milhões t/ano
 - i) Linha de Produção: Semi-Acabados
 - ii) Mercados: 50% externo, 50% interno
 - iii) Investimento: US\$ 2,3 bilhões

Observação: Projeto concretizado. Iniciou suas operações em 1983.

b) Usina de Laminados não planos (expansão da COFAVI)

- Acionistas (1975):

BNDE	93,5%
Tesouro Nacional	6,0%
Outros	0,5%
- i) Linha de Produção: Laminados não planos

ii) Ampliação de capacidade: de 120.000 t/ano para 300.000 t/ano

iii) Mercados: 50% externo, 50% interno

iv) Investimento: US\$ 50 milhões

Observação: Projeto concretizado. Iniciou suas operações em 1978.

c) Usinas de Pelotização da Vale do Rio Doce

i) Linha de Produção: Pelotas de minério de ferro

ii) Localização: Ponta de Tubarão

c.1 Itabrasco

• Associação: CVRD 51%

FINIDER 49%

i) Capacidade: 3 milhões t/ano

ii) Investimento: US\$ 55 milhões

Observação: Projeto concretizado. Iniciou suas operações em 1976.

c.2) Hispanobras

• Associação: CVRD 51%

Instituto Nacional de Indústria da Espanha 49%

i) Capacidade: 3 milhões t/ano

ii) Investimento: US\$ 55 milhões

iii) Número de empregos: 400

Observação: Projeto concretizado. Iniciou suas operações em 1978.

c.3) Nibrasco

- Associação: CVRD: 51%

Grupos Japoneses: Nippon Steel Corporation, Nippon Kokan Kabushik, Suminoto Metal Indústrias, Kawasaki Steel Corporation, Kobe Steel Ltda. e Mishin Steel. 49%

- i) Capacidade: 6 milhões t/ano
- ii) Investimento: US\$ 110 milhões
- iii) Número de empregos: 600

Observação: Projeto concretizado. Iniciou suas operações em 1978.

c.4) Usina de Pelotização SAMARCO

- Associação: SAMITRI 51%

MARCONA INTERNATIONAL 49%

- i) Linha de Produção: Pelotas de minério de ferro
- ii) Localização: Ubu - Anchieta
- iii) Investimento: US\$190 milhões (incluindo instalações portuárias)
- iv) Número de empregos: 450

Observação: Projeto concretizado. Iniciou suas operações em 1978.

Complexo Naval

a) Estaleiro de Reparos Navais

- Associação: DOCENAVE, FRONAPE E LOYD 51%

Grupo Estrangeiro 49%

- i) Localização: Praia de Camburi – Vitória

ii) Investimento: US\$ 90 milhões

iii) Número de empregos: 4.000

Observação: Este empreendimento não se concretizou.

Complexo Paraquímico (CPQ)

a) Aracruz Celulose S/A.

• Acionistas à época de sua criação:

Supergasbras Dist. de Gás Ind. e Com. S/A	17,05%
Credibras – Financeiras do Brasil S/A	6,45%
Refinaria e Exploração de Petróleo União	6,39%
Cia. Brasileira de Projetos e Obras (CBPO)	6,32%
Paranapanema S/A – Mineração e Ind. de Construção	5,03%
UNIBANCO S/A	5,00%
Brasil Holanda Indústrias S/A	3,92%
Banco Brascan de Investimentos S/A	3,69%
Estabelecimentos Comerciais Reunidos S.A	2,55%
Brasil Warrant Cia. Comércio e Participações	2,36%
Outros	41,24%

i) Localização: Município de Aracruz

ii) Linha de Produção: Celulose branqueada tipo “Kraft”

iii) Capacidade: 400.000 t/ano

iv) Área de florestas: 52.000ha

v) Investimentos:	Indústria	US\$ 319 milhões
	Floresta	US\$ 51 milhões
	Infra-estrutura	US\$ 26 milhões*

* (exclusiva porto)

vi) Número de empregos:	Indústria	500
	Floresta	2.000

b) Flonibra – Empreendimentos florestais

- Associação: CVRD

Japan Brazil Pulp

i) Localização: São Mateus e Linhares

ii) Linha de Produção: Celulose em polpa

iii) Capacidade: 400.000 t/ano

iv) Área a ser plantada: 50.000 ha

v) Investimento no Espírito Santo: US\$ 390.000 milhões

vi) Número de empregos:	Indústria	500
-------------------------	-----------	-----

	Florestas	2.000
--	-----------	-------

Observação: Este empreendimento, que se agregava ainda à produção de madeira “chips” para exportação, não se concretizou, limitando-se apenas a uma parcela do reflorestamento previsto.

Complexo Portuário

- a) Superporto de Tubarão para a Usina Siderúrgica de Semi-Acabados (Projeto concluído. Iniciou suas operações em 1984).
- b) Porto de Barra do Riacho – PORTOCEL – Terminal da Aracruz Celulose S.A. (Projeto concluído. Iniciou suas operações em 1979).
- c) Terminal de Exportação de *Pellets* de UBU – Terminal de exportação de minérios finos da SAMARCO – Anchieta.
- d) Projeto Portuário no Canal da Baía de Vitória
 - d.1) Melhoria do Cais Comercial de Vitória e do canal de acesso (Projeto executado).
 - d.2) Construção do Cais de Capuaba/Atalais (Terminal do Corredor de Exportação GO/MG/ES (Executado parcialmente).
 - d.3) Construção dos Cais de Jaburuna e de Aribiri (Projeto não concretizado).
 - d.4) Ampliação, melhoria e adaptação dos Cais de Jabour e de Paul (Projetos concretizados).

Complexo Turístico

- Associação: EMCATUR
 - i) Localização: Guarapari – Rodovia do Sol / Cidade do Sol - e Linhares – Parque Juparanã.⁵⁶

A Tabela 8 apresenta uma idéia geral do montante que seria investido e o número de empregos diretos gerados com a implantação dos Grandes Complexos no estado do Espírito Santo.

⁵⁶ BANDES. **Plano de Ação**: 1975/1979. Vitória, 1975. p. 50-56.

TABELA 8
Investimento e número de empregos diretos dos Grandes Projetos

Discriminação	Investimento (US\$ milhões)	Número de empregos
Complexo Siderúrgico	4.260	9.850
- Grande Vitória	4.070	9.400
- Anchieta	190	450
Complexo Naval		
- Grande Vitória	90	4.000
Complexo Paraquímico	800	5.000
- Aracruz	410	2.500
- Norte, ES (Linhares, S. Mateus, C. da Barra)	390	2.500
Complexo Portuário	405	2.025*
- Grande Vitória	307	2.000
- Aracruz (B. do Riacho)	48	?
- Anchieta (Praia de Ubu)	50	25
Total Geral	5.555	20.875*
- Grande Vitória	4.467	15.400
- Outros municípios	1.088	5.475

Fonte: BANDES, 1975, p. 49.

* O total exclui o número de empregados do Porto de Barra do Riacho, Aracruz. O número de empregos gerados por esse porto, entretanto, dadas as suas características de porto moderno e automatizado, não acresce significativamente os efetivos de novos empregados a serem requeridos pelos Grandes Projetos.

Entre os complexos citados, o que nos interessa aqui é a instalação do Complexo Paraquímico e/ou da Indústria de Celulose no Espírito Santo, que será analisado no próximo capítulo, pois, como observa Valadão, o Complexo Paraquímico e o Pró-Álcool, instalados na região norte do Estado, são parte da estratégia industrializante e modernizadora da agricultura capixaba. Representam iniciativas decisivas para o setor agrícola, por conjugá-lo a atividades industriais de grande

porte.⁵⁷ A presença de tais empreendimentos exacerbou uma série de fatores ligados à problemática social e fundiária no Estado, afetando, sobretudo, os municípios atingidos por suas operações, no caso da Aracruz Celulose, principalmente os municípios de Aracruz, Conceição da Barra e São Mateus.

Antes de analisarmos a instalação da Aracruz Celulose S/A no litoral norte do Estado, é importante ressaltar que, considerando as características do capitalismo no Brasil e as singularidades de cada região, ou melhor, a conquista de um patamar superior de desenvolvimento capitalista baseado na produção de bens de produção e de bens de consumo em âmbito nacional, notadamente nos pólos mais dinâmicos, e dada a inexistência, no plano estadual, quer de capitalistas de vulto quer de um estrato de renda apto ao consumo de bens duráveis em alta escala, caberá ao Espírito Santo, mais uma vez, a posição de suporte do desenvolvimento periférico, através da especialização da região na produção de bens intermediários destinados ao mercado externo (principalmente metalurgia e celulose). Em outros termos, a fragilidade econômica e política da elite local e a localização geográfica do Estado, conjugadas com as condições do processo de industrialização que se instaurava no País, reservam-lhe, no conjunto do processo de desenvolvimento nacional, o papel de “hospedeiro” das grandes empresas que vão aproveitar-se de sua área física para instalar unidades de bens intermediários exportáveis.⁵⁸

⁵⁷ VALADÃO, 1999, p. 52.

⁵⁸ CESAR; OLIVEIRA; BATISTA, 1987, p. 28.

CAPÍTULO II

2 GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTOS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO LITORAL NORTE DO ESPÍRITO SANTO

2.1 GPIs: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A compreensão do que vem a ser Grandes Projetos de Investimentos é fundamental, se buscamos refletir sobre o impacto da implantação da Aracruz Celulose S/A sobre as populações indígenas (Tupinikin e Guarani Mbya) que habitam o litoral norte do Espírito Santo. Por meio de análise desenvolvida por Vainer,⁵⁹ apresentaremos as principais características que envolvem tais projetos.

Para Vainer, a expressão Grandes Projetos de Investimento não é muito precisa e abrange grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, como arranque ou início de possíveis cadeias produtivas.⁶⁰ Os GPIs caracterizam-se, assim, por:

- a) serem “deflagrados de cadeias de eventos capazes de gerar sérios desequilíbrios ecológicos”, ao mesmo tempo em que “[...] são também

⁵⁹ VAINER, Carlos. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, Sérgio (Ed.). **Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. p. 179-208.

⁶⁰ Ibid., p. 179. Cf. LAURELLI, Elza: Los grandes proyectos: estrategias de desarrollo y transformación del territorio. In: ROFMAN, Alejandro (Coord.). **Los grandes proyectos y el espacio regional: presas hidroeléctricas y el sistema decisional**. Buenos Aires: Centro de Estudios Urbanos y Regionales, 1987. p. 131-135, 1987. (Cuadernos Del CUER, 19).

responsáveis por rápidas e profundas modificações nos meios e modos de vida das populações das áreas direta ou indiretamente afetadas;⁶¹

- b) constituírem “o sujeito de um processo no qual (e para o qual) os habitantes da região envolvida são postulados como objetos passivos – ou, na melhor das hipóteses, como capazes de reações homeostáticas, de restabelecimento do equilíbrio rompido”;⁶²
- c) serem “decididos e executados em um espaço de relações que é completamente estranho e alheio aos espaços das populações/regiões impactadas”;⁶³
- d) serem freqüentemente considerados pólos de desenvolvimento, cuja implantação “foi apontada, em determinado período, como o meio mais eficaz de assegurar a difusão acelerada do progresso técnico e a conseqüente superação das enormes desigualdades regionais que acompanham o desenvolvimento capitalista em países como o Brasil”;⁶⁴
- e) serem considerados, muitas vezes, como enclaves, na medida em que “são implantados na região, não nascem de seu processo de desenvolvimento, não expressam as forças – sociais, políticas e econômicas – endógenas”;⁶⁵
- f) estarem submetidos a uma superposição espacial, uma vez que pertencem simultaneamente a “a dois universos: “de um lado, a extraterritorialidade dos processos de acumulação de que são parte; de outro lado, a territorialidade que localiza, que os ancora num espaço determinado”;⁶⁶
- g) implicarem, em geral, uma “redução dos poderes locais e regionais nos espaços sobre os quais (os GPIs) detêm o controle legal/formal”;⁶⁷

⁶¹ VAINER, 1990, p. 180.

⁶² VAINER, 1990, p. 180.

⁶³ Ibid., p. 181.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Ibid., p. 183.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ VAINER cita, ainda, LAURELLI: “Embora se fale de descentralização e se formulem estratégias territoriais desta índole, trata-se, na realidade, de localização de certas funções na região, que não impliquem, em qualquer circunstância, alto poder de decisão. Dado que não há realmente

- h) terem predomínio absoluto da lógica setorial em seu processo de concepção e decisão.

Vainer propõe que à análise e à avaliação dos GPls seja incorporada, como “parte do núcleo da decisão”, a dimensão regional. Essa condição permitiria distinguir o conceito de dimensão regional do de externalidades,⁶⁸ cujo equacionamento leva, em geral, ao “cálculo do custo das medidas ditas mitigatórias ou compensatórias”.⁶⁹

A percepção dos aspectos sociais, em geral, é revelada em termos de “externalidades” a serem resolvidas. “Na medida em que o social não interfere na tomada de decisões, ele só pode vir a se constituir em problema, para o qual deverá ser buscada uma solução qualquer e a qualquer preço, dentro do cronograma apertado das obras civis”.⁷⁰

Moreira ressalta que embora os programas nacionais de desenvolvimento da década de 1970 comportassem e apresentassem do ponto de vista formal uma retórica de desenvolvimento regional – de desconcentração espacial e

transferência do processo decisório ou de recursos às autoridades locais, somente se estabelecem representações formais” (LAURELLI, 1987, apud VAINER, 1990, 187).

⁶⁸ As externalidades são atividades que envolvem a imposição involuntária de custos ou de benefícios, isto é, que têm efeitos positivos ou negativos sobre terceiros sem que estes tenham oportunidade de o impedir e sem que tenham a obrigação de os pagar ou o direito de ser indenizados. Quando os efeitos provocados pelas atividades são positivos, estas são designadas por externalidades positivas. Quando os efeitos são negativos, designam-se externalidades negativas. Exemplos de externalidades positivas são a investigação e o desenvolvimento, pois os seus efeitos sobre a sociedade são geralmente muito positivos sem que esta tenha que pagar pelo seu benefício. Outro exemplo de externalidades positivas são os bens públicos, tais como a saúde pública, as infra-estruturas viárias, a educação, a defesa e segurança, entre diversas outras atividades. Exemplos de externalidades negativas são a poluição ambiental provocada pelas atividades econômicas, a produção de bens não seguros, a produção e consumo de drogas ilícitas, entre outros. Dado que, tal como referido e ao contrário das transações realizadas no mercado, as externalidades envolvem uma imposição involuntária, estas constituem uma ineficiência de mercado. Por isso é necessária a intervenção do Estado através da oferta ou da criação de incentivos à oferta de atividades que constituem externalidades positivas (por exemplo, subsidiando a investigação e o desenvolvimento ou oferecendo gratuitamente a iluminação pública) e através do impedimento ou criação de incentivos à não-produção de externalidades negativas (por exemplo, criando regulamentações para controlar a emissão de poluição das fábricas).

⁶⁹ Cabe acrescentar ainda que: “[...] a avaliação dos efeitos sociais, econômicos e ambientais ocorre quase sempre sobre a base de um grande projeto que não se está disposto a modificar substancialmente [...] somente resta, a partir da avaliação [...], preparar-se para as mudanças que sobrevirão, geralmente percebidas como problemáticas, mediante ações de compensação”. BRUNSTEIN, apud VAINER, 1990, p. 194).

⁷⁰ SIGAUD, 1988, apud VAINER, 1990, p. 194. Cf. SIGAUDI, Lygia. As implicações sociais da política do setor elétrico. In: OLIVEIRA, Ayor Leynad de; ANDRADE, Lúcia M. M. (Org.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p. 103-110.

econômica, de pólos indutores do crescimento,⁷¹ a localização dos GPIs em áreas periféricas não refletiu a preocupação efetiva com os temas enunciados nesse discurso legitimador.⁷²

A localização dos GPIs seguiu a disponibilidade de recursos naturais: sua apropriação beneficiou diretamente circuitos de acumulação, cuja lógica, dinâmica e comandos foram e são determinados nos centros nacionais e internacionais.⁷³

“O planejamento e gestão desses espaços passa, inevitavelmente, a ser competência e atribuição responsável pela promoção do investimento”.⁷⁴ Nesse sentido e de acordo com Moreira, o projeto Aracruz representa um dos principais GPIs implantados no Brasil nos anos de 1970. Os impactos sociais e ambientais desse empreendimento marcaram a opinião pública capixaba. À medida que os reflorestamentos avançavam, novas localidades passaram a subordinar-se à lógica da empresa, o que acarretou significativas transformações nos meios e modos de vida de suas populações.⁷⁵

Ainda segundo Moreira as populações locais jamais participaram da discussão do processo de localização do empreendimento, que se revestiu de características de enclave, concebido e decidido fora da região, além de referido à dinâmica do grande capital.⁷⁶

Com o passar do tempo, o litoral norte do Espírito Santo passou a ser conhecido como a “região da Aracruz”, deixando evidente seu predomínio e influência sobre aquele espaço. Como conseqüência, as demandas básicas (emprego, educação, saúde, moradia...) daquelas populações passaram a ser apresentadas diretamente à Empresa, reconhecida como o poder de fato na área, além de julgada responsável pelas condições de vida locais. A Aracruz passou a

⁷¹ “Presente à assinatura do contrato de financiamento (entre a Aracruz e o BNDES), o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso salientou no evento um exemplo do modelo de capitalismo brasileiro e chamou a atenção para o aspecto de desconcentração do desenvolvimento industrial que a Aracruz representa” (A ARACRUZ é o maior financiamento já feito pelo BNDE, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 set. 1975).

⁷² MOREIRA, Terezinha. **Aracruz Celulose S/A: investimento social e lógica empresarial**. 1982. 212 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982. p. 18.

⁷³ VAINER, 1990, p. 196.

⁷⁴ Ibid., p. 205.

⁷⁵ MOREIRA, op. cit, p. 19, nota 106.

⁷⁶ Ibid.

desenvolver ações de caráter assistencialista em prol da região, assumindo novo papel naquele espaço.⁷⁷ “O GPls porque gera espaço, gere espaços”.⁷⁸

Essas considerações são relevantes, pois contribuem para melhor compreensão das relações que se estabeleceram entre a Aracruz Celulose e as comunidades por ela atingidas. Permitem ainda uma idéia mais clara do impacto produzido pela instalação do Complexo Aracruz no litoral norte do Espírito Santo, bem como dos seus reflexos, sejam eles ambientais, econômicos, sociais, políticos ou culturais, sobre as populações preexistentes, principalmente sobre as comunidades indígenas que são objeto de nossa análise. Entre os impactos provocados podemos citar a perda dos territórios tradicionalmente utilizados não só pelas populações indígenas, como também por pequenos lavradores, posseiros, quilombolas; a destruição da Mata Atlântica; a poluição do ar, dos rios, e a conseqüente diminuição da caça e da pesca.

2.2 A PRODUÇÃO DE CELULOSE NO BRASIL E NO MUNDO

A instalação do projeto Aracruz no Espírito Santo resultou de toda uma conjuntura político-econômica internacional, nacional e regional capaz de viabilizar a sua concretização. No contexto internacional, o mercado de celulose já vinha expandindo-se desde os anos de 1950, devido à manutenção dos preços internacionais em índices atrativos, fomentando, ao longo desses anos, grandes investimentos no setor.

A produção de polpa de celulose em nível mundial originou-se em países desenvolvidos do hemisfério norte (Escandinávia, Canadá e Estados Unidos da América). Todavia, a insuficiência das reservas florestais nesses países, o longo prazo de maturação das florestas, as dificuldades em proceder-se a expansões significativas nas áreas reflorestadas e o aumento de pressões sociais contra a

⁷⁷ Ibid., p. 20.

⁷⁸ VAINER, op. cit., p. 205, nota 93.

poluição industrial, que se cristalizaram em legislações mais rigorosas quanto à utilização de técnicas e equipamentos de preservação ambiental, foram fatores que, ao dificultar e/ou elevar os custos de produção nessa indústria, provocaram, “[...] uma primeira redefinição geográfica da indústria mundial de celulose, que, ao induzir a busca de novas fontes de matérias-primas, despertou interesses por florestas tropicais”.⁷⁹ Por conseguinte, na década de 1950, países afro-asiáticos (Japão, China, África do Sul) emergiram como novos fornecedores no mercado mundial, seguidos à distância pela América Latina. A essa época, a polpa comercializada constituía-se, em sua totalidade, de celulose fibra longa, produzida a partir de coníferas.

Nos anos de 1960, o desenvolvimento da técnica de produção de celulose a partir do eucalipto provocou uma revolução no setor. Essa técnica possibilitava a utilização de essências florestais que atingiam idade de corte com 6 a 7 anos, ao passo que as coníferas anteriormente utilizadas demandavam aproximadamente 30 anos para atingir a idade de exploração econômica. Essa nova técnica foi responsável por uma significativa redução de custos na produção de madeira, aprofundando ainda mais as redefinições em curso na indústria mundial.

O custo de produção de madeira para fabrico de celulose curta é, no Brasil, de cerca de US\$ 50 a US\$ 60 (com um tempo de maturação de 6 a 7 anos). Em Portugal esse mesmo custo está estimado em US\$ 75 (tempo de maturação de 12 anos); US\$ 130 na França (tempo de maturação de 30 a 40 anos); e US\$ 160 na Suécia (tempo de maturação de 60 anos).⁸⁰

Com o desenvolvimento da técnica de produção de celulose a partir de eucalipto, um novo determinante de localização industrial no setor passou a estabelecer-se, qual seja, a disponibilidade de condições edafoclimáticas⁸¹ favoráveis ao plantio dessa essência, responsável pelo ingresso de países como o Brasil, Portugal, Espanha, França, Índia e Áustria no mercado mundial de celulose.

⁷⁹ DALCOMUNI, 1990, p. 113.

⁸⁰ BNDES. **Insumos básicos**: papel e celulose. Rio de Janeiro, 1977. p. 49.

⁸¹ As condições edafoclimáticas encontram-se vinculadas às variáveis de solo e clima, como, por exemplo, a temperatura e a umidade relativa do ar e do solo.

Essa redefinição geográfica na produção ocorreu com a efetiva participação dos blocos de capitais dos países tradicionais produtores – América do Norte (EUA e Canadá), Japão e alguns países da Europa Oriental – que sempre se mantiveram na liderança do setor em plano mundial. As empresas americanas do setor, reproduzindo um comportamento mais geral dos seus investimentos industriais no exterior, deram início, no final da década de 1950, a um forte processo de centralização de capitais, por meio de fusões com empresas européias do ramo. Já os japoneses optaram por direcionar seu fluxo de capitais para a América Latina. Toda essa movimentação internacional de capitais na indústria de celulose passou a conferir a essa indústria uma conotação transnacional.⁸²

Grosso modo, o aumento do rigor da legislação referente à preservação ambiental nos países tradicionais produtores, além de limitações em termos de disponibilidade de terras para expansão florestal, contribuiu para a elevação dos custos, tornando-os ainda mais altos, o que provocou a partir dos anos de 1950 uma importante reestruturação mundial do setor de celulose com fusões, associações com produtores de outros países, redistribuição geográfica da produção e preferência dos países centrais pela produção de papéis, ampliando as importações de celulose. De acordo com Dalcomuni,

O que permite o desenvolvimento recente da indústria de celulose no Brasil e no Espírito Santo é a dinâmica dessa indústria em âmbito mundial, que, uma vez percebida por atores políticos locais e nacionais, passam a buscar mecanismos de inserção na mesma, numa relação micro x macro que constantemente se redefine e se retroalimenta.⁸³

Em âmbito nacional, a implantação do Plano de Metas (1956-60), do II PND (1974-1979) e do I Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC) viabilizou a constituição e a consolidação da indústria de celulose no País.

O Plano de Metas⁸⁴ foi um marco em termos de análise do crescimento recente da indústria de celulose no País, por constituir-se no primeiro macroplano

⁸² DALCOMUNI, 1990, p. 116.

⁸³ Ibid., p. 198.

⁸⁴ O Plano de Metas consistia na “pedra angular” do governo de Juscelino Kubitschek e na sua maior realização. Era composto de 31 metas distribuídas entre os setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e construção de Brasília.

governamental em que a produção de celulose figura como setor prioritário a ser fomentado e por representar o auge do modelo de substituição de importações e o ponto de inflexão desse modelo. A partir de seus resultados, ocorreu uma redefinição da matriz industrial brasileira e das bases para o progresso de industrialização do País.⁸⁵

Na evolução recente da indústria de celulose no Brasil, a implementação do II PND⁸⁶ foi fundamental para a viabilização e concretização de um extenso leque de grandes projetos de produção e exportação de celulose, responsáveis por uma profunda mudança estrutural nessa indústria. Por meio desse Plano, o Governo Militar passou a intervir diretamente na indústria de celulose e papel, atuando de forma decisiva na atração e viabilização de investimentos estrangeiros sob a forma de risco e empréstimo e de participação acionária.

A priorização da produção de celulose no II PND possibilitou o carreamento de US\$ 466.846.200,00 para o setor celulósico-papeleiro, sob a forma de empréstimos, no período de 1974-1980.

A implantação do II PND e do I Programa Nacional de Papel e Celulose⁸⁷ criou uma série de condições (concessão de financiamentos e subsídios à exportação) que possibilitaram a implantação de grandes complexos de produção e exportação de celulose, ao se constituírem nos principais componentes das transformações vivenciadas por essa indústria.⁸⁸ Em discurso proferido na solenidade de inauguração da primeira fábrica de celulose do norte do Espírito

⁸⁵ DALCOMUNI, 1990, p. 30.

⁸⁶ O II PND propunha a internalização dos ramos industriais produtores de bens intermediários e de capital típicos da Segunda Revolução Industrial, em alguns ramos, a aproximação da fronteira tecnológica e um ambicioso aumento das exportações. O plano foi o produto de uma elite burocrática que via a autonomia industrial como o pré-requisito para a soberania nacional. Tal burocracia esclarecida tinha sido influenciada pela vasta literatura de Economia do Desenvolvimento (ainda que eventualmente viesse a perseguir seus autores, por razões políticas) e pretendia retirar o Brasil do rol dos subdesenvolvidos para integrá-lo ao seleto clube das potências. Este parecia ser um sonho possível para um país que recentemente ostentara as maiores taxas de crescimento do mundo – o autotizado “milagre” – e que atingira o posto de oitava maior economia mundial. Esse segmento burocrático desenvolvimentista tinha como coordenador o próprio Presidente da República, o general Geisel (quadro formado no Conselho Nacional do Petróleo durante o governo Vargas), e como mentores e executores os ministros Reis Velloso e Severo Gomes. Cf. LESSA, Carlos; EARP, Fábio Sá. **Mais além do II PND**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2001, (Coleção Documentos). Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/publicações/dicussão/mais_alem_do_ii_pnd.pdf>. Acesso em: 30 maio 2005.

⁸⁷ O I PNPC foi divulgado três meses após a instituição do II PND.

⁸⁸ DALCOMUNI, 1990, p. 86.

Santo, a Fábrica A, o Ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, afirmou:

O Governo Federal, juntamente com a iniciativa privada, não tem medido esforços para tornar o país auto-suficiente em papel e celulose. Para tanto, o Presidente Geisel aprovou a institucionalização, em dezembro de 1974, do I Programa Nacional de Papel e Celulose, a fim de substituir importações e criar excedentes exportáveis, mediante o aproveitamento racional de nossas excelentes condições ecológicas para o plantio e rápido crescimento de nossas espécies vegetais.

Pelo sistema de incentivos fiscais foram plantados, entre 1967/77, cerca de 2,9 milhões de hectares de várias espécies vegetais, destinados exclusivamente à produção de papel e celulose [...].⁸⁹

As metas específicas para a produção de celulose e papel, no Plano, eram de aumento da capacidade instalada de 85% e 25%, respectivamente, para essas indústrias, passando-se de uma capacidade instalada de 1.547 t/ano em 1974 para 2.860 t/ano em 1979, no caso da indústria de celulose, e de 2.267 t/ano em 1974 para 2.900 t/ano em 1979, no caso da indústria papeleira.⁹⁰

Implantaram-se, nesse contexto, a Riocell (1979), com capacidade de produção de 720 t/dia, a Cenibra (1977), com capacidade de produção de 750 t/dia, a Aracruz Celulose (1978), com capacidade de produção de 1.160 t/dia, e a Jarí (1979), com capacidade de produção de 759 t/dia.

Em âmbito nacional, é importante considerar ainda uma gama de leis e incentivos fiscais aos “reflorestamentos”, que se iniciaram com a Lei n.º 5.106/66. Esta Lei é considerada o marco inicial nessa legislação específica. Sua essência encontra-se cristalizada em seu artigo 1.º, transcrito a seguir:

Art. 1.º – As importâncias empregadas em reflorestamento e florestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil, atendidas as condições estabelecidas na presente lei.

§ 1.º As pessoas físicas e jurídicas poderão abater da renda bruta as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou

⁸⁹ ARACRUZ CELULOSE. Pronunciamento do Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá por ocasião da Inauguração da Aracruz Celulose S/A, 31 out. 1978. Documento preservado no CDOC da empresa.

⁹⁰ DALCOMUNI, 1990, p. 83

reflorestamento e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido [...].

[...]

§ 3.º As pessoas jurídicas poderão descontar do imposto de renda que devam pagar, até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento que poderá ser feito com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido.

Entretanto, os incentivos fiscais ao reflorestamento são anteriores à Lei n.º 5.106. Iniciaram-se com o Novo Código Florestal, de 15 de maio de 1965 – Lei n.º 4.771 –, que isentou de tributação as áreas cobertas com florestas, entre outras vantagens,⁹¹ conforme estabelecem alguns de seus artigos:

Art. 10 – [...] permite aos proprietários de florestas heterogêneas, transformá-las em homogêneas.

[...]

Art. 20 – As empresas industriais consumidoras de grandes quantidades de matéria-prima florestal são obrigadas a assegurar o plantio de novas áreas equivalentes ao consumo.

[...]

Art. 38 – As florestas plantadas e até naturais estão imunes a qualquer tributação.

§ 1.º – Não se considera tributável a renda das florestas plantadas.

§ 2.º – As importâncias empregadas em reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda.

Art. 39 – As florestas plantadas para exploração madeireira ficam isentas de imposto territorial.

[...]

Art. 41 – Os projetos de reflorestamento serão prioritários na aquisição de crédito com juros e prazos compatíveis.

Embora inspirado em grande medida em preocupações preservacionistas com as florestas nativas, devido à intensa exploração dessas em todo o País, o Novo Código Florestal, apesar de inócuo como estimulador da atividade florestal, funcionou como precursor da Lei n.º 5.106/66.⁹²

⁹¹ DALCOMUNI, 1990, p. 102;

⁹² Ibid., p. 102-103.

Foi somente com a instituição da Lei n.º 5.106/66 que a abrangência dos incentivos fiscais se estendeu, direcionando-os, em grande medida, para empresas florestais. Como resultado imediato dessa Lei, a área florestal voltada especificamente para a indústria de celulose cresceu a taxas significativas de 100% e 150%, em 1967 e 1968, respectivamente.⁹³

Dando prosseguimento à ação estatal no setor florestal, em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão governamental que tinha por meta coordenar todas as atribuições referentes à exploração e à comercialização da madeira, bem como ao plantio de árvores e à proteção das florestas. O IBDF nasceu com a função de administrar os incentivos fiscais ao reflorestamento e acompanhar os projetos florestais. Desse modo, além dos instrumentos jurídicos criados, criava-se também uma estrutura administrativa que impulsionava os projetos de reflorestamento.

Em 1970, a Lei n.º 5.106/66 recebeu seu primeiro aperfeiçoamento, por meio do Decreto-Lei n.º 134, que previa a constituição de um fundo que atuasse como efetiva fonte de financiamento ao reflorestamento, funcionando como uma progressiva adequação dos incentivos fiscais ao reflorestamento às necessidades das atividades industriais e, sobretudo, da indústria de celulose.

O ápice desse estreitamento entre política florestal e indústria de celulose ocorreu em 1974 quando, por meio do Decreto-Lei n.º 1.376, de 12 de dezembro de 1974, foi criado o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset), que se dirigia aos setores da pesca, do turismo e do reflorestamento, com o objetivo de corrigir e eliminar distorções verificadas anteriormente, tais como desequilíbrio entre oferta e procura de incentivos, atrasos nos cronogramas de investimentos como resultado de escassez de recursos e práticas irregulares de intermediação em que proliferavam exageradas comissões de corretagem e captação.⁹⁴

O Fiset seria alimentado pelas importâncias descontadas do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, a serem aplicadas em empreendimentos florestais. Essas importâncias passaram a ser depositadas em conta específica do Banco do Brasil e só poderiam ser movimentadas após aprovação dos projetos pelo IBDF.

⁹³ Ibid., p. 104.

⁹⁴ DALCOMUNI, 1990, p. 105.

Em 1976, como resposta do governo Geisel às reivindicações do setor de papel e celulose, foi criado o Decreto-Lei n.º 79.046, de 27 de dezembro de 1976, que buscava concentrar em algumas “regiões prioritárias” ou “distritos florestais” a concessão dos incentivos fiscais. O Espírito Santo, assim como outros estados do centro-sul, Bahia e Pará, enquadraram-se nesse “zoneamento florestal”. Desse modo, o Decreto-Lei n.º 79.046 veio reforçar o apoio ao PNPC, consolidando a “vocação” para a monocultura do eucalipto no Espírito Santo.

Art. 4.º A partir do exercício de 1977, os projetos de florestamento ou reflorestamento, à exceção dos relativos a frutíferas e palmito e, ainda, daqueles com efeitos eminentemente conservacionistas, só poderão ser aprovados para execução em regiões prioritárias para florestamento e/ou em Distritos Florestais-Industriais, obedecidos os critérios a seguir fixados.

Art. 5.º Competirá ao IBDF, ouvida a Comissão de Política Florestal, delimitar as Regiões Prioritárias ao Reflorestamento.

Art. 6.º Por indicação também do IBDF serão delimitados, mediante decreto, como Distritos Florestais-Industriais, as áreas onde, na data de publicação deste Regulamento, já existia, em funcionamento ou em implantação, indústria que utilize a madeira como insumo principal.

Em âmbito nacional, todavia, a criação da Lei n.º 5.106 parece que não estabeleceu, pelo menos de imediato, maior vinculação com a indústria de celulose, visto que a maior parte desses incentivos foram absorvidos por outras atividades, possivelmente lideradas pela produção de carvão vegetal, cuja demanda crescera em decorrência, entre outros fatores, da expansão da siderurgia, fruto de investimentos do Plano de Metas.

O que buscamos evidenciar é que, embora em um contexto nacional a principal beneficiária da Lei n.º 5.106 não tenha sido a indústria de celulose, aquela legislação foi sendo moldada às necessidades desta última, num processo que se explicitou, em 1974, com a criação “simultânea” do II PND e do PNPC, da Fiset, e com a delimitação dos “distritos florestais” (1976). Em seu conjunto, ao propiciar a ampliação da base florestal, essa legislação criou condições fundamentais ao desenvolvimento da indústria de celulose no Brasil.⁹⁵

⁹⁵ DALCOMUNI, 1990, p. 111.

No contexto regional, é possível apontar alguns fatores que influenciaram na viabilização e concretização da indústria de celulose no Estado, representada pela Aracruz Celulose S/A, entre eles: a) a ação da elite⁹⁶ política local, que centrava cada vez mais seus esforços no sentido de promover a modernização e/ou diversificação da economia capixaba, com o objetivo de inserir o Espírito Santo no contexto capitalista nacional, intento para cuja concretização o Governo Estadual se envolvia em gestões com o Governo Federal e instituições internacionais; b) a criação da Lei n.º 5.106, que redundou num forte impulso da atividade de reflorestamento no Estado; c) a participação ativa do governador Gerhardt Santos para instalação da empresa Aracruz Celulose em território capixaba; d) as condições edafoclimáticas; e) a disponibilidade de terras e uma população nativa que assistiu impotente à chegada da indústria de celulose.

Desse modo, a produção de celulose no Brasil pode ser dividida em duas fases.

A primeira fase abrange o início dessa produção, no final dos anos de 1940,⁹⁷ sua constituição como indústria, no final dos anos 1950 (Plano de Metas), estendendo-se até o início da década de 1970. Essa fase tem como característica pequenas unidades de produção voltadas para o mercado interno e, em maior parte, integradas à produção de papéis.

A segunda fase, a partir da década de 1970, caracteriza-se por redefinições na indústria mundial de celulose e por ações do Governo Brasileiro no sentido de

⁹⁶ Elite política local significa as forças políticas que constituíram as bases oligárquicas e que se perpetuaram no Poder Político regional até, praticamente, os dias atuais. Grosso modo, as políticas locais eram compostas por duas forças: uma, agrofundiária, e a outra, mercantil-exportadora. Como indica Marta Zorzal e Silva, a base de interesses constituídos, no Espírito Santo, foi expressa, predominantemente, pelas forças agrofundiárias e mercantil-exportadora. Desse modo, os caminhos trilhados pelo desenvolvimento socioeconômico e político espírito-santense estiveram permeados pela luta entre três conjuntos de forças políticas que visualizavam ritmo e sentido diferenciado para o desenvolvimento. A primeira era a preconizada pelas forças agrofundiárias, agregadas em torno do PSD. Para essas forças, o capital industrial não deveria subordinar o agrário a interesses objetivos. A segunda era representada por um núcleo de forças ainda mais conservadoras do que as anteriormente citadas. Possuía bases representativas na UDN, no PRP e no PSP. Constituíam-se principalmente pelas forças mercantil-exportadoras, que entendiam que o Espírito Santo possuía uma “vocalização agrária” que deveria ser preservada. A industrialização era vista como atividade complementar e não como alternativa de desenvolvimento socioeconômico. A terceira não possuía uma base real de interesses constituídos no estado. Expressava-se no plano político ideológico pelas forças políticas que se solidarizavam com as forças industrializantes presentes na arena política nacional. Esse grupo agregava-se em torno de Jones dos Santos Neves que, além de encampar as idéias desenvolvimentistas preconizadas por Getúlio Vargas para o Plano Nacional, não mediu esforços para conseguir transformá-las em realidade em âmbito estadual. Cf. SILVA, M. Zorzal. Interesses em jogo. **IJSN**, Vitória, p. 31-34, jul./set. 1987.

⁹⁷ A produção de celulose no Brasil iniciou-se em 1947 pela Klabin Irmãos. Dalcomuni, 1990.

atrair para o País os capitais abundantes na economia mundial, a fim de fomentar as atividades exportadoras, via isenções tributárias e fiscais, responsáveis por uma profunda mudança estrutural dessa indústria. Essa segunda fase marca-se pela implantação de unidades de grande porte de produção de celulose para exportação.

Os anos de 1970, além de marcarem o ingresso do Brasil no mercado internacional de celulose, viram nascer, no litoral do Norte do Espírito Santo, a Aracruz Celulose S/A, a maior produtora mundial de fibra curta branqueada de eucalipto.

2.3 OS ÍNDIOS TUPINIKIN E GUARANI MBYA E A ARACRUZ CELULOSE S/A: UM CONFITO DESIGUAL:

2.3.1 O Norte do Espírito Santo: Um Breve Panorama

Para entendermos a instalação do Complexo Aracruz no Espírito Santo, mais especificamente no litoral norte do Estado, é preciso considerar algumas singularidades que envolveram o processo de ocupação do território capixaba. Como visto no Capítulo I, esse processo encontra-se intimamente ligado à cultura do café, que foi responsável pela ocupação do solo e pela expansão das atividades agrícolas além de suas fronteiras, rumo ao interior do Estado.

Um dos menores estados da Federação, o Espírito Santo⁹⁸ apresenta o mais variado aspecto geográfico e topográfico do País. Seu território pode ser dividido em três zonas distintas e profundamente desiguais: a central, a do sul e a do norte.⁹⁹

A ocupação do território espírito-santense ocorreu de forma lenta, sendo caracterizada pela baixa densidade de ocupação do espaço. Até meados do século XIX,¹⁰⁰ a colonização limitava-se à zona litorânea, onde se desenvolvia a monocultura da cana-de-açúcar, principalmente em grandes fazendas localizadas na região centro-sul do Estado, e o cultivo da mandioca em São Mateus, região norte. De acordo com Campos Júnior,

[...] o Espírito Santo, por volta da metade do século XIX, [...]. Configurava-se espacialmente a semelhança de três regiões produtivas polarizadas por São Mateus ao norte, Vitória no centro e Itapemirim no sul. A produção em Vitória e Itapemirim era a cana, enquanto em São Mateus predominava a mandioca.¹⁰¹

Vários foram os obstáculos que impediram a ocupação rumo ao interior do Estado: a) a proibição da Coroa Portuguesa à penetração de embarcações via Rio-Doce, caminho natural para as Minas Gerais, como medida de precaução contra a invasão estrangeira; b) a proibição da construção de estradas para as Minas Gerais, com a descoberta de ouro nessa capitania; c) o relevo acidentado e a cobertura florestal densa que na época cobria 95% da superfície da capitania; d)

⁹⁸ O Estado do Espírito Santo tem uma área de 46.184km², o que representa 0,54% do território brasileiro e 4,98% da Região Sudeste. Constitui-se de 78 municípios e 13 microrregiões, com aproximadamente 3.100.000 habitantes.

⁹⁹ BORGIO, Ivan; PACHECO, Renato; ROSA, Lea Brígida de Alvarenga. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento (1810–1960)**. Vitória: Edufes, 1996.

¹⁰⁰ O contingente populacional, conforme o recenseamento do Império do Brasil (1872) e, posteriormente, o primeiro recenseamento realizado pela República (1890), era o menor entre todas as províncias litorâneas, com uma população total de 82.137 habitantes. Em nível de Brasil, no censo de 1872, apenas nas províncias do Amazonas (57.610 hab.) e Mato Grosso (60.417 hab.) era menor (OLIVEIRA, 1999, p. 137). Até meados do século XIX, quase todo o território capixaba era, ainda, constituído por terras devolutas, cobertas por matas virgens. “[...] em 1886, [...], somente 7.669km² dos 50.107km² da Província eram apropriados, o que em números relativos significava apenas 15,4% do total. Cf. ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **A escravidão na história econômica-social do Espírito Santo – 1850/1888**. 1981. 240f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

¹⁰¹ CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Vitória. PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996, p 67.

o clima tropical úmido, muito propício à incidência de doenças endêmicas, como o impaludismo; e) a resistência de grupos indígenas.

Sob essa ótica, o Espírito Santo ficou por três séculos e meio coberto de florestas, que começavam próximas ao mar, galgavam as serras do Caparaó e dos Aimorés e penetravam no estado de Minas Gerais. Em 1810, mais de 85% do território encontravam-se cobertos pela Mata Atlântica.¹⁰²

É importante ressaltar que mesmo o litoral tinha sido pouco ocupado com aldeias e fazendas jesuíticas, pequenas vilas de pescadores, plantio de cana de açúcar e mandioca: Itapemirim, Benevente (hoje Anchieta), Guarapari, Vila Velha, Vitória, Reis Magos (hoje Nova Almeida), Aldeia Velha (hoje Santa Cruz), Barra de São Mateus (hoje Conceição da Barra) e São Mateus.

Até meados do século XIX, a economia capixaba teve sua base de sustentação na cultura da cana e da mandioca cultivada em São Mateus. A partir daí, o café passou a ganhar importância e, em pouco tempo, tornou-se a cultura dominante.

Diferente da região sul, que foi a porta de entrada para o café na Província, a ocupação da região central deu-se, sobretudo, graças à colonização espontânea, ou melhor, ocorreu devido à expansão das fronteiras produtivas realizada pelo setor privado, que abriu novas fazendas, incorporando novos territórios à dinâmica econômica do período. Conforme Moreira, a intervenção do Governo Imperial no processo de colonização e povoamento servia tanto “[...] para dar apoio logístico ao setor privado, como para fomentar a colonização em áreas de menor dinamismo”.¹⁰³ Em ambos os casos, observa a autora, a ação do Estado

¹⁰² RUSCHI, Augusto. **Fitogeografia do Espírito Santo**. Vitória: 1955. Em 1926, Ruschi falava em 75% do território capixaba cobertos de matas. Convém ressaltar que a Mata Atlântica é um dos 25 *hotspots*, isto é, uma das áreas mais ricas e ameaçadas do planeta. No Brasil, a Mata Atlântica era uma extensa floresta, com uma área original de mais de 1 milhão de km², distribuída ao longo de 17 estados, o que correspondia a aproximadamente 15% do território nacional. Atualmente, devido ao intenso processo de destruição, restam, conforme estimativas, pouco mais de 7% desse total, ou seja, cerca de 100 mil km². Cerca de 50% das florestas remanescentes estão nas mãos de proprietários privados. (Relatório da Oficina Participativa 4P. Plano de Ação para a comunicação do corredor central da Mata Atlântica. Ilhéus, 5 e 6 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br>>. Acesso em: out. 2005).

¹⁰³ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Colonização oficial e espontânea na fronteira norte do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 55, p. 87-104, 2001. p. 87.

tornava-se visível devido à criação de quartéis, destacamentos, estradas, portos, aldeamentos e missões de índios e núcleos coloniais.¹⁰⁴

No que se refere à Política Oficial de Imigração Estrangeira subvencionada pelo Estado, principalmente de alemães e italianos,¹⁰⁵ muitas vezes apresentada como fator determinante no processo de colonização do Estado, Moreira observa que a crise do café ocorrida em 1897 desacelerou de forma significativa os investimentos estatais no setor. Todavia, o processo de ocupação territorial do Estado não se viu afetado. “Todos os relatórios oficiais do período entre 1900 e 1950 são unânimes em reconhecer uma crescente demanda por terras, responsável pelo alargamento da fronteira agrícola do estado”.¹⁰⁶ A autora destaca ainda que essa expansão não foi um resultado direto dos projetos de colonização oficial ou privada, visto que o verdadeiro propulsor da colonização do Estado foi o movimento espontâneo da população nacional em busca de terras para se estabelecer. Moreira deixa claro que a força da colonização espontânea no Espírito Santo já era visível desde o final do século XIX, e assim prosseguiu como fator determinante na ocupação do solo no centro, no vale do Rio Doce e no norte do Estado até praticamente meados do século XX.¹⁰⁷

Responsável pela interiorização do povoamento, o café conquistou, já na segunda metade do século XIX, as regiões ao sul do Rio Doce, e, no século seguinte, as situadas ao norte. Ou seja, diferentemente das regiões sul e central, que foram o palco das primeiras vagas de ocupação do território capixaba e que definiram em grande medida o perfil socioeconômico estadual nos dias atuais, a região norte só emergiu no cenário estadual, com toda a importância econômica e demográfica que lhe é específica, na segunda metade do século passado.

Até início do século XX, a ocupação territorial do norte do Espírito Santo restringiu-se ao litoral atlântico dessa região (Santa Cruz, Barra do Riacho, Barra

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ Estima-se que entre 1847 e 1895 tenham entrado no Espírito Santo cerca de 100.000 indivíduos de origem estrangeira (35.000 alemães e 65.000 italianos, aproximadamente). Embora a imigração representasse um contingente bem inferior ao recebido pelo sul do País ou por São Paulo, constituiu sem dúvida uma contribuição vital para um Estado que só possuía 49.092 habitantes em meados do século XIX. Cf. VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. **Memória estatística**: censo provincial de 1856. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

¹⁰⁶ MOREIRA, 2001, p. 93.

¹⁰⁷ Ibid.

de São Mateus – hoje Conceição da Barra – e São Mateus). As populações indígenas que ocupavam essa área foram, na maior parte, dizimadas ou “aculturadas”. O grupo lingüístico Tupi-Guarani era representado pelas tribos Tupinambá, Tupinikin e Temiminó, que habitavam predominantemente a faixa costeira e parte dos vales dos rios Cricaré, Itapemirim e Itabapoana. Foi o grupo de contato com a civilização européia que rapidamente se “aculturou” e participou do processo de miscigenação.¹⁰⁸

Foi somente no decorrer dos anos de 1920 que o panorama da região norte, até então considerada um autêntico “vazio demográfico”, “região desabitada”, “um inferno de matas densas, de febre e de índios bravios”, começou a ser alterado. De acordo com Moreira,

Por volta de 1920, a colonização espontânea havia ocupado as terras disponíveis até a margem sul do vale do Rio Doce e nos anos seguintes o mesmo fenômeno de invasões se reproduziu no norte do estado que estava, até então, sob o domínio das tribos de índios Botocudos [...].¹⁰⁹

Ainda segundo a autora,

As terras do norte do Rio Doce só se tornaram efetivamente disponíveis à colonização espontânea do solo, à formação de fazendas, às concessões de terras para a exploração madeireira e para a colonização efetivada por empresas particulares depois da instalação do Serviço de Proteção aos Índios no Espírito Santo (SPI), em 1911 [...]. Sua ação tornou disponíveis novas terras para a colonização, mas, no início da década de 1950, já era amplamente reconhecido pelas autoridades locais que a fronteira agrícola do estado estava esgotada. A partir daí, a questão agrária no estado deixou de ser basicamente um processo de regularização de posses de pequenos produtores consideradas ilegais para se tornar um assunto explosivo, que exigiu, inclusive, o recurso a uma reforma agrária [...].¹¹⁰

Para Souza Filho, a expansão da fronteira agrícola em direção às terras do norte do Estado pode ser atribuída aos seguintes fatores: a) à técnica de plantio adotada nas antigas regiões produtoras do sul e do centro, que provocara

¹⁰⁸ PEROTA, Celso. **Os índios em Aracruz**. Vitória, 1996. p. 9.

¹⁰⁹ MOREIRA, 2001, p. 98.

¹¹⁰ MOREIRA, 2001, p. 102.

constante desgaste do solo, reduzindo sua fertilidade natural; b) ao crescimento populacional, aliado às dificuldades de a pequena produção reter mão-de-obra, que contribuiu para impulsionar um fluxo migratório de outras regiões para o meio-norte; c) à construção da ponte sobre o Rio Doce (1928), que foi fator decisivo para impulsionar a colonização do norte do Estado.¹¹¹

O crescimento demográfico tornou-se incompatível com a estrutura fundiária e com a técnica primitiva utilizada, gerando um superpovoamento relativo, que não tinha outra alternativa a não ser extrapolar para o norte, em busca de terras virgens e baratas até então intactas, terras que a cada alta no preço do café se tornavam mais atraentes.

A ocupação da região norte foi intensa nas décadas de 1920 e 1940. Entretanto, foi uma ocupação marcada por formas distintas de posse e de exploração agrícola. Uma dessas formas fazia-se a partir do ciclo combinado: extração da madeira¹¹² – lavoura temporária – consolidando-se com o café. Nesse ciclo, o elemento determinante era o café, cujas necessidades de reposição e expansão forçavam o desmatamento de áreas virgens para o seu plantio. Posteriormente, quando a terra se encontrava exaurida de seus elementos orgânicos, o café cedia lugar para as pastagens. Entre 1920 e 1960, graças à madeira e ao café, o norte foi claramente uma fronteira agrícola.

Outra forma de ocupação ocorreu em direção ao extremo norte¹¹³ do Estado onde, após a derrubada da mata e a venda da madeira, se desenvolveu a pecuária extensiva de gado, instituindo um ciclo mais curto: mata-pastagens.

¹¹¹ SOUZA FILHO, Hildo Meireles, **A modernização violenta**: principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. 201 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990. p. 51-60.

¹¹² É importante ressaltar que a extração madeireira constituiu-se na primeira e principal atividade comercial da região do Rio Doce desde o início de sua colonização. Em 1964, existiam 1.500 serrarias só na região norte do Estado. No trecho entre Vitória – Linhares, outras 124 serrarias produziam pranchões e dormentes para ferrovia, entre outros. A indústria da madeira, em 1959, empregava 25% da mão-de-obra da indústria estadual e, em 1970, esse índice ultrapassava 30%. Disponível em: <<http://www.seag.es.gov.br/sivicultura.htm>>. Acesso em: out. 2005.

¹¹³ O extremo norte faz divisa com a Bahia e é formado pelos municípios de Mucurici, Montanha e Pedro Canário.

Aqui, o fator determinante das novas condições não era mais o café, mas a atividade de extração de madeira.¹¹⁴

Desse modo, tanto a extração da madeira como a pecuária tiveram como suporte um intenso processo de apropriação e ocupação das terras devolutas, indígenas e desocupadas existentes no norte do Estado.

Alvo de invasões e expropriações desde o início da colonização portuguesa, com a expulsão dos jesuítas, as terras de sesmarias indígenas do litoral do Espírito Santo foram progressiva e ilicitamente incorporadas ao Poder Público estadual como terras devolutas. Conforme Moreira,

As perdas de território sofridas pelos índios de Benevente e Nova Almeida durante o início do século XIX significaram, em primeiro lugar, que seus títulos de sesmeiros estavam sendo ignorados. O processo de expulsão tornou-se ainda mais complexo nos anos seguintes, não apenas porque o regime fundiário sofreu profundas modificações, mas também porque foi intensificado o processo de incorporação de novas terras no sistema produtivo. Em ambos os casos, o direito indígena sobre as terras foi profundamente ignorado.¹¹⁵

Grosso modo, até meados do século XX, o processo de incorporação de terras indígenas ao sistema produtivo ocorreu de forma lenta no litoral norte do Estado do Espírito Santo. Esse processo intensificou-se com a

¹¹⁴ Em Conceição da Barra, havia duas grandes empresas: a Serraria Conceição da Barra Ltda., que comprava madeira nas mãos de terceiros e a levava, serrada, em seus próprios navios, para o Rio de Janeiro, e a Companhia Industrial de Madeiras de Conceição da Barra, que recebeu uma concessão do Estado de 10.000ha, para explorar madeira e colonizar a região com lotes de 25 a 30ha, tendo implantado as povoações de Três de Agosto, Vinhático, Pinheiro, Mucurici e Montanha. Funcionou de 1925 a 1970. Primeiro, enviava a madeira *in natura* e, posteriormente, industrializada, principalmente em forma de tacos para assoalhos. No auge de suas atividades, na década de 1950, carregava de 10 a 15 navios destinados ao Rio de Janeiro, por quinzena, com 300 a 400 m³ de madeira cada um. Em Linhares, a madeira, num primeiro momento, descia em toros o rio, até Povoação, na foz, onde era embarcada em navios. Depois, entre 1955 e 1966, com a maior facilidade de transporte rodoviário, a utilização da energia elétrica e a redução das exportações em toros, fundaram-se de 130 a 180 serrarias. As principais madeiras tiradas foram o jacarandá, a peroba, o jequitibá, o cedro, a macanaíba, a sucupira, o ipê e o paraju. A falta de registros na Junta Comercial do Estado leva a crer que boa parte dessas serrarias era clandestina e itinerante, de pequeno capital, em atividade enquanto houvesse matas contratadas para serem serradas nas proximidades (BORGOS; PACHECO; ROSA, 1996, p. 41-42).

¹¹⁵ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 153-169. 2002. p. 157.

chegada da Cofavi no município de Aracruz. Nos anos de 1940, o Governo Estadual concedeu à Companhia 10.000ha de terras indígenas como se fossem terras devolutas. Localizadas em Santa Cruz (antiga Aldeia Velha), essas terras foram utilizadas para exploração da madeira – produção de carvão vegetal. Desde que a Cofavi começou a devastar as matas da região, os índios passaram a conviver com alguns posseiros, sem conflitos. Para desmatar, os representantes da Cofavi diziam que a terra era do Estado, e logo transformaram matas em pastos na região.¹¹⁶ Conforme Ciccarone,

Com a criação da Cofavi, nos anos 50, o governo estadual liberou a invasão e destruição das matas para produção de carvão vegetal, atraindo trabalhadores que se assentavam, com o apoio do prefeito local, na área indígena. Primo Bitti, no cargo por cinco mandatos, proprietário das terras e futuro sócio acionista da empresa Aracruz Celulose, filho de imigrantes italianos, tinha-se transformado na personagem pública do político populista interiorano, paternalista e todo poderoso, e estendia sua influência sobre os grupos locais através de relações de compadrio e promessas de emprego, assumindo em suas campanhas políticas o discurso desenvolvimentista como única saída para o crescimento do município, onde a maioria da população sobrevivia da pequena agricultura, da pesca, da construção civil e das carvoarias.¹¹⁷

No Distrito de Santa Cruz (antiga Aldeia Velha), município de Aracruz, vivia disperso por um extenso território – 40.000ha de terra (10.000ha de floresta aberta e 30.000ha de floresta nativa) – o povo indígena, identificado quase trinta anos depois pela Funai como remanescente dos antigos Tupinikin.

A exploração e queima da madeira de lei para a produção de carvão vegetal atraiu para a região levas de trabalhadores, que começaram a estabelecer suas posses nas terras indígenas já parcialmente invadidas no século anterior para a realização do programa de colonização¹¹⁸ do Estado.

¹¹⁶ Grupo Técnico, Portaria nº 0783/94, ago. 1994.

¹¹⁷ CICCARONE, Celeste. **Drama e sensibilidade:** migração, xamanismo e mulheres Mbya Guarani. 2001. 352 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos de Pós – Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 297.

¹¹⁸ Algumas colônias particulares fundadas na região norte do Espírito Santo, no século XIX: Transilvânia, Juparanã e Nova Trento. Nenhuma prosperou. A colônia Nova Trento foi fundada por

Após a instalação da Cofavi, mudanças significativas ocorreram na região habitada pelos índios. A espoliação das terras indígenas prosseguiu com a derrubada das matas, apresentando seu ponto crítico com a chegada de uma outra empresa: a Aracruz Florestal (1967).

Já nos anos de 1950, o cientista Augusto Ruschi, uma voz isolada em um Estado que só escutava os rumores da industrialização, apresentava detalhados boletins técnicos sobre a riqueza dos recursos naturais disponíveis no ecossistema da região da Mata Atlântica, onde, além da floresta primária, se encontravam áreas de restinga e manguezais, expressando-se da seguinte forma:

O avanço da devastação florestal para a instalação de pastagens para o desenvolvimento da pecuária, sem o aproveitamento da madeira de lei, pois tudo é queimado, inclusive o habitat dos animais e aves, bem como as plantas indígenas, frutíferas e medicinais que [os indígenas] utilizam, já lhes trazem certas apreensões, pois sua falta cresce dia-a-dia.¹¹⁹

A exploração madeireira, o cultivo indiscriminado do café e a pecuária constituíram as principais atividades econômicas responsáveis pelo desmatamento das florestas primárias e pela devastação e empobrecimento dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência das populações indígenas locais.

A exploração madeireira consistia na derrubada de matas nativas em um processo caracterizado pela prática predatória de extração de madeira sem qualquer contrapartida de reposição florestal. O ritmo acelerado e predador dessa atividade pode ser visualizado através dos dados dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1950 a 1970, segundo os quais, em 1950, 66,3% do território capixaba eram cobertos por matas nativas, enquanto em 1970

Pietro Tabachi, em 1877, em sua fazenda das Palmas, em Santa Cruz, para a qual contratara com o governo a introdução de 700 imigrantes alemães ou do norte da Europa. Vieram colonos tirolezes que se rebelaram contra o proprietário. Na carta-proposta, Tabachi exigira do Governo Imperial “em recompensa, 3.500 árvores de Jacarandá (BORGO; PACHECO; ROSA, 1996, p. 73)”. Cabe registrar ainda que o Núcleo de Colonização de Santa Cruz (1877), localizado às margens do rio Piraquê-Açu, em áreas que hoje pertencem aos municípios de Aracruz, Ibirapu e Fundão, tinha em 1880 55 índios “naturais desta província” Cf. BUSATTO, Luís. A imigração italiana no Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 38, p. 20, 1988.

¹¹⁹ RUSCHI, Augusto. Grupos antropológicos indígenas do Estado do Espírito Santo: causas de seu desaparecimento. Dados sobre a população e a área de floresta para sua sobrevivência. In: **Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão**, Santa Teresa, n. 18, 16 jan. 1954. Série Proteção à natureza. Santa Tereza.

esse total caiu para 8,5%.¹²⁰ Essa exploração desenfreada de matas nativas prosseguiu em expansão até 1975, declinando significativamente a partir de então, devido, principalmente à extinção dessas matas, deslocando-se tal atividade para o sul da Bahia e para o norte do País (Pará, Rondônia...).

Todavia, a exploração madeireira apresentava-se como um dos mais rentáveis negócios, altamente viável devido ao incremento urbano no País, principalmente nos estados vizinhos – Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse incremento urbano demandava uma quantia significativa de madeira, não só para a indústria de mobiliário como também para o próprio setor da construção civil. Diante do esgotamento das reservas florestais desses estados, o Espírito Santo apresentava-se como a saída mais viável de abastecimento, devido à sua posição estratégica em termos de proximidade ao mercado consumidor.

Assim, a extração de madeira constituiu-se em importante alternativa de emprego para a força de trabalho e de aplicação do capital liberado pelo programa de erradicação dos cafezais. Além disso, possibilitou o desenvolvimento da atividade de beneficiamento da madeira, que teve importante repercussão sobre o setor industrial.

Tal como a exploração da madeira, a pecuária bovina teve seu crescimento ligado à expansão do mercado urbano. Tanto nos estados vizinhos (Rio de Janeiro, Minas Gerais) como no próprio Espírito Santo, esse crescimento deu-se também por ser a pecuária uma das formas menos onerosas de ocupar extensas e até mesmo pequenas áreas de terras, pois emprega de forma relativa pouca mão-de-obra. Ao mesmo tempo, os animais ali se reproduzem naturalmente.

Nesse processo de ocupação do território, outras atividades surgiram e se desenvolveram, principalmente a partir do final dos anos de 1960: a horticultura, a avicultura e a silvicultura. Dentre estas, a que nos interessa é a silvicultura, pois

¹²⁰ Todo o território do Espírito Santo está situado na Mata Atlântica e, proporcionalmente, esse é o Estado que apresenta a maior devastação. Pastagem, café e eucalipto substituíram a maior parte das florestas do Estado. Restam apenas 8.4% da mata original, que se apresenta fragmentada na sua maioria. Dos cerca de 380.000 hectares da mata nativa no Espírito Santo, apenas 19% ou, aproximadamente, 70.000 hectares (2% do território do Estado) se encontram sob unidades de conservação de proteção integral (parques, reservas e estações ecológicas), ou seja, a maioria dos remanescentes florestais no Estado constituem propriedade privada (Disponível em: <http://www.arvore.com.br/artigos/htm_2003/ar0804_1.htm>. Acesso em: abr. 2005).

se encontra vinculada ao processo de crescimento industrial. A produção de madeira destina-se à fabricação de celulose e de carvão vegetal.

Foi nesse contexto que teve início o reflorestamento no município de Aracruz. Em pouco tempo, a silvicultura tornou-se uma das principais atividades da região, uma região perfeita para o incremento do reflorestamento e, posteriormente, para abrigar a maior fábrica de celulose do planeta: grandes extensões de terras, uma localização estratégica e uma população impotente (índios, remanescentes de quilombos, posseiros, pequenos lavradores) que, na maioria das vezes, não foi capaz de explicar ou compreender, ou resistir à nova ótica que ora se instalava.

A partir de 1967, por meio da Aracruz Florestal S/A e da CVRD, que se aproveitaram do incentivo fiscal baseado no Imposto de Renda – Lei n.º 5.106/66 –, procedeu-se ao plantio de eucalipto na região de Aracruz. A introdução dessa monocultura consolidou a grande propriedade na região norte do Estado, com tendência à concentração fundiária desde o início de sua exploração.

Desse modo, as diferentes formas e épocas de ocupação de cada região do Espírito Santo condicionaram o ritmo de apropriação das terras e o fechamento de suas fronteiras. Enquanto as duas regiões pioneiras, a sul e a central, levaram aproximadamente um século para serem totalmente ocupadas, a região norte, cuja área corresponde a 52% da superfície estadual, foi quase totalmente ocupada em apenas cinco décadas. Uma outra questão reflete-se na estrutura fundiária: enquanto os municípios do centro e do sul do Estado se encontram com uma estrutura fundiária baseada nas pequenas propriedades, na região norte, ao contrário, prevalecem as grandes propriedades agrícolas, estrutura representada pela agroindústria. De acordo com Valadão,

A formação histórica da região norte a diferenciou das demais regiões por apresentar um perfil de ocupação fundiária dos mais concentrados do Estado. A participação da região na área total dos estabelecimentos rurais passou de 19,2% em 1940, para 33,7% em 1950. Em 1960, 58% dos estabelecimentos no Estado, com mais de 1.000 hectares, estavam situados nessa região.¹²¹

¹²¹ VALADÃO, 1999, p. 55.

É nessa perspectiva que a região Norte do Espírito Santo, principalmente os municípios de Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra, a partir do final dos anos de 1960, tiveram seu território invadido pelo eucalipto, matéria-prima responsável pelo abastecimento do Grande Complexo Paraquímico, representado pela indústria de celulose: a Aracruz Celulose S/A.

2.3.2 A Implantação da Aracruz Celulose S/A no Litoral Norte do Espírito Santo

No Espírito Santo, a atividade florestal esteve desde seu início vinculada à atividade industrial, por meio tanto da produção de carvão vegetal para pequenas siderúrgicas quanto da produção de celulose.

A produção de celulose no Estado teve início com as iniciativas empresariais da Economia e Engenharia Industrial (Ecotec), que, desde os anos de 1950, já realizava estudos técnicos para o Governo Estadual e para a CVRD. Em 1966, a Ecotec encarregou um de seus técnicos, Leopoldo Garcia Brandão, de realizar pesquisas sobre o mercado de celulose a fim de estruturar uma empresa no ramo. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, a Ecotec identificou um quadro de estagnação na produção mundial de celulose, gerado pela incapacidade de a oferta de madeira acompanhar o crescimento da demanda da indústria de celulose por esse insumo, ou seja, verificou-se o crescimento do mercado mundial de celulose a um ritmo mais acelerado que as expectativas de expansão da produção nos países tradicionais produtores.

Os resultados foram apresentados a um grupo de empresários nacionais,¹²² que assinaram contrato com a Ecotec para a continuidade dos trabalhos. Firmado o contrato, algumas questões vieram à tona: se a celulose seria produzida a partir

¹²² Os resultados dos trabalhos foram apresentados a onze empresários, dez do Rio de Janeiro e um de São Paulo: Antônio Dias Leite Jr., Erling S. Lorentzen, Otávio Cavalcanti Lacombi, Oliva Fontenelle de Araújo, Fernando Machado Portella, Eliezer Batista, João Maciel de Moura, Álvaro Soares, Afonso Soares, José Chaldas Grajiolo.

de pínus ou de eucalipto, e qual seria a localização da planta industrial. Verificada a viabilidade de utilização do eucalipto,¹²³ restava o problema da localização. Para resolver essa questão, uma equipe de especialistas foi designada para viajar por vários estados. A conclusão do trabalho recomendou a localização no Espírito Santo, particularmente no município de Aracruz, uma região habitada por uma população “invisível” aos olhos do Estado.

A Ecotec, que atuava no Estado desde a década de 50, direcionou os interesses de empreendimentos privados para o mercado mundial de celulose, então em rápido crescimento, e tinha como tarefa identificar áreas “tecnicamente” apropriadas para o desenvolvimento de plantações de eucalipto. Aproveitando a grande oportunidade de atrair os investimentos para o Estado, o território indígena foi escolhido como se fosse uma extensa região de terras desabitadas e improdutivas.¹²⁴

O relatório da Ecotec resumia suas justificativas com base nos seguintes argumentos:

[...] condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento de florestas de eucalipto, por representar uma região de atividade economicamente inexpressiva, pela inexistência de endemias graves; topografia plana favorável à mecanização, privilegiada localização quanto ao sistema viário, próximo ao principal pólo de desenvolvimento do estado, Vitória, e próximo ao mar, o que facilitaria a construção de porto para a exportação do produto.¹²⁵

Foi na esteira desses acontecimentos que, em 25 de janeiro de 1967,¹²⁶ foi fundada a Aracruz Florestal S/A por um grupo de empresários interessados nas vantagens fiscais da já criada Lei n.º 5.106/66.¹²⁷ A Aracruz Florestal S/a recebeu

¹²³ O eucalipto apresenta um ciclo de 6 a 7 anos, enquanto o pínus demanda, no Brasil, pelo menos 12 anos para atingir condições de corte. Para um empreendimento que visava atrair investidores de capital de risco, essa diferença de cinco anos na perspectiva de retorno era essencial. Quando comparado às fibras tradicionais, o eucalipto apresenta vantagens muito maiores, na medida em que as coníferas podem levar até 40 anos para atingir o corte.

¹²⁴ CICCARONE, 2001, p. 291.

¹²⁵ DALCOMUNI, 1990, p. 188.

¹²⁶ Vale registrar que, em 1967, formou-se a primeira turma de engenheiros florestais através do convênio IBDF e da FAO, iniciando-se assim a formação de mão-de-obra especializada importante para o desenvolvimento da indústria de celulose no país.

¹²⁷ Instaurada em 02 de setembro de 1966, essa Lei é considerada um marco na política governamental de desenvolvimento da indústria de celulose, por beneficiar e estimular uma elevação sem precedentes no reflorestamento no País, nos anos posteriores, como visto no tópico 2.

do Governo Estadual, representado pelo governador Christiano Dias Lopes, os dez mil hectares anteriormente explorados pela Cofavi, onde iniciou o plantio de eucalipto. A partir dessa concessão, a empresa Aracruz não cessou de estender seus domínios, incorporando de forma ilícita em seu território áreas de índios, de quilombolas, de posseiros, de pequenos lavradores.

Conforme cópias de processos de requerimento de terras devolutas ao estado do Espírito Santo, anexadas à CPI da Aracruz Celulose (2002),¹²⁸ a Empresa valeu-se de terceiros, “testas de ferro” (empregados da própria Empresa), no processo de legitimação de terras que eram habitadas por índios, posseiros, remanescentes de quilombos. Depoimentos prestados à CPI apontam como principais “testas de ferro” da Empresa o major Orlando; o coronel Argeu; o tenente Merçon e o Sr. Benedito Braulino, mais conhecido como “Sr. Pelé”. Nesse período, as pessoas jurídicas não podiam requerer nem receber por legitimação terras devolutas, que só podiam ser legitimadas em nome de pessoas físicas. Desse modo, pessoas físicas requeriam terras devolutas e depois as repassavam para a Aracruz Celulose, burlando, dessa forma, a lei. Em outros termos, as terras eram legitimadas por funcionários da empresa e depois repassadas para a empresa.¹²⁹

Em dezembro de 1967, foi plantada a primeira muda de eucalipto,¹³⁰ inaugurando a formação da base florestal necessária para o aproveitamento da madeira em escala econômica. Já em 1969, iniciaram-se os estudos de viabilização da fábrica de celulose. Concluídos em 1971, esses estudos apontavam para a viabilidade do projeto de produção de celulose e para a necessidade de reestruturação do projeto florestal a fim de melhor atender ao projeto industrial. De acordo com Ciccarone,

¹²⁸ Assembléia Legislativa do Espírito Santo. CPI da Aracruz, 14 maio 2002. Processo n.º 156, fls. 4492–4513. A CPI da Aracruz foi criada para apurar possíveis irregularidades no licenciamento das atividades da empresa Aracruz Celulose, conforme resolução n.º 2.208, de 13 de março de 2002. Compunham a CPI, como membros efetivos os deputados Luiz Pereira (PFL), Nasser Yossef (PSDB), Avílio Machado (PPB), Juca Gama (PDT), Gil Fureri (PMDB).

¹²⁹ Assembléia Legislativa do Espírito Santo. CPI da Aracruz, maio 2002. Processo n.º 156.

¹³⁰ Árvore da família *Myrtaceae*, originária da Austrália e da Indonésia, o eucalipto foi introduzido no Brasil em 1825, como planta ornamental. Sua utilização para fins econômicos só teve início em 1903, quando passou a ser empregado na produção de dormentes ferroviários e lenha para alimentar as locomotivas da época. Cf. Aracruz Celulose. **Eucalipto**: a árvore amiga da natureza. Vitória, 2000. Nos dias atuais (2005), o eucalipto é uma das espécies exóticas mais importantes do setor florestal brasileiro.

Em 1972, diante das crescentes preocupações com a defesa do meio ambiente manifestadas por ocasião da Confederação Internacional de Meio Ambiente, em Estocolmo, o governo militar brasileiro reagiu publicando em jornais e revistas internacionais anúncios convidando as indústrias poluentes a se instalarem no país, livres de gastos adicionais com equipamentos antipoluentes e de legislação ambiental. As restrições ecológicas que começavam a ser adotadas nos países ricos pressionavam no sentido de transferir e orientar a expansão capitalista industrial para a periferia do planeta, onde perpetuava-se [sic] a convicção de que era inviável alcançar níveis maiores de renda sem “custos inevitáveis”. No mapa geopolítico nacional as atenções de observadores internacionais e de empreendedores privados se concentravam nas grandes frentes de expansão e, principalmente, na região Amazônica, território privilegiado de concentração da política de segurança nacional, de atração de macroprojetos econômicos e de denúncia de violação dos direitos das populações indígenas aí presentes em maior concentração. O programa político de integração nacional da economia buscava, porém, incorporar outras regiões do país aliciadas pelo sonho desenvolvimentista, reservando às populações indígenas locais, com a colaboração das oligarquias estaduais e do órgão indigenista, tratamentos agressivos similares, agravados pela condição de invisibilidade atribuída aos grupos indígenas assimilados aos segmentos rurais da sociedade brasileira.¹³¹

No decorrer do mandato do governador Arthur Carlos Gerhardt Santos (1972), foi criada a empresa Aracruz Celulose S/A (Arcel).¹³² Já instalados e determinados a ampliar a área de plantio do eucalipto, os empresários, com o Governo Estadual e as agências de desenvolvimento, procederam, com todos os meios para atingir seus objetivos, desde à especulação do preço da terra, à expropriação do território, onde viviam não somente as populações indígenas, como também posseiros, pequenos agricultores, remanescentes de quilombos.

Com o golpe político-militar de 1964, o Brasil marchou rumo à integração nacional e ao sonho de transformar-se em uma grande potência econômica “independente”.¹³³ De acordo com Hobsbawn,¹³⁴ a política de golpes militares foi resultado da nova era de instabilidade e insegurança de países anteriormente coloniais comprometidos com políticas que exigiram Estados estáveis, funcionais e eficientes para garantir a independência econômica e o desenvolvimento. Ciccarone assinala que a falta de perspectiva de prosperidade como produtores primários para o mercado mundial dos países imperialistas, as nações

¹³¹ CICCARONE, 2001, p. 299–300.

¹³² A Aracruz Florestal é então transformada em subsidiária.

¹³³ CICCARONE, 2001, p. 290.

¹³⁴ HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1918)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 342.

anunciavam o fim do atraso agrário, negligenciando a agricultura de subsistência e empurrando-se rumo à industrialização, como única alternativa. Ao marginalizar amplos segmentos da sociedade civil, o regime militar “abriu as portas” para os investimentos de capital estrangeiro ao conceder vantagens fiscais aos investidores privados e entregou vastos territórios para a expansão do capital.¹³⁵

Os países ricos adquiriram a liberdade de distribuir e deslocar geograficamente seus investimentos industriais em função de condições locais mais vantajosas, e o Brasil se tornou uma imensa área de colonização: a política de expansão de territórios para captação e implantação de grandes empreendimentos, a falta de uma legislação ambiental e a manipulação autoritária da questão fundiária tanto incentivaram a redistribuição da população quanto orientaram e protegeram politicamente toda iniciativa de investimento do capital privado nacional e estrangeiro [...]. Na determinação do desenvolvimento capitalista, o território brasileiro tornou-se uma imensa área de expansão, perdendo progressivamente sua produção espontânea e transformando a natureza e as formas sociais da terra em bens e serviços de mercado.¹³⁶

Ainda de acordo com Ciccarone, nesse processo as populações indígenas depararam-se com a violência da expropriação de suas terras, das quais conseqüentemente se viram expulsos, transfiguradas de recurso essencial à sua reprodução física e cultural em objeto de cálculo econômico, impessoal, tecnocrático, como foi o caso das comunidades indígenas Tupinikin e Guarani Mbya, do litoral norte do Espírito Santo, que tiveram suas terras invadidas pelo grande capital.¹³⁷

Obcecadas pelo “progresso”, nesse processo de modernização autoritária da agricultura brasileira, as elites político-econômicas local, “ditando” suas diretrizes em conformidade com a política econômica nacional, selaram a “vocaçãõ” do Estado para ser um território de colonização e de produção de matérias-primas para a exportação. Mais uma vez a oportunidade para que o Espírito Santo desse o grande salto vinha de “fora”: a cultura de um novo produto exótico, o eucalipto.¹³⁸

¹³⁵ CICCARONE, 2001, p. 291.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ Ibid.

As preocupações com uma realização tão rápida e de tamanhos investimentos eram amenizadas pelo poder público, que afirmavam serem os riscos sociais e ambientais “custos inevitáveis” diante das incomparáveis vantagens prometidas. As promessas de bem-estar coletivo e de crescimento do pequeno Espírito Santo eram exaltadas pelo Poder Público. Os efeitos trágicos sobre o meio ambiente e sobre as populações indígenas desencadeados pela política de implantação de grandes projetos industriais no Estado eram ignorados.

Em matéria publicada na revista *Espírito Santo Agora*, o cientista Augusto Ruschi rechaçou as expectativas criadas pelos técnicos em reflorestamento e pelos poderes públicos sobre o crescimento econômico regional por meio da produção e exportação de celulose e denunciou o poder destrutivo para os ricos ecossistemas naturais dos programas governamentais de incentivos florestais e do processo de introdução de essências exóticas no país. Fundamentado em sólidas argumentações científicas de que o eucalipto deveria ser plantado em terras áridas, impróprias para a agricultura, o que não era o caso da região das extensas matas do município de Aracruz, Ruschi criticou a escolha da região capixaba para o plantio de eucalipto. Para o cientista, os problemas alimentares e a busca do crescimento econômico poderiam ser solucionados incentivando-se a produção e exportação de produtos agrícolas nativos.¹³⁹

Indiferentes a quaisquer críticas, com a constituição da empresa Aracruz Celulose S/A (1972) as atenções voltaram-se para a busca do financiamento da fábrica, orçado inicialmente em US\$ 460 milhões. A primeira tentativa deu-se com a International Finance Corporation (IFC), ligada ao Banco Mundial, que fracassou. A solução encontrada foi a busca dos recursos no BNDES, que foram viabilizados e formalizados por acordo assinado em 21 de agosto de 1975, alguns meses após o início da implementação do II PND e do PNPC. Nesse acordo, o BNDES arcou com 45% do total do financiamento – US\$ 337 milhões – (32% em financiamento do BNDES e 13% da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME). O restante do financiamento foi composto por 36% de capital próprio e 19% de financiamentos externos.¹⁴⁰ Conforme o então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Marcus Palmeira Viana, a

¹³⁹ **ESPÍRITO SANTO AGORA**, Vitória, n. 1. out. 1971.

¹⁴⁰ DALCOMUNI, 1990, p. 200.

Empresa recebeu “[...] o maior financiamento já concedido pelo BNDE a uma única empresa privada”.¹⁴¹

Além de financiar o imenso volume de recursos e de atuar como avalista nas operações externas, o BNDES concedeu ainda à Empresa condições excepcionais de financiamento: taxas de juros de 3% ao ano, correção monetária inicial de até 20% ao ano e abatimento do Imposto de Renda de qualquer excesso eventual.¹⁴²

Em 1974, o discurso do presidente da Aracruz Celulose, Sr. Erling Sven Lorentzen,¹⁴³ quando do lançamento da pedra fundamental do Projeto Aracruz, permite uma síntese de todo o contexto político-econômico nacional e internacional responsável pela viabilização do Complexo Aracruz.

¹⁴¹ BNDE firma contrato com Aracruz Celulose. **A GAZETA**, Vitória, 22 ago. 1975.

¹⁴² A assinatura do contrato com o BNDES para o financiamento da Fábrica A e a sua inauguração (1978) ocorreu durante o governo Ernesto Geisel (1974–1979), um dos governos mais complexos e polêmicos da história econômica brasileira. Apesar dos efeitos do primeiro choque do petróleo sentidos a partir de 1974, a economia cresceu a uma taxa de 6,7% a.a.. Por outro lado, a inflação dobrou, saindo de 34% em 1974 para 77% em 1979. A dívida externa saltou de US\$ 20 bilhões para US\$ 55 bilhões. Cf. DANTAS, Fernando. Março de 64: 40 anos esta noite. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2004 (Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/1964>>. Acesso em: 20 jan. 2005.

¹⁴³ Erling Sven Lorentzen é norueguês, casado com a princesa Ragnhild, irmã do Rei da Noruega. Vive no Brasil desde 1953. Aos 17 anos, entrou como voluntário no movimento de resistência ao nazismo na II Guerra Mundial. Depois de cinco anos de guerra, quando atuou na Noruega e na Inglaterra, foi aceito em Harvard Business School para fazer o mestrado em Administração, mesmo sem ter cursado uma Universidade. No fim do curso, voltou para a Noruega, onde trabalhou alguns anos parcialmente na área militar. Sua família, tradicionalmente ligada ao ramo naval, possuía uma linha de navegação entre os Estados Unidos e o Brasil. Em 1951, Lorentzen veio pela primeira vez ao Brasil. Na ocasião, estava transportando gás e soube que a Esso estava querendo vender seu negócio de gás no Brasil. O objetivo da viagem que, a princípio, era visitar os agentes brasileiros, acabou sendo estudar o negócio de gás no País. Depois de dois anos, a família comprou a Gás Esso do Brasil, à qual deu o nome de Gasbrás, hoje Supergasbrás. Na época, já casado, Lorentzen veio para o Brasil para assumir a Companhia. Em 1967, entrou no ramo da navegação também no Brasil. Foi quando dois amigos, que atuavam na área de exportação de minérios, vieram falar-lhe sobre a idéia de usar os mesmos navios que exportavam minérios para transportar cavacos de madeira para produção de celulose no Japão. Lorentzen começou a avaliar o negócio e deparou-se com algumas dificuldades. A primeira era a contaminação do cavaco pela poeira do minério e, depois, a constatação de que o tamanho de um navio para transportar uma carga não seria jamais igual ao de outro para transportar também cavacos. Foi, então, diante desses obstáculos, que Lorentzen pensou: “Por que não produzimos a celulose aqui mesmo no Brasil? O que era para ser um negócio para transportar cavacos acabou virando uma empresa de celulose”. Foi assim que, segundo Lorentzen, surgiu o projeto Aracruz. Mas, para a idéia sair do papel, foram anos de muito trabalho para conseguir parceiros interessados em investir no projeto. “Viajei o mundo todo formando parcerias e durante anos negocieei com o BNDES o financiamento para o projeto” (JORNAL DA ARACRUZ, Aracruz, jan. 1998. Edição especial, 30 anos, p. 4-5).

Os números falam por si sós. Em sua primeira etapa, são quarenta e seis milhões de árvores já plantadas, que logo serão 65 milhões de pés de eucalipto. Tais florestas fornecerão um milhão e 440 mil metros cúbicos de madeira por ano. A fábrica terá uma produção de 400 mil toneladas de celulose branqueada por ano, a partir de 1977. O empreendimento abrange terras, florestas, fábrica, infra-estrutura, capital de giro, despesas pré-operacionais e juros durante a construção. O investimento total previsto é de 340 milhões de dólares, sendo 110 milhões de dólares o capital próprio da empresa. O projeto já criou mais de mil e quinhentos empregos e, uma vez concluído, este número crescerá para mais de dois mil e quinhentos, tudo isto numa região antes estagnada. A receita anual da Aracruz Celulose S/A., a partir de 1977, será superior a cem milhões de dólares.

É sabido que reservas florestais da Escandinávia estão plenamente utilizadas. O Japão também atinge os limites máximos de expansão de sua produção de polpa. As reservas florestais americanas não permitem mais empreendimentos na escala daquele que hoje vamos iniciar. Cada dia mais e mais aumenta, no mercado interno e internacional, a necessidade de celulose. Nessas circunstâncias é que o Brasil, graças a um projeto como o da Aracruz e a iniciativas semelhantes, está destinado a se transformar num dos maiores fornecedores de celulose e papel para todo o mundo, devido às condições excepcionais que o seu solo e clima oferecem para o desenvolvimento das indústrias florestais.

A escassez mundial de todas as matérias-primas e de produtos primários ocorre quando o Brasil se movimenta em ritmo apressado e dinamiza, com sabedoria e objetividade, o aproveitamento de seus próprios recursos naturais. E com esta política deverá atrair para si os recursos monetários e a tecnologia mais avançada, que consolidarão ainda mais o seu desenvolvimento atual.¹⁴⁴

Na assinatura dos contratos (25 de agosto de 1975) que deram partida à construção da Fábrica A, as palavras do diretor presidente da Aracruz Celulose Erling Sven Lorentzen, são esclarecedoras, se buscamos compreender a parceria estabelecida entre o Governo Federal, representado pelo BNDES, e a Aracruz Celulose, bem como a atuação dos agentes políticos locais, na viabilização do Complexo Aracruz.

O projeto Aracruz é um dos maiores jamais realizado pela iniciativa privada nacional.

E os acordos recentemente firmados entre o BNDE e a Aracruz representam a maior operação de participação e crédito de um só banco do mundo ocidental com uma só empresa particular. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, aqui representado pelo seu ilustre presidente, um homem do Espírito Santo, o Dr. Marcos Viana, compromete com o nosso Empreendimento uma quantia em dinheiro equivalente a três vezes os totais investidos pelo Banco no último ano anterior à revolução.

¹⁴⁴ Discurso proferido por Erling Sven Lorentzen quando do lançamento da pedra fundamental do Projeto Aracruz. Documentos da Aracruz Celulose. Espírito Santo, 26 abr. 1974.

O senhor governador Élcio Álvares confirmou na mesma oportunidade o entusiasmo do povo e o apoio do Governo do Espírito Santo ao projeto que, em vossas próprias palavras, vem trazer uma nova dinâmica para o desenvolvimento econômico social do Estado.

[...] A verdade é que o nosso projeto bem simboliza o otimismo do empresariado nacional com relação ao futuro do País. E traduz a unidade entre Governo e iniciativa privada na determinação da construção do desenvolvimento econômico e social dentro do modelo da economia de mercado para uma melhor qualidade de vida para todos (grifo nosso).¹⁴⁵

Em 31 de outubro de 1978, três anos após o início das obras, o então Presidente da República, o General Ernesto Geisel, inaugurou a Primeira Fábrica do Grande Complexo Paraquímico – a Fábrica A¹⁴⁶ – com capacidade para produzir 400 mil ton/ano de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto.

O que em 1975 não passava de uma clareira na floresta é hoje esta pujante realidade: a maior fábrica de celulose do mundo em uma só linha de produção e que, neste mês, entrou em operação comercial. Aí está ela, de corpo inteiro, com os seus 120 mil metros quadrados de área construída, medindo de ponta a ponta um quilômetro e meio de extensão. [...] O Projeto Aracruz, porém, não se limita apenas a essa fábrica de celulose. Muito mais do que isso, ela representa um vasto complexo industrial, fadado a se constituir num vigoroso pólo de desenvolvimento econômico e social do interior do Espírito Santo.¹⁴⁷

Referindo-se à finalização do empreendimento, no qual foram investidos cerca de Cr\$ 8,4 bilhões de cruzeiros, o engenheiro Cyro de Oliveira Guimarães Filho, vice-presidente executivo da Empresa e responsável pela implantação do projeto ressaltou que,

[...] não obstante sua extrema complexidade, ainda mais agravada pelo fato de estar situado numa região praticamente desprovida de infraestrutura,

¹⁴⁵ Documento Aracruz Celulose. Cópia preservada no CDOC. Palavras do Sr. Lorentzen, 25 ago. 1975.

¹⁴⁶ Com a implantação dos primeiros plantios de eucalipto (1967) e a fundação da Aracruz Florestal em 1972, o Grupo Aracruz não parou de se expandir: em 1978 houve a inauguração da primeira fábrica, ou Fábrica A; em 1991, a inauguração da Fábrica B, e, em 2002, a inauguração da Fábrica C, todas localizadas na Unidade Barra do Riacho, no município de Aracruz. Juntas, as três contam com uma capacidade nominal total de 2 milhões de toneladas anuais de celulose. É importante ressaltar que a área onde estão instaladas as três fábricas do Complexo Paraquímico pertencia ao antigo território habitado pelos índios Tupinikin, ou, mais especificamente, à antiga “aldeia” dos Macacos.

¹⁴⁷ FÁBRICA aciona seus fornos para alcançar 400 mil ton. por ano. **Jornal do Brasil**, São Paulo, 31 out.1978.

conseguimos finalizá-lo no prazo de 36 meses apenas. Um verdadeiro recorde quando comparado com o tempo consumido na implantação de outros projetos de menor envergadura, levados a termo em regiões plenamente desenvolvidas como a América do Norte e a Escandinávia.¹⁴⁸

Essas considerações vêm confirmar o importante papel desempenhado pelo Estado Brasileiro no desenvolvimento recente da indústria de celulose, ao instituir os incentivos fiscais ao reflorestamento; ao estruturar o modelo exportador, centrado na concessão de isenções fiscais às atividades exportadoras; e ao viabilizar a concretização de megaprojetos que caracterizam essa nova fase da indústria de celulose no Brasil por meio da concessão de financiamentos, via BNDES, e dos recursos definidos para o setor no II PND e no I PNPC. Vêm confirmar ainda a significativa participação da elite político-econômica capixaba, na integração do Estado à dinâmica capitalista nacional, por meio da implantação de GPIs, como é o caso do Complexo Paraquímico.

A realização de um empreendimento de proporções tão majestosas não poderia deixar de gerar profundas conseqüências sociais e econômicas para as populações preexistentes, ainda mais quando essas populações, que deveriam ser o centro das atenções, são alijadas do processo.

Nessa perspectiva, o objetivo do próximo tópico é refletir sobre o processo de aquisição e incorporação de terras indígenas por parte da Aracruz Celulose S/A. O material sobre o qual nos debruçaremos para tal análise será constituído de matérias publicadas por jornais da época, de depoimentos prestados à CPI da Aracruz Celulose¹⁴⁹ e de relatórios e pesquisas desenvolvidas sobre a temática,

¹⁴⁸ Aracruz Celulose S/A. **Entra em funcionamento a fábrica da Aracruz:** *release* distribuído à imprensa. 14 set. 1978.

¹⁴⁹ A CPI da Aracruz foi criada para apurar possíveis irregularidades no licenciamento das atividades da empresa Aracruz Celulose, conforme Resolução n.º 2.208/02, de 13 de março de 2002. No dia 4 de novembro de 2002, o desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa concedeu uma liminar que paralisou as investigações da CPI. A medida foi determinada em mandado de segurança impetrado pela empresa, que apontava como “Autoridade Coatora” o deputado Nassef Youssef (PSDB), presidente da Comissão. Na liminar, o desembargador Rosa diz: “Defino a liminar, para determinar à Autoridade Coatora que se abstenha de exigir da Impetrante [leia-se Aracruz Celulose], de seus prepostos, empregados ou administradores quaisquer atos ou fatos destinados à instrução da investigação proposta pela Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Resolução n.º 2.208”. Em seu mandado de segurança, a Aracruz alegava que a CPI extrapolou o prazo de 90 dias para realizar o seu trabalho. Prosseguindo, o desembargador Rosa informa: “Aduz a impetrante que a indigitada Autoridade Coatora passara, com instauração oficial da CPI, a requisitar um infundável rol de documentos e informações, envolvendo substanciais custos, bem assim obrigando que inúmeros

principalmente os relatórios da Funai sobre os índios Tupinikin do município de Aracruz (Processo n.º 3.649/75) e o relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios (Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94, de 30 de agosto de 1994).

2.3.3 A Ocupação das Terras Indígenas

Quando a empresa chegou saíram [índios], não podiam enfrentar, mandavam sair, até ameaçavam, um ia pra um canto, outro pra outro canto. A empresa tomou conta de tudo, eles davam algum dinheiro, que pagar mesmo eles não pagavam. Os índios são bobos, não conheciam nada. O dinheiro não dava pra nada. Só não entraram em Pau Brasil porque os moradores achavam que era deles mesmo a terra. Aí ficaram cercados pelo eucalipto” (Eugenio Francisco, índio Tupinikin).¹⁵⁰

A autodenominação Tupinikin, grafada ao longo dos anos de diferentes maneiras – Topinaquis, Tupinaquis, Tupinanquins, Tupiniquins – significa, conforme o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antenor Nascentes, com apoio do historiador Varnhagen, “Tupi do lado, vizinho lateral”. Atualmente, os Tupinikin habitam três terras indígenas: Caieiras Velhas, Pau-Brasil e Comboios, todas localizadas no litoral

empregados, administradores e colaboradores seus comparecessem às sessões da referida CPI para serem interrogados em audiências transmitidas sucessivas vezes pela televisão, com evidente constrangimento para algumas dessas pessoas e evidente desgaste da sua imagem. Depois de citar outros pontos, o desembargador diz: “Após análise da inicial, em uma cognição sumária, extraio como relevantes os fundamentos do pedido. No que pertine a fumaça do bom direito tenho que os argumentos se põem satisfatórios nesta cognição inicial a revelar indícios de que a indigitada Autoridade Coatora houvera extrapolado de competência ao levar a efeito formulação de pleito prorrogatório funcionamento da CPI sem o cumprimento da formalidade prevista inclusive no Requerimento Interno da Augusta Assembléia, que exige observância e cumprimento do princípio de colegialidade e também tendentes a externar que fora concedida prorrogação de funcionamento da referida CPI, ainda que a mesma já houvesse extinta por decurso de prazo”. Nesses termos, a CPI foi arquivada. Cf. LIMINAR do TJ para investigações da CPI da Aracruz Celulose. **Jornal Século Diário**, Vitória, 6 nov. 2002. Disponível em: <www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2005.

¹⁵⁰ Depoimentos dos Tupinikin mais idosos, prestados ao Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94, que contam sobre a expulsão dos índios de suas terras. O GT tinha por finalidade reestudar a identificação, em conjunto com os índios, dos limites das terras indígenas Comboios, Caieiras Velhas e Pau Brasil, com respectivas aldeias, roças e áreas de caça e pesca; realizar o levantamento fundiário, juntamente com os estudos de delimitação de área indígena, que constará de vistoria das benfeitorias implantadas por não-índios nos limites a serem propostos, a natureza da ocupação, contingente populacional e conflitos existentes, mediante a identificação de posse, domínios, levantamentos documentais em cartórios das certidões de registro e respectivas sucessórias. Como reestudo, as atividades do GT devem ser entendidas como procedimentos de revisão das terras indígenas aprovadas ou demarcadas com base na legislação anterior (Decreto n.º 22/91, art. 11). Cf. MAIA, Luciano Mariz (Org.). **Legislação indigenista**. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993. p. 113.

norte do Espírito Santo, município de Aracruz. No passado, os Tupinikin falavam a língua tupi litorânea, da família Tupi-Guarani. Hoje, falam apenas o português. O registro que temos a respeito dessa sociedade encontra-se nas anotações de viajantes e cronistas que passaram por essa região desde os primórdios da colonização. No século XVI, por exemplo, os Tupinikin tiveram sua presença anotada nos registros do calvinista Jean de Lery, que, ao viajar para o Brasil integrando a frota de Villegagnon, passou pelo Espírito Santo em 1557.

Estimativas propostas por John Heming indicam uma população Tupinikin, distribuída entre o Espírito Santo e o sul da Bahia, de 55 mil habitantes, isso no início da colonização brasileira.¹⁵¹ Entretanto, essa população foi-se reduzindo de forma drástica, devido aos conflitos com o colonizador, das doenças advindas desse contato e da política de aldeamentos. Atualmente a população Tupinikin no Espírito Santo gira em torno de 2.000 índios.¹⁵²

No litoral da Capitania do Espírito Santo, os índios foram forçados a aceitar o projeto político dos aldeamentos organizados pelos jesuítas. Esse empreendimento visava à conversão dessas populações e à ocupação de seus territórios, garantindo a sua defesa contra os estrangeiros ou até mesmo contra outras populações nativas que oferecessem resistência à colonização. Em um sentido mais amplo, as ações empreendidas pelos jesuítas implicaram o cerceamento à liberdade dos índios em suas manifestações culturais, a repressão aos seus ritos e tradições, além de impor limites ao acesso ao território que tradicionalmente ocupavam antes da chegada dos portugueses.¹⁵³

Dentre os aldeamentos jesuítas no Espírito Santo destacamos a Aldeia Nova (hoje Santa Cruz, distrito da cidade de Aracruz), fundada pelo jesuíta Afonso Brás em 1556, e a vila dos Reis Magos (hoje o distrito de Nova Almeida), que, a partir de 1580, passou a abrigar parte da população de Aldeia Nova, que entrou em

¹⁵¹ Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94.

¹⁵² Disponível em: <<http://www.cimi.org.br>>. Acesso em: 6 jan. 2005.

¹⁵³ Campanha Internacional pela Ampliação e Demarcação das Terras Indígenas Tupinikin e Guarani. 1996, p. 14. Realizada pela Comissão de Articulação Tupinikin e Guarani e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Aracruz, ago. 1996. Publicado em duas versões: uma em português e outra em inglês. Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Anexado ao Proc. n.º 156, fls. 964-984. CPI da Aracruz Celulose.

decadência devido a um ataque de formigas que destruiu as plantações¹⁵⁴ e de um surto de varíola.¹⁵⁵ Quanto aos índios que permaneceram na Aldeia Nova, acreditava-se que teriam atravessado o rio Piraquê-Açu, fixando-se próximos à outra margem do rio, lugar que mais tarde seria conhecido pelo nome de Caieiras Velhas.¹⁵⁶

No ano de 1610, os índios que migraram da Aldeia Nova, posteriormente denominada Aldeia Velha, somados àqueles que já habitavam o local, receberam do capitão-mor, em atendimento à solicitação feita pelo Superior Jesuíta da aldeia dos Reis Magos, Padre João Martins, uma sesmaria de terra para os índios. O território da sesmaria tinha 200 mil hectares e se estendia de Santa Cruz, distrito de Aracruz, até a aldeia de Comboios, mas só foi demarcado pela Coroa Portuguesa no ano de 1760. Pelo “Termo de Concerto e Composição”, os índios de Nova Almeida e os moradores da Freguesia da Serra estabeleceram os limites dos domínios em que mantinham posse, transformados por “Sentença”, em medição e demarcação amigável.¹⁵⁷

A presença dos índios nas áreas delimitadas pela Coroa Portuguesa pode ser ratificada pelo registro de viajantes, como, por exemplo, o Príncipe Maximiliano Wied Neuwied (1815) e Auguste de Saint-Hilaire (1818), que, já no século XIX, notaram a presença dos Tupinikin entre a região de Nova Almeida (Vila dos Reis Magos), passando por Santa Cruz (antiga Aldeia Nova) até Comboios, nos limites do município de Regência. Há ainda registros estatísticos que mencionam a presença dos Tupinikin no território demarcado em 1760, entre eles, a Memória Estatística da Província do Espírito Santo, escrita no ano de 1828 por Ignácio Accioli de Vasconcellos, que contou uma população de 3.007 índios em Nova Almeida,¹⁵⁸ e os mapas estatísticos da população do Espírito Santo, de 1856, organizados pelo Desembargador Tristão de Alencar Araripe, que indicam 3.548 índios na região

¹⁵⁴ ROCHA, Levy. **Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo**. Brasília: INL, 1980. p. 119.

¹⁵⁵ MARCATO, Sônia de Almeida. **Da indianidade dos Tupinikin**. Brasília: FUNAI/MI, 1980a.

¹⁵⁶ Campanha internacional pela ampliação e demarcação das terras indígenas Tupinikin e Guarani. Aracruz, ago. 1996. Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Anexado ao Proc. n.º 156, fls. 964-984. CPI da Aracruz Celulose.

¹⁵⁷ Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94.

¹⁵⁸ VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória Estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

situada entre as Vilas de Serra e Linhares, incluindo aí Nova Almeida e Santa Cruz.¹⁵⁹

Já em 1860, o próprio imperador do Brasil, D. Pedro II, em visita de inspetoria à Província do Espírito Santo, mencionou em suas anotações diversos aspectos da vida e da cultura Tupinikin. Ao percorrer o caminho que vai de Nova Almeida a Linhares, registrou seu encontro com vários grupos Tupinikin em Nova Almeida, Santa Cruz, Barra do Riacho e Linhares.¹⁶⁰

Em linhas gerais, é possível afirmar que, até a primeira metade do século XX, os Tupinikin viveram nas áreas menos povoadas do território indígena, demarcado pela Coroa em 1760. Habitavam a região que circunda o atual município de Aracruz,¹⁶¹ onde, na época, as matas e florestas permitiam-lhes viver da pesca, da caça, da coleta de frutos e da agricultura de excedentes.

Sobre a forma de vida dos Tupinikin até praticamente o início dos anos 1960, o Relatório do Grupo Técnico n.º 0783/94, de 30 de agosto de 1994, informa que, até as primeiras décadas do século XX, a região em que viviam os índios Tupinikin era de mata virgem, e a comunicação entre as localidades fazia-se por trilhas no meio da floresta. Entretanto, em sua maior parte, as famílias indígenas eram encontradas dispersas pela mata, plantando nos trechos de capoeira, com a eventual agregação de parentes e afins. A forma como as famílias ocupavam o espaço e as trocas comerciais tornavam duas localidades quase que uma área só, pois a distância entre os núcleos reduzia-se, fortalecendo os laços comunitários que se manifestavam nos rituais religiosos ou na realização de algumas formas de cooperação econômica (mutirão, por exemplo).¹⁶²

¹⁵⁹ PACHECO, Renato. Três pequenos estudos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 40, p. 15-16, 1990.

¹⁶⁰ ROCHA, Levy. Viagem de D.Pedro II ao Espírito Santo. Rio de Janeiro/Brasília: **Revista Continente Editorial/INL**, 1980.

¹⁶¹ O município de Aracruz tem 1.435km² de área. Vivem no Município aproximadamente 60.000 habitantes. Dentro do território espírito-santense, o município de Aracruz faz parte da microrregião homogênea 205 (MRH – 205), denominada “Baixada Espírito-Santense”, junto com os municípios de Fundão, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra e Pinheiro.

¹⁶² Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94.

As casas eram de pau-a-pique e sapê, cercadas por mato ou capoeira, utilizados na medida da necessidade. Com frequência, os Tupinikin mudavam de casa e roçado, seja pela realização de um casamento seja em busca de melhores condições de sobrevivência. As casas e os roçados podiam ser feitos em qualquer lugar. Todavia, existiam regras de acesso à terra, não sendo permitido cercá-la ou detê-la exclusivamente. Havia uma posse comunal da terra, pois os cultivos em extensões podiam ser utilizados por todos os grupos familiares. Existiam ainda os domínios de caráter comunal – matas, rios, fontes, entre outros. Esse sistema de posse comunal de terras e outros domínios, aliado à apropriação doméstica e individual do produto do trabalho, permitia a sobrevivência dos Tupinikin.¹⁶³

De um modo geral, toda a região da Comarca de Santa Cruz (antiga Aldeia Velha), próxima das aldeias Tupinikin, manteve-se pouco povoada e com uma economia precária até os primeiros anos do século passado. Santa Cruz, que havia sido um importante porto de escoamento da produção de Colatina, entrou em declínio com a construção da Estrada de Ferro Colatina – Vitória, que deslocou o eixo econômico do litoral para o interior do Estado.

Durante as quatro primeiras décadas do século XX, a população Tupinikin não se viu afetada de forma direta nas áreas onde habitava, uma vez que a chegada de estranhos, que derrubavam as matas e florestas naturais para a formação de pastos e a criação de gado, ocorria de forma lenta, em um ritmo pouco intenso. Nesse período, os Tupinikin encontravam-se dispersos em várias comunidades (aldeias), hoje extintas, mas lembradas pelos mais idosos, os quais recordam os locais e o modo de vida daqueles índios. Por meio de relatos orais foram identificadas as localidades de Caieiras Velhas, Irajá, Pau-Brasil, Comboios, Amarelo, Olho D'Água, Guaxindiba, Porto da Lancha, Cantagalo, Araribá, Braço Morto, Areal, Sauê, Gimuhuma, Macaco, Piranema, Potiri, Sahy Pequeno, Batinga, Santa Joana, Morcego, Garoupas, Rio da Minhoca, Morobá, Rio da Prata, Ambu, Lagoa Suruaca, Cavalinho, Sauaçu, Concheira, Rio Quartel, São Bento, Laginha, Baiacu, Peixe Verde, Jurumim e Destacamento.¹⁶⁴

¹⁶³ Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94.

¹⁶⁴ Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94.

Mudanças mais intensas na região habitada pelos Tupinikin só se processaram de forma efetiva a partir dos anos de 1940, com a chegada da Cofavi, que passou a explorar, com autorização do Estado, 10.000ha de terras indígenas para a produção de carvão vegetal. A Cofavi constituiu-se na primeira grande empresa a se instalar no local, responsável pelo início do ciclo de destruição da Mata Atlântica local e pela entrada de posseiros no território indígena. Conforme relatório do estudo socioeconômico realizado na comunidade indígena de Caieiras Velhas e adjacências (1976), tal atividade predatória “[...] não chegou a ferir a integridade total das matas onde o grupo Tupinikin ainda caçava”.¹⁶⁵

Já no final dos anos de 1960, a Aracruz Celulose iniciou seus empreendimentos na região, adquirindo da Cofavi os 10.000ha de terras indígenas que lhe foram entregues pelo Governo Estadual. Em seguida, a Aracruz comprou, “[...] pela quantia simbólica de oito décimos de centésimos de cruzeiro o metro quadrado, mais trinta mil hectares de terras indígenas, que foram negociadas pelo Estado como se fossem terras devolutas”.¹⁶⁶ Papel fundamental nas transações econômicas que se estabeleceram nessa negociação coube, de acordo com Ciccarone, ao presidente da CVRD, Dr. Eliezer Batista, também um dos sócios-fundadores da Aracruz Florestal, dado o interesse da Empresa estadual em ampliar e diversificar seu mercado exportador.¹⁶⁷

A partir daí, intensificou-se o processo de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Tupinikin, que passaram a viver “ilhados” dentro de seu próprio território. Extensas áreas de matas e florestas naturais foram sendo derrubadas e substituídas pela monocultura do eucalipto, que se estendia, segundo relatos, até o quintal de suas casas, deixando os moradores acudados e obrigados a abandonarem o local. Nesse processo

¹⁶⁵ O estudo socioeconômico realizado na comunidade indígena de Caieiras Velhas e adjacências (1976) tinha por objetivo o planejamento e execução de um estudo que configurasse as circunstâncias socioeconômicas em que sobreviviam os indígenas que habitavam a região de Caieiras Velhas e adjacências, no município de Aracruz. Visava fundamentar decisões, em nível de política de ação. A viabilização do estudo ocorreu por meio de um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e Promoção Social (Setraps), a Universidade Federal do Espírito Santo e a Funai. Cf. UFES/SETRAPS. **Relatório do estudo sócio-conômico realizado na comunidade indígena de Caieiras Velhas e adjacências**. Vitória, 1976.

¹⁶⁶ GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. Sobre a situação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio indígena no estado do Espírito Santo. In: SANTOS, S. Coelho (Org.). **O índio perante o direito**. Florianópolis, EdUFSC, 1982. p. 143.

¹⁶⁷ Ciccarone, 2001, p. 292.

[...] o território indígena foi adquirindo nova forma social, prosperando como terra devoluta, sob a jurisdição dos poderes públicos, após ser tecnocraticamente transformado em área desabitada e economicamente inexpressiva, para ser expropriado às populações indígenas, obrigadas à realocação em áreas cada vez menores e alheias ao seu habitat tradicional. Cresciam, nesta época, as terras devolutas e griladas, cuja apropriação e titulação envolviam falsificação de documentos e ações violentas de jagunços e pistoleiros contra índios e posseiros.¹⁶⁸

Já nessa época (1967), encontravam-se instalados junto aos Tupinikin, em uma área isolada do contato com os brancos, o grupo migratório indígena Guarani Mbya.¹⁶⁹ Oriundos do sul do País, chegaram ao Estado no início dos anos de 1960. Guiados por *Tatati*, líder xamânica, em busca da “terra sem males”, os Guarani fixaram-se em uma área mais afastada da aldeia Caieiras Velhas, onde ainda existia “[...] uma exuberante e extensa mata ainda parcialmente preservada do avanço do progresso desenvolvimentista”.¹⁷⁰ A instalação do grupo na região foi desde o início perpassada de conflitos, de ameaças, de transferências. Grupo coeso, os Mbya lutaram desde o início junto aos Tupinikin contra a moderna ocupação de seus territórios.

Ironicamente, se era proveniente de “fora” a vocação para o desenvolvimento econômico do Estado, era também de fora que, em busca das suas terras, habitadas pelos antepassados, chegava o obstáculo aos planos econômicos dos poderes públicos fundamentados no “*elogio da mentira*” [de que no Espírito Santo, não existiam índios].¹⁷¹

Utilizando-se de todo tipo de argumentações e coações, a fim de expulsar as populações indígenas e posseiros, a Aracruz Celulose apossou-se de forma ilícita e com todo o aparato burocrático-militar a seu favor, de praticamente todo o

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ O grupo de índios que aqui chegou faz parte da etnia Guarani que é formada por três subgrupos: Guarani-Kaiowá (ou Pai Tavyterã), Guarani Chiripá (ou Guarani-Nandeva, ou Ava-Guarani) e Guarani Mbya. A história dos povos Guarani é marcada por constantes e permanentes movimentos migratórios. O grupo Mbya ocupa território localizado na parte central do Paraguai Oriental (a oeste dos territórios Chiripa e Kaiowa), que se estende, hoje, pelo norte da Argentina (Província de Misiones) e pelo estado do Rio Grande do Sul e litoral de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Há ainda grupos Mbya que chegaram ao Pará e ao Maranhão. Cabe dizer ainda que atualmente os Mbya são os únicos Guarani que mantêm a prática de migrar. Cf. Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94.

¹⁷⁰ CICCARONE, 2001, p. 296.

¹⁷¹ Ibid., p. 293.

território por onde viviam dispersos os índios Tupinikin e Guarani Mbya. Sobre os métodos utilizados pela Empresa a fim de expropriar os índios de suas terras, o cacique Tupinikin Lauro Martins, em depoimento prestado à CPI da Aracruz (2002), afirma:

Em primeiro lugar, era dar um prazo para sair de dentro de casa e, caso não saísse, eles botavam fogo com a gente dentro de casa, então a pessoa era obrigada a sair dentro daquele prazo, vinte e quatro horas. [...]. Isso foi o começo da invasão do Major Orlando com a sua equipe, garantindo a expulsão dos povos indígenas nesse território.¹⁷²

Uma outra tática empregada era a promessa de emprego.¹⁷³ Subempregados, por volta de 1978 cerca de 500 Tupinikin trabalhavam nas obras da Aracruz Celulose como mão-de-obra desqualificada.¹⁷⁴ É interessante observar que, em 1967, enquanto a Aracruz plantava eucalipto “[...] recrutava mão-de-obra-indígena para a construção de sua usina de celulose e, mais tarde, em outubro de 1978, os índios foram dispensados, sendo transferidos pelas empreiteiras encarregadas da construção da fábrica de celulose para o Norte do Estado e sul da Bahia”.¹⁷⁵

Se de início os índios foram empregados como mão-de-obra farta e barata no plantio e cuidados das mudas de eucalipto e na construção da primeira fábrica, logo se viram dispensados. Em entrevista a Hildegart Maria de Castro Rick, à época antropóloga estagiária da Funai, o superintendente da Aracruz Celulose S/A, Ney Magno, revela que os índios não se adaptavam ao trabalho da Companhia, pois não estavam preparados para cumprir horários nem para desempenhar qualquer função dentro dela.¹⁷⁶

Ciccarone ressalta que, ao aceitarem os empregos oferecidos pela Empresa em troca de uma carteira de trabalho, os índios adquiriam uma “genérica” identidade de cidadão comum. Desse modo, a Empresa apagava qualquer marca e vestígio

¹⁷² CPI da Aracruz Celulose, 2002. Depoimento das lideranças indígenas: Sr. Lauro Martins (cacique Tupinikin) e Antônio dos Santos – da aldeia Pau-Brasil. 21 maio 2002. Proc. n.º 156.

¹⁷³ CPI da Aracruz Celulose, 21 maio 2002.. Proc. n.º 156.

¹⁷⁴ ARACRUZ está instalada em terra dos índios. **A Tribuna**. Vitória, 31 out. 1978.

¹⁷⁵ ESPÍRITO SANTO AGORA, Vitória, n. 41, p. 22-26, 1980.

¹⁷⁶ RICK, Hildegart Maria de Castro. **Relatório de viagem a aldeamento no município de Aracruz, ES**. Funai/MI. Brasília, 01 set. 1975. Anexado ao Processo n.º 3.649/1975.

da presença indígena capaz de afetar a mentira sobre o território declarado oficialmente “desabitado e improdutivo”.¹⁷⁷

Sobre as condições de trabalho a que eram submetidos, o Dr. Sixto, médico que prestava assistência voluntária às populações indígenas, ressaltou que os índios trabalhavam em regime de semi-escravidão, pouca diferença existindo para o sistema empregado na época da escravatura, tendo ele atendido muitos casos de índios que adoeceram no trabalho em consequência do tratamento desumano que recebiam.¹⁷⁸

Com a chegada da Aracruz, o litoral norte do Estado tornou-se um lugar de fronteira, o território trágico do aparentemente novo e o espaço do terror e da morte,¹⁷⁹ “[...] onde se realizava o embate entre os planejadores e executores do desenvolvimento e as populações indígenas Tupinikin e Guarani Mbya, que defendiam seus territórios e resistiam à ameaça do extermínio”.¹⁸⁰

Martins observa que a fronteira deve ser pensada como um lugar de “conflito social”. Nesse conflito, a fronteira é o lugar da alteridade. É, à primeira vista,

[...] o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história.¹⁸¹

Analfabetos e sem assistência jurídica, índios, posseiros, pequenos proprietários, quilombolas foram enganados. Pressionados, assinaram folhas em branco, posteriormente transformadas em procurações que davam a “outros” o direito de

¹⁷⁷ CICCARONE, 2001.

¹⁷⁸ De acordo com o relatório de Hildegart Maria de Castro Rick, a essa época, devido à carência alimentar e ao tratamento desumano a que eram submetidos, era comum enfermidades como a anemia, a pneumonia, a malária, a tuberculose e a meningite. Funai/MI. Brasília, 01 set. 1975. Anexado ao Proc. n^o 3649/75.

¹⁷⁹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 46.

¹⁸⁰ CICCARONE, op. cit. p. 293, nota 146.

¹⁸¹ MARTINS, 1997, p. 150-151.

venda das terras de que tiravam sua sobrevivência, tudo isso com a conivência do aparato estatal.

Inicialmente, o Espírito Santo foi vítima do capitalismo nacional, feito à custa da devastação das florestas e do empobrecimento do solo [...]. Em seguida, entrou em cena o capitalismo internacional, através da Aracruz Celulose, bem sucedido projeto de plantio de eucaliptos e de fabricação de celulose. [...] um projeto covarde, porque teve como adversários indecisos índios apenas habituados a exploradores locais, que lhes tiravam a madeira, mas deixavam suas terras.¹⁸²

“Acabocladados” e declarados oficialmente como extintos nas décadas posteriores a 1890,¹⁸³ os índios do Espírito Santo sofreram todo o tipo de violência e coações. Qualquer interferência capaz de abalar a manutenção do discurso oficial foi violentamente reprimida. Enquanto isso, a Aracruz Celulose, por meio de seus “jagunços”, providenciava o esvaziamento do território indígena, contratando a mão-de-obra regional em busca de emprego e cooptando a seu serviço a população local e os militares coniventes com o crime organizado.¹⁸⁴

[...] O clima de euforia e de exaltação pelo sonhado crescimento econômico regional alimentava-se do terror propagado no Estado: a Aracruz Celulose, com a cumplicidade do governo estadual e municipal com a contratação de elementos do sindicato do crime, iniciava a implementar a estratégia do medo espalhando boatos e coagindo por todos os meios os Tupinikin a desocuparem a área, venderem suas terras retalhadas em lotes e se dispersarem por outras regiões de mata no Estado e pelas cidades, onde sobreviviam marginalmente nos bolsões de miséria das periferias.¹⁸⁵

¹⁸² MEDEIROS, Rogério. (Org.). **Espírito Santo** – maldição ecológica. Coleção Reportagens, Vol. I – Rio de Janeiro: ASB, 1983. À época, Rogério Medeiros, jornalista correspondente do Jornal do Brasil, atuou de forma intensa junto aos Tupinikin e Guarani a fim de fazer valer os direitos territoriais dessas populações.

¹⁸³ Ao analisar os dois primeiros censos nacionais (1872 e 1890), Oliveira (1999, p. 135) ressalta que é preciso, antes de tudo, reconhecer que em ambos os censos existem quatro categorias, chamadas de “raças”: “brancos”, “pretos”, “pardos” e “caboclos”. Conforme o autor inexistente uma definição explícita dessas categorias, que, no entanto, no censo de 1890, são traduzidas para o francês. Os pardos seriam os mestiços, enquanto os “caboclos” seriam os indígenas. O censo de 1872 procede ainda a uma divisão geral da população em “livres” e “escravos”. Assim, os “pretos” e também os “pardos” dividem-se em “livres” e “escravos”, enquanto os “brancos” e “caboclos” são sempre caracterizados como livres, o que reforça a impressão de que, com a categoria “caboclo”, o censo está referindo-se aos índios. Embora algumas províncias (Ceará, Piauí e Espírito Santo) registrassem no censo de 1872 e 1890 contingentes significativos de índios, nas décadas posteriores, os índios foram dados como “extintos” e sua presença foi até recentemente ignorada. Em 1872 a população de caboclos no Espírito Santo somava cerca de 5.529 pessoas, ou 6,7% da população do Estado.

¹⁸⁴ CICCARONE, 2001, p. 301.

¹⁸⁵ Ibid., p. 301

Ao analisar o processo de expropriação e violência no campo durante o regime militar, Martins (1991) observa que, nos conflitos existentes entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros, e, de outro, posseiros e índios, por causa da terra, violências de todo tipo eram cometidas contra as populações rurais, a fim de garantir a sua expulsão da terra.¹⁸⁶ No conflito, encontravam-se “[...] envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais, até soldados, oficiais de justiça e os próprios juízes”,¹⁸⁷ o que revela um processo de expropriação levado na íntegra pelas grandes empresas capitalistas. Por sua vez, esse processo envolvia não somente os lavradores, os posseiros, como também arrendatários e parceiros, além das populações indígenas. Essa população observa o autor, migrou para as cidades à procura de emprego, passando a integrar a massa marginalizada que vive em condições de extrema miséria nos grandes centros urbanos. Outra parte, “[...] entra sertão adentro à procura de terras desocupadas, distante das grandes empresas, onde seja possível fazer sua lavoura, como tem acontecido com os posseiros”.¹⁸⁸

Por conseguinte, Martins afirma que a questão agrária brasileira apresenta duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. A expropriação constitui uma característica essencial ao processo de crescimento do capitalismo, ou seja, é um elemento da lógica da reprodução do capital, visto que este só pode crescer, expandir-se, à custa do trabalho, única forma de se criar riqueza. Por isso, uma lei fundamental do capital consiste em subjugar o trabalho. “Não há capitalismo sem subjugação do trabalho”, enfatiza Martins. A instauração do “divórcio” entre o trabalhador e aquilo de que necessita para trabalhar é, desse modo, o primeiro passo para que se instaure o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação é o que tecnicamente se denomina expropriação. Por sua vez, essa expropriação é responsável pela criação das condições sociais necessárias para que o capital dê o seu segundo passo, ou melhor, passe à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do trabalhador que já foi

¹⁸⁶ MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 45.

¹⁸⁷ Ibid.

¹⁸⁸ Ibid., p. 47.

expropriado. A este só resta agora a venda de sua força de trabalho, segundo as regras do mercado, e não de acordo com as suas reais necessidades.¹⁸⁹

Conforme dossiê realizado pela Comissão de Articulação Tupinikin e Guarani e pelo Conselho Missionário Indigenista (Cimi) (1996), nesse processo de expropriação das terras indígenas, cerca de 50% dos Tupinikin migraram para as cidades, encontrando-se ainda hoje desaldeados,¹⁹⁰ ou se sujeitaram a vender sua força de trabalho para a empresa Aracruz Celulose, em troca de um mísero salário.

No mesmo ano em que a Aracruz Florestal se instalou no município de Aracruz, o Governo Militar criou a Funai – Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967 – em substituição ao Sistema de Proteção ao Índio (SPI)¹⁹¹. A Funai, órgão jurídico teoricamente responsável pela garantia dos direitos indígenas, só passou a atuar na região a partir da segunda metade dos anos 1970, quando a situação dos indígenas extrapolou a fronteira regional.

Entretanto, a chegada da Funai ao Estado, pelo menos de imediato, não alterou as condições precárias e subumanas a que essas populações foram submetidas, haja vista que sua atuação esteve desde o início orientada de forma a viabilizar a política desenvolvimentista militar.

Ao analisar a atuação da Funai, Ciccarone informa que, como órgão de política econômica da ditadura militar, a Funai atuou de forma a reduzir e remover as populações indígenas, visto que estas

¹⁸⁹ MARTINS, 1991, p. 50-52.

¹⁹⁰ Campanha Internacional pela ampliação e demarcação das terras indígenas Tupinikin e Guarani, Aracruz, agos. de 1996, p. 24. Esse dossiê foi realizado pela Comissão de Articulação Tupinikin e Guarani e pelo Conselho Indigenista Missionário – Cimi (Regional Leste). A tiragem desta edição contou com 3.000 exemplares, 1.500 em português e 1.500 em inglês. Documento anexado ao Proc. n.º 156, fls. 964 – 984, CPI da Aracruz Celulose.

¹⁹¹ Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI). Chefiado pelo marechal Rondon, tem-se o início de um período de pacificação dos índios e do reconhecimento do direito deles à posse da terra e de viver de acordo com os próprios costumes. O lema de Rondon era: "Morrer, se preciso for. Matar, nunca". Em 1967, o SPI foi extinto e, em seu lugar, foi criada a Funai. A extinção do SPI deveu-se às inúmeras denúncias de irregularidades administrativas, abuso de poder, corrupção, matança de índios e diversos outros problemas que envolviam esse órgão público de "proteção" ao índio, após a saída do marechal Rondon. Cf. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 157-169.

[...] representavam um obstáculo à integração nacional e ao crescimento econômico – das áreas cobijadas pelo estado e pelo capital privado. [Desse modo], o projeto desenvolvimentista nacional concretizou-se como programa oficial de expropriação das terras indígenas, cabendo à Funai a conivência, a omissão e a intervenção *a posteriori*, defrontando-se com fatos consumados, confinando e aprisionando os grupos indígenas e seus elementos ‘rebeldes’. Pacificações forçadas, transferências de grupos e extermínios representavam sob a lógica perversa do crescimento econômico do país um ‘mal necessário’.¹⁹²

Cabe dizer que era a época do “milagre econômico”, na qual, o Governo Militar exibia altos índices do PIB à custa da violação sistemática de direitos territoriais e humanos, uma vez que a questão indígena se concentrou na questão da terra e extrapolou-a, assumindo o caráter de uma “política de aculturação agressiva”.¹⁹³ Sob esse ponto de vista, Ciccarone ressalta que, embasada na tríplice perspectiva do desenvolvimento do País, da segurança nacional e da integração dos índios, a Funai encarregou-se de fomentar a integração/destruição das sociedades indígenas como sociedade distinta.¹⁹⁴

Nessas circunstâncias, os direitos constitucionais de 1967-69, que incorporavam as terras indígenas ao patrimônio da União, declarando-as inalienáveis, sofreram todo o tipo de prevaricação logo após adquiridos:

[...] a posse permanente e o usufruto das terras eram direitos sistematicamente violados e manipulados em função dos ‘soberanos interesses da nação’. A grandeza da nação constituía-se oficialmente, ‘apesar de’ e ‘para’ os índios, eliminando-os como obstáculos e incentivando sua progressiva integração à sociedade regional.¹⁹⁵

A Constituição de 1967, em seu artigo 186, diz o seguinte: “É assegurado aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”. Com a Emenda Constitucional n.º1, de 1969, esse dispositivo constitucional, renumerado como art. 198, passou a ter a seguinte redação:

¹⁹² CICCARONE, 2001, p. 293.

¹⁹³ IANNI, Otávio. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 182.

¹⁹⁴ CICCARONE, 2001, p. 293.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 292.

As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nela existentes.

§ 1.º – Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objetivo o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§ 2.º – A utilidade e a extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio.

Violados todos os direitos constitucionais, enquanto o gigantesco monumento ao progresso era edificado, os Tupinikin e Guarani Mbya viram-se confinados em condições de extrema miséria e desespero.¹⁹⁶ Os Tupinikin passaram a sobreviver da cata de caranguejos e mariscos no mangue à beira do rio Piraquê-Açu, em 3.000m² de terra, impedidos de caçar, pescar e plantar em seu território, transformado no maior latifúndio do Estado.¹⁹⁷ Os Guarani Mbya transferidos para Guarapari obtinham sua sobrevivência por meio da venda de artesanato.

De forma progressiva, a partir de 1973, a questão em torno do território indígena começou a ganhar uma amplitude cada vez maior, o que levou a Funai, por meio de seu Delegado Regional, João Geraldo Itatuitim Ruas,¹⁹⁸ a transferir os Guarani Mbya, juntamente com alguns Tupinikin, para a Fazenda Guarani, em Carmésia, Minas Gerais.

2.3.4 A Chegada da Funai: A Transferência dos Guarani Mbya e Tupinikin

São duas as versões dadas para o afastamento dos Guarani Mbya do Estado: a do jornalista Rogério Medeiros, para quem os Guarani foram transferidos porque “reclamavam terras [...], eram incômodos [...], ‘contaminavam’ os Tupinikin –

¹⁹⁶ CICCARONE, 2001, p. 292.

¹⁹⁷ RICK, Hildegart Maria de Castro. **Relatório de viagem a aldeamento no município de Aracruz, ES.** Funai/MI. Brasília, 01 set. 1975. Anexado ao Processo nº 3.649/75.

¹⁹⁸ José Geraldo Itatuitim Ruas nasceu em uma aldeia do alto Xingu, em Mato Grosso. Perdeu sua mãe de parto e, segundo as leis de seu povo, os índios Jurunas, deveria ser enterrado junto com a mãe, Italoema. Mas uma missão do marechal Rondon apareceu antes do sepultamento de Italoema (ou Pedra do Carinho) e levou Itatuitim (ou Pedra Dura) para a civilização. Trazido de lá quando menino foi criado pelo professor Boaventura Ribeiro da Cunha. Aos 42 anos, Itatuitim era encarregado do destino de 4 mil índios na Funai e já havia sido diretor do serviço social da Usiminas. Cf. ITATUITIM e os índios. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 10, p. 27-30, 1973.

enquanto os 600 Tupinikin, espalhados pela região eram quietos [...],¹⁹⁹ e a do advogado, membro da Pró-Índio/ES, Ewerton Montenegro Guimarães, segundo o qual a Aracruz seria responsável pela transferência dos índios.²⁰⁰ Na verdade, a transferência do grupo para Minas Gerais encontrou-se intimamente vinculada a essas duas questões.

Todo o trabalho da Aracruz Celulose era botar o Guarani fora, que estavam desamparados porque eles tinham ido atrás da Universidade, ela se desinteressou, foram na Igreja que estava dominada por aquela máxima esquerdista que o índio na verdade atrapalha o desenvolvimento, o governo era a Aracruz Celulose [...] A presença dos Guarani a essa altura era uma presença incômoda.²⁰¹

Desde o início dos trabalhos da Aracruz Celulose no território indígena, os Tupinikin e os Guarani vinham mobilizando-se a fim de tornar pública a invasão de seus territórios. Já em 1967, conforme o advogado Ewerton Guimarães, “[...] dois Guarani e um Tupinikin foram a Brasília denunciar ao antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) a invasão de suas terras pela Aracruz Celulose [...]”.²⁰² Não obtiveram, contudo, qualquer posição do Governo para as suas questões.

À medida que a Aracruz se apossava do território indígena, aumentavam as denúncias, e uma nova relação passou a estabelecer-se: uma relação de conflito entre os indígenas, os posseiros e a Aracruz Celulose. A fim de esvaziar o território indígena e de solucionar mesmo que de forma temporária os conflitos, a Funai propôs a transferência dos Guarani Mbya para Guarapari. Diante da recusa de saírem de Caieiras Velhas, a Funai adotou, conforme Ciccarone, uma postura “tutelar-terrorista”, incumbindo-se de incentivar o clima de terror na região para provocar a saída.²⁰³ De acordo com depoimento do índio Guarani João Carvalho, “A Funai ameaçava que aqui não tinha mais jeito [...] falava que aqui estava muito cheio de posseiros, que iria sair briga, iriam nos matar [...]”.²⁰⁴

¹⁹⁹ MEDEIROS, 1983, p. 72.

²⁰⁰ GUIMARÃES, 1982, p. 152.

²⁰¹ MEDEIROS, apud CICCARONE, 2001, p. 302.

²⁰² GUIMARÃES, 1982, p. 152.

²⁰³ CICCARONE, 2001, p. 302.

²⁰⁴ JOÃO CARVALHO, líder Guarani, apud CICCARONE, 2001, p. 302.

Diante das ameaças que atingiam a sobrevivência de seus familiares, percebendo a situação muito tensa, a líder Xamânica *Tatati* decidiu sair, mesmo que de forma temporária, do lugar de conflito, adiando a intenção de se fixar em Caieiras Velhas.

Com o intuito de não esvaziar por completo a área de Caieiras Velhas e acompanhar a evolução dos acontecimentos na região e ao mesmo tempo tornar públicas suas reivindicações em nível regional, o grupo assentado em Guarapari montou um esquema tático configurado como uma teia de intensos deslocamentos que ocorriam entre Caieiras Velhas, a capital Vitória e Guarapari.²⁰⁵

A gente fazia uma barraquinha, parecia até cigano, uma pessoa assim não parecia índio, porque, chegando na cidade, a gente fazia uma casinha de pano, de cobertor e passava muita dificuldade. Quando chovia, as crianças e nós passávamos muita dificuldade, molhava tudo. Os mais velhos buscavam alguma coisa e faziam entrevistas com algumas pessoas e aí conseguiam, até que a gente entrou na mata [...] Ficamos muito tempo fazendo artesanato, vendendo, fazendo alguma armadilha lá naquela área. A Marinha chegou e expulsou a gente, falou que ali não era lugar para ficar. Saímos de lá e ficamos numa área perto da praia. Um pastor batista foi lá e conseguiu conversar com os mais velhos [...] O Argemiro conversou com esse pastor e o pastor falou que tinha um lugarzinho onde a gente podia ficar até o dia da gente sair de lá. O pastor conseguiu uma área de uns trinta hectares, parece, um lugarzinho muito pequeno.²⁰⁶

Ciccarone ressalta que Guarapari tornou-se um novo cenário trágico na caminhada dos Mbya. Ao transformar-se em um

[...] lugar inóspito, território dramático de um cotidiano de fome, doenças, desamparo e perseguição, revelou a nova farsa do governo estadual, que afirmava vir 'assistindo os índios com vestuário, alimentação e assistência médico-odontológica e sanitária desde que eles surgiram no Estado'.²⁰⁷

²⁰⁵ CICCARONE, op. cit., p. 303, nota 151.

²⁰⁶ TONINHO, índio Guarani, apud CICCARONE, 2001, p. 303–304.

²⁰⁷ CICCARONE, 2001, p. 304.

A falta de assistência, as promessas não cumpridas e as soluções sempre adiadas desencadearam uma incansável luta com os poderes públicos, no intuito de obter a volta do grupo para Caieiras Velhas.

A situação dos Guarani em Guarapari agravou-se ainda mais, quando o então prefeito da cidade, Hugo Borges, interessado em explorar a presença indígena como atração turística, ofereceu, com a chegada do verão, um terreno para o grupo se assentar,²⁰⁸ estipulando em troca que os M'bya “[...] andariam de tanga para atrair turistas e participariam do lucro dos ingressos.”²⁰⁹

O episódio de Guarapari tornou-se o estopim para viabilizar o plano de remoção do grupo do estado, mantendo-o prisioneiro sob a guarda da Funai na Fazenda Guarani, em Minas Gerais. Os M'bya se negaram a aceitar qualquer proposta que não fosse o retorno a Caieiras Velhas e finalmente o poder público oficializava seu veto, alegando tratar-se de áreas reservadas ao empreendimento de reflorestamento. Desestabilizando o poder da mentira construída pelos técnicos desenvolvimentistas e legitimada pelo governo estadual, os M'bya revelavam que no Estado as terras “nuas” destinadas ao empreendimento agroflorestal eram habitadas e por eles reconhecidas como ancestrais e a eles destinadas para salvaguardar a floresta onde se processava sua destruição, cultivar a terra onde se expropriava e violava o solo, realizar o trabalho coletivo onde era legitimada a exploração de mão-de-obra.²¹⁰

Nessas circunstâncias, a fim de dar uma “solução pacífica” para o conflito, chegou ao Espírito Santo, em agosto de 1973, o professor Geraldo Itatuitim Ruas, delegado da Funai em Minas e Bahia. A solução encontrada foi a transferência dos índios para a Fazenda Guarani – Minas Gerais.

Embora os índios buscassem por todos os meios tornar públicas as reivindicações de seus direitos, o Poder Público Estadual, por meio da imprensa, abafava e manipulava toda e qualquer tentativa capaz de desestabilizar o *elogio da mentira*. A remoção do grupo para Minas Gerais, custeada e organizada pelo Governo Estadual com a Funai, foi justificada por “[...] não existirem meios para a independência dos índios no Espírito Santo, uma vez que as localidades

²⁰⁸ CICCARONE, 2001, p. 304.

²⁰⁹ GUARANIS chegam à terra prometida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1973. Caderno 1.

²¹⁰ CICCARONE, 2001, p. 305.

ocupadas pelas tribos não oferecem material silvestre para a confecção de objetos artesanais, caça ou pesca [...]”²¹¹

Em agosto de 1973, mesmo contrariados, os Guarani Mbya foram levados para a Fazenda Guarani. Junto com os Guarani seguiu a família do índio Benedito Joaquim Silva.²¹² Segundo depoimento deste índio, foi nesse momento que a Funai tomou conhecimento dos Tupinikin.²¹³ A maioria dos Tupinikin não aceitou a proposta de remoção apresentada pela Funai. Apesar das condições adversas em que viviam, permaneceram em Caieiras Velhas, fato, sem dúvida, determinante para a garantia do território indígena.

Inicialmente denominada Reformatório Indígena Krenak (1971), a Fazenda Guarani (1973) foi criada com a função de aglutinar índios “problemáticos” de diferentes etnias, desconsiderando-se qualquer diversidade e incompatibilidade entre eles. Era, na verdade, um “aldeamento” correcional mais conhecido como “presídio Guarani”. Sobre a Fazenda Guarani Ciccarone informa:

O órgão indigenista planejava transformar o Posto Indígena Guido Marlière, próximo do povoado de Resplendor (MG), onde os Krenak sofriam há anos com a invasão de suas terras por colonos e fazendeiros, em uma Colônia Penal para recuperação de “índios delinqüentes”. Dessa forma eram estigmatizados os indígenas envolvidos nos conflitos fundiários e que viviam nas áreas de maior interesse para a integração e modernização do território nacional. Em junho de 1971, a Funai selou um acordo com o governo mineiro no qual legitimava-se a ocupação das terras dos Krenak, removidos para uma área de treinamento anti-guerrilha cedida pela Polícia Militar ao órgão indigenista, localizada no município de Carmésia. Para a área de 120 alqueires, inicialmente denominada Reformatório Indígena Krenak, foram transferidos, junto com 40 Krenak, amparando um grupo em extinção, segundo a versão da Funai, 29 índios “desajustados” originários de diferentes grupos indígenas que o órgão indigenista classificava como aculturados e semi-aculturados, em função do plano etnocida de integração e emancipação. Segundo os planos da Funai, a prisão funcionaria como penitenciária agrícola, num programa de integração forçada realizado por meio dos chamados projetos de desenvolvimento comunitário e de formação de líderes comunitários.²¹⁴

²¹¹ GUARANIS..., 1973.

²¹² A família de Joaquim Benedito Silva e sua esposa Almerinda era composta de 10 pessoas. No documento em que consta o levantamento da população indígena vinda do Espírito Santo, uma nota manuscrita assinada por Itatuitim faz referência explícita ao Tupinikin, noticiando um outro contingente de 22 pessoas que seria removido em breve para a Colônia Penal. MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Encaminha relatório de remoção dos índios Guarani no Estado do Espírito Santo (Guarapari). Ofício n.º 373/AJAMB/73. Belo Horizonte/Brasília, 12 set. 1973). Anexado ao Proc. 2.474/73.

²¹³ Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94..

²¹⁴ CICCARONE, 2001, p. 306.

De uma forma ou de outra, o convencimento, a força e as promessas não cumpridas levaram o grupo para Minas Gerais. A imprensa glorificava a transferência e exercia um papel preponderante no apoio e reforço às estratégias da Funai. As reportagens chegaram a ser fantasiosas e festejavam como grande feito humanitário a saída do grupo do Estado, removendo dos Guarani Mbya o imaginário mítico da Terra sem Males, deslocado do litoral de Santa Cruz para o interior de Minas Gerais:²¹⁵ o lugar para onde estavam sendo transferidos era apresentado como o mais novo paraíso, o que manipulava os anseios dos Guarani Mbya por terras férteis.²¹⁶

Conforme Itatuitim Ruas informou em seu relatório, nas disposições recebidas de Brasília a prioridade era a transferência dos indígenas. Mesmo diante da recusa dos índios em sair da área, a transferência para Minas Gerais já havia sido decidida.

No primeiro contato com os índios Guaranis, com especialidade os seus líderes, houve uma recusa maciça de todos no que tange à vinda para uma reserva da Funai. Alegaram os mesmos o desejo de permanecer definitivamente no litoral espírito-santense [...] no segundo contato, levei para eles alimentação e medicamentos [...], esclarecendo-os que em hipótese alguma haveria condições para a Funai assisti-los na região capixaba.²¹⁷

Nesse mesmo relatório, Itatuitim deixou clara a sua posição sobre os Guarani Mbya, ao retratá-los como um grupo “embananado” na “mística dos jesuítas”, que apresentava “uma série de complicações psico-religiosa” agravadas com a aceitação da religião protestante, que “[...] lhes trouxe um certo desequilíbrio, pois os mesmos [chegavam] a ser até fanáticos com relação à vida religioso-comunitária”. A partir dessas conclusões, Itatuitim, para obter a confiança do grupo e persuadi-los a aceitar a transferência para Carmésia, encenou a sua

²¹⁵ GUARANIS..., 1973.

²¹⁶ CICCARONE, op. cit., p. 306, nota 151.

²¹⁷ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Ajudância Minas-Bahia, de 4 de ago. a 13 ago. 1973. – correspondência do delegado regional para DGO, sobre relatório do Prof. José de Aguiar, Secretário Estadual do Trabalho e Promoção Social do Estado do Espírito Santo, 13 ago. 1973, p. 2. Anexado ao Processo n.º 2.474/73.

devoção religiosa: “Cantei (em idioma Guarani) e invoquei, em oração, que Deus decidisse naquele momento o nosso destino. O efeito foi de tal impacto, pois falou mais alto o poder Divino e o poder da raça [...]”.²¹⁸ Sobre a atuação de Itatuitim Ruas, Ciccarone comenta:

A estratégia da Funai de ‘cerco de paz’ elaborada desde o SPI como imagem-força do Estado-Nação protecionista e tutelar foi fortalecida pela aliança garantida pelo funcionário indígena, o qual, ‘em nome dos índios’ ergueu-se como colaborador e executor do plano desenvolvimentista de integração e emancipação. O delegado regional Itatuitim, enquanto declarava à imprensa nacional ter sido a remoção dos Mbya e Krenak para a fazenda Guarani uma solução de emergência e amparo aos indígenas, e anunciava a abolição do estado de confinamento, aprisionava o grupo na Colônia Penal, reprimindo qualquer tentativa de fuga.²¹⁹

Quando os índios chegaram, em agosto de 1973, já havia 120 indígenas “presos” em Carmésia. Como era de se esperar, eles não se adaptaram ao lugar. Os conflitos inerentes à área, à baixa qualidade do solo, à falta de matérias-primas para a confecção do artesanato, entre outras condições, foram responsáveis pelo descontentamento do grupo, que aos poucos foi retornando para Caieiras Velhas até que a própria Funai decidiu dar “liberdade” aos índios.

A posição da Funai quanto à permanência dos índios na colônia foi bem descrita pelo Chefe da Ajudância Minas-Bahia, Itatuitin Ruas.

O índio aculturado não tem mais condições de ser jogado na selva. No estágio em que já conhece os recursos da civilização, o jeito é integrá-lo como qualquer outro [...]. Liberdade não quer dizer soltá-lo. Vamos deixar que se desenvolva, deixar plantar onde quer e mostrar quando está errado [...]. Nem todos os aculturados sabem se defender da civilização, mas já existe uma grande parte que consegue isso. O meu objetivo não é fazê-lo voltar à forma primitiva, vamos dar a ele confiança em si mesmo para que se sinta seguro ao entrar em determinada área. Mas eu fico feliz quando ele volta um pouco para a sua origem, pois isso é para mim uma prova de que está se firmando. Também fico feliz, quando se forma mesmo sem voltar à

²¹⁸ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Ajudância Minas-Bahia, 4 ago. a 13 ago. 1973. – correspondência do delegado regional para DGO, sobre relatório do Prof. José de Aguiar, secretário Estadual do Trabalho e Promoção Social do Estado do Espírito Santo, 13 set. 1973, p. 4. Anexado ao processo n.º 2.474/73.

²¹⁹ CICCARONE, 2001, p. 311.

origem. Todo desajustado, quando encontra algo que lhe dê segurança, se firma com maior apego ainda, pois teme voltar a ser desajustado.²²⁰

Um clima de insatisfações, de tensões, de desconfianças e de enganos provocou a reação dos Guarani Mbya, que não cederam às pressões e acionaram um esquema de fugas e denúncias da situação na Colônia Penal. Passaram a cobrar recursos para o transporte a fim de venderem artesanato, as saídas tornaram-se mais freqüentes, evidenciando o fracasso do plano de contenção dos Guarani em Minas Gerais.

A intensa comunicação entre o chefe do Posto Indígena Krenak, da Fazenda Guarani, Antônio Vicente, e o chefe da Ajudância Minas-Bahia, João Geraldo Itatuitim Ruas, solicitando a intervenção do delegado, diante do “[...] contínuo descontentamento dos guarani, que reclamam do estado de extrema precariedade e estão determinados a ir embora”,²²¹ revelava o grau de insatisfação e o conflito estabelecido na Colônia-Penal.

A falta de providências da Funai, as condições limites de sobrevivência a que estavam submetidos – “[...] os índios dormem no chão, sofrem com o frio e a falta de alimentos”,²²² levaram os Guarani à revolta. Conforme as correspondências estabelecidas “Os mais agressivos e mal-educados são os Guarany [sic], que sempre andam insatisfeitos com tudo e com todos”.²²³

Enquanto os Guarani se mobilizavam a fim de retornar a Caieiras Velhas, no ano de 1975, durante a realização da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o então delegado da Funai, João Itatuitim Ruas, denunciou a existência de remanescentes indígenas no Espírito Santo, localizados em terras que o Governo havia destinado à empresa Aracruz Celulose, e o estado de abandono em que se encontravam. A denúncia sobre a situação dos Tupinikin teve repercussão nacional ao ganhar destaque nos principais jornais do País. A essa época, o território indígena de 40.000ha já se

²²⁰ ITATUITIM e os índios. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 10, p. 7, 1973. Entrevista concedida a Rogério Medeiros pelo chefe da Ajudância Minas-Bahia.

²²¹ CICCARONE, 2001, p. 310.

²²² Nostalgia do mar tirará os guaranis de Minas Gerais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 dez. 1973.

²²³ CICCARONE, op. cit., p. 310, nota 151.

encontrava quase todo devastado e prestes a ser transfigurado em uma extensa monocultura de eucalipto pelo empreendimento agroflorestal de grande porte e pioneiro no País.

A 20 de julho de 1975, o jornal O Estado de São Paulo trouxe a seguinte manchete “Tupiniquins – o primeiro contato”. Na reportagem, Itatuitim divulgou à imprensa as primeiras informações sobre a situação dos Tupinikin em Caieiras Velhas.

O fato de o governo do Espírito Santo ter destinado as terras ocupadas pelos Tupiniquins à empresa de reflorestamento Aracruz Florestal (a raça havia sido dada como extinta), não implicará a remoção do grupo agora localizado. Os índios tupiniquins, garantiu Itatuitim, a partir deste momento serão preservados e uma parte de suas terras será devolvida. [...] Todas as tentativas que eventualmente tenham sido feitas no sentido de ocultar a existência desse grupo indígena continuarão sendo frustradas [...].²²⁴

O fato levou o então presidente da Funai, o General Ismarth de Araújo,²²⁵ a deslocar-se ao Espírito Santo, juntamente com alguns antropólogos, para resolver a questão sobre o reconhecimento étnico dos Tupinikin. De sua visita ficou acertado um convênio entre a Funai/Setraps/Ufes para a realização de um levantamento socioeconômico da situação dos “pretendidos” índios.²²⁶ A partir daí, especificamente no período de 1975 a 1983, intensificou-se a luta dos Tupinikin e Guarani Mbya pela recuperação e demarcação de suas terras.

De acordo com Silva, a visita do presidente da Funai a Caieiras Velhas em julho de 1975 marcou, de certa forma, uma ruptura com o poder local e suas ações. A Prefeitura negava-se a reconhecer os Tupinikin, mas denunciava constantemente

²²⁴ TUPINIQUINS - o primeiro contato. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 42, 20 jul. 1975.

²²⁵ Ismarth Araújo de Oliveira foi presidente da Funai entre março de 1974 e março de 1979. General da Reserva, antes de ser nomeado presidente havia sido superintendente da FUNAI. Na sua posse, o Ministro do Interior, Rangel Reis, anunciou “a política de integração em ritmo acelerado”, o que viria a desembocar no projeto de emancipação dos índios, contra o qual ele se opôs publicamente. Todavia, foi responsável pelo incremento dos chamados “projetos de desenvolvimento comunitário”, dentro de uma política de “espíritos desarmados” com antropólogos, indigenistas e missionários. Na sua gestão, as demarcações de Terras Indígenas aumentaram de forma substancial. (**Povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em: maio de 2005).

²²⁶ Relatório do estudo socioeconômico realizado na comunidade indígena de Caieiras Velhas e adjacências em 1976. Antropólogo responsável: Celso Perota. Ver também: Revista de Cultura Ufes, Vitória, ano 1, n. 2, p. 12-20, 1º sem., 1979. Edição Especial.

o “clima tenso” que os posseiros enfrentavam diante do pleito pela terra.²²⁷ A presença do General no Estado marcou ainda o esforço em trazer de volta os Guarani que haviam sido transferidos para a Fazenda Guarani [leia-se Colônia Penal], onde a situação fora descrita como “precária”.²²⁸

Diante da visita do general Ismarth de Araújo a Caieiras Velhas (30 de julho de 1975), o Chefe da Ajudância Minas-Bahia, Itatuitim Ruas, em reportagem ao jornal *A Tribuna*, afirmava:

Nossa missão é de paz, não viemos para correr com ninguém e muito menos para sair corrido. A definição se é índio ou não é de competência de antropólogos [à época George Zarur] e este e o General Ismarth de Araújo já o disseram: é índio. Resta agora saber qual é, eles já estão sob nossa tutela.²²⁹

Enquanto a existência social dos Tupinikin ganhava a cena nos jornais e relatórios oficiais, a Funai debatia-se em determinar a essência do grupo e sua relação com as demais etnias brasileiras.

A grande contradição ocorria entre a Funai e os interesses do Governo Estadual e da empresa Aracruz Celulose, que se recusava a reconhecer a existência de “índios” no Espírito Santo. Sobre os “conflitos constantes” que marcaram as manchetes dos jornais, é possível dizer que o “redescobrimto” dos Tupinikin “[...] inseriu-se em uma série de dramas sociais, denúncias e provocações aos poderes locais, em um contexto marcado pela exclusão dos próprios índios do debate sobre o que eles realmente queriam.”²³⁰ A intensificação do conflito desencadeou uma luta pelo reconhecimento da identidade étnica dos “remanescentes” Tupinikin.

Os Tupinikin renasceram após terem sido reduzidos a um pequeno grupo de famílias cercado na aldeia de Caieiras Velhas por posseiros e cooptado ao trabalho como peões de obra e escravas domésticas dos funcionários da

²²⁷ SILVA, Sandro José da. **Tempo e espaço entre os tupiniquins**. 2000. 258 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

²²⁸ ÍNDIOS Guaranis virão para o estado. **A Tribuna**, Vitória, 31 jul. 1975.

²²⁹ FUNAI confirma índios e quer solução pacífica. **A Tribuna**, Vitória, 2 ago. 1975.

²³⁰ SILVA, op. cit., p. 26, nota 261.

empresa. O órgão federal descobriu os 'índios' no oportuno momento da evacuação de suas terras, quando eles foram reduzidos a condições miseráveis de existência, sobrevivendo da oferta de trabalho em troca do seu anonimato como cidadãos comuns. Identificados pelo órgão indigenista como remanescentes e pelo poder público e pela população local como caboclos, os Tupinikin eram alvos de projeções identitárias que revelavam uma visão ideológica residual e privativa da 'indianidade', naturalizando a inserção do grupo na sociedade regional e negando-lhe de fato seus direitos.²³¹

Com o desinteresse e o abandono da Fazenda Guarani pelo órgão federal, a partir de 1975, a comunicação da Funai e as reportagens que tentavam impedir o vazamento de informações sobre a situação na Colônia Penal, onde se agravava a miséria e os conflitos com os fazendeiros da região, diminuíram de forma gradativa.

Ao longo dos seis anos de reclusão na Fazenda Guarani, os Mbya empreenderam constantes viagens para o litoral capixaba e para outros estados. Nesses deslocamentos para o comércio de seu artesanato nas capitais mais próximas, os índios denunciavam a carência de recursos e os atos de violência cometidos não só pelos fazendeiros da região como também por aqueles que deveriam fazer valer os seus direitos – Funai.

Diante da contínua pressão e mobilização dos indígenas, em 1978 a Fazenda Guarani foi evacuada, e um grupo de 40 pessoas, composto por Mbya e uma família Kaiowa, retornou para Caieiras Velhas, “[...] como era desejo do grupo [...] esclareça-se que os Guarani já se encontravam na orla litorânea, mas na condição de sem-terras”.²³²

Após seis anos de confinamento na Fazenda Guarani, para os Mbya, que retornavam ao litoral norte capixaba, onde foram “descobertos os remanescentes Tupinikin”

[...] oferecia-se a nova visão do anúncio da morte: a floresta estava prestes a virar um deserto, uma terra nua destituída de todas as formas de vida. A Aracruz Celulose proclamava a 'natureza como sua sócia', enquanto transfigurava a mata num bem lucrativo e edificava uma paisagem

²³¹ CICCARONE, 2001, p. 313.

²³² MARCATO, Sônia de Almeida. A repressão contra os botocudos em Minas Gerais. **Boletim do Museu do Índio**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 39, maio 1979. (Série Etno-história).

apocalíptica, artificial, monótona e sem vida. *Reflorestar* expressava apropriadamente a ação que sustentava a lógica desenvolvimentista: aliciava as expectativas para o futuro, apagando a memória do passado, enganando e propondo dar riqueza através da obrigação da morte. Para existir, o eucalipto precisava matar a floresta, avançando com seus tratores sobre as árvores, os animais, as terras e seus habitantes.²³³

De acordo com Ciccarone, ao retornarem, o território indígena havia-se transfigurado em uma vila de peões cercada pelos eucaliptos. As terras foram loteadas pelo prefeito de Aracruz, Primo Bitti,²³⁴ a posseiros contratados para invadir as áreas indígenas e trabalhar nas plantações de eucalipto, os quais controlavam o comércio e exploravam os Tupinikin. As igrejas pentecostais ganhavam espaço em meio à miséria e desespero da população local. Escola, creche e posto de saúde já haviam sido instalados para as famílias de posseiros, com o objetivo de manter os invasores na área.²³⁵

Quando voltamos da Fazenda Guarani, já estavam começando a derrubar a madeira, a mata, com o trator. Nós ficamos lutando e tinha uns oito tratores [...], que puxava, corrente para derrubar mata. Numa noite derrubaram uma enorme roça! Foi isso que aconteceu. Tinham pressa mesmo, derrubavam. Estragaram todo bicho que existia no mato. E nós assistimos, eu assisti tudinho. A gente estava num barraquinho lá em Caieiras Velhas, mas lutava. Fomos em Vitória e pelo menos não derrubaram isso aqui.²³⁶

A partir de 1979, intensificou-se ainda mais o conflito entre os índios e os posseiros instalados nas terras indígenas. Os documentos consultados não revelam os números exatos de quantos ou quem eram os “intrusos”. Entretanto, quando analisamos o processo indenizatório de benfeitorias a posseiros existentes nas áreas indígenas de Caieiras Velhas e Pau Brasil, é possível uma estimativa de 60 famílias de ocupantes não-índios nessas duas áreas.²³⁷ Um

²³³ CICARONE, op. cit., p. 313-314, nota 151.

²³⁴ Nascido em Ibirapu (município vizinho ao de Aracruz), Primo Bitti foi vereador (1951 – 1955) antes de assumir pela primeira vez (1959–1963) a cadeira de prefeito de Aracruz, cargo que ocupou por cinco mandatos. Faleceu em 3 de junho de 2001, aos 79 anos.

²³⁵ CICARONE, 2001, p. 313-314.

²³⁶ CARVALHO, índio Guarani, apud Ciccarone, 2001, p. 314.

²³⁷ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Parecer n.º 097-PJ/84. Memo n.º 468-DPI/84. Anexado ao Processo n.º 2561/79.

outro documento,²³⁸ expedido pela Assistente Social Laurinda da Penha Flor dos Santos, informa que Caieiras Velhas sempre fora um povoado habitado por mais de 80 famílias oriundas dos estados de Minas Gerais e Bahia, de outros municípios do Estado e do próprio município de Aracruz, sendo algumas dessas famílias descendentes da etnia indígena Tupinikin. Independente de quantos eram ou de onde vieram esses posseiros, o que nos interessa é que a situação de conflito entre os índios e os posseiros se agravou de forma intensa a partir de 1979, com a Portaria da Funai n.º 565/E, de julho de 1979, que elegeu, como áreas de ocupação dos índios Tupinikin, Caieiras Velhas, Pau Brasil e parte da ilha de Comboios. Nesse relatório, foi solicitado ao Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (Incra) providências no sentido de proceder ao reassentamento dos “invasores” de Caieiras Velhas, em número aproximado de 36 famílias.²³⁹ Essas famílias viram-se em pânico e temerosas de serem despejadas sem direito à indenização, o que acirrou ainda mais os ânimos entre os índios e os posseiros.

Os posseiros se recusam a sair, provocando os índios e criando-se situações de discriminação, agressões físicas, discussões em torno da terra. Torna-se insustentável a convivência, agravando-se as tensões nos fins de semana dado o grau de utilização de alguns moradores locais, remanescentes ou posseiros. Estes dizem que a Funai nada pode fazer contra eles, não tem moral nem condições para expulsá-los ou impedir a venda de bebidas alcoólicas em Caieiras Velhas. E dizem: só abandonarão a área mortos.²⁴⁰

Marcato conclui afirmando que os problemas e dificuldades a serem enfrentados pela Funai são muitos, daí a necessidade de definir-se, por exemplo, a questão dos interesses da Aracruz Celulose na região. A autora diz o seguinte:

Há anos a presença da multinacional se faz dia-a-dia crescente, envolvendo indígenas e posseiros nas situações nascidas do contato empresa-

²³⁸ GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Cultura e Bem Estar Social. **Relatório da visita a Caieiras Velhas, Aracruz**. Expedido pela Assistente social Laurinda da Penha Flor dos Santos. [s/d].

²³⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório do Trabalho Instituído pela Portaria n.º 565/E/79, de 10 de julho de 1979 objetivando a eleição de área para a Reserva Indígena Tupinikin, no estado do Espírito Santo. Anexado ao Processo n.º 3649/75.

²⁴⁰ MARCATO, Sônia de Almeida. **Remanescentes indígenas do leste brasileiro**. Brasília: FUNAI/MI, 1980b. p. 24. Anexado ao Proc. n.º 3.649/75.

moradores tradicionais. A cada mês surgem mais e mais eucaliptos. O mar verde nascido do reflorestamento expulsa posseiros e intimida índios, sufoca nascentes, pássaros, pequenos mamíferos e pessoas. Os homens nativos daquele solo estão reduzidos a um naco de terra e a um filete d'água, [...]. Agravam-se os contrastes entre os poderosos e os que nada possuem. É certo que a Aracruz Florestal [sic] encarna o progresso regional, tendo aumentado inclusive o índice de emprego na área. Mas de qualquer forma urge soluções, pois o remanescente se julga minimizado, menosprezado e aviltado nos seus direitos de posse, alegando que habitam a região tradicionalmente, desde a doação jesuítica efetivada no século XVII. Assim, convém que os conflitos sejam sanados de maneira a não prejudicar os interesses da comunidade Tupinikin. E que não se protele indefinidamente a questão, pois os remanescentes estão dispostos a resolvê-la, nem que para isso tenham de incendiar a floresta de eucalipto.²⁴¹

Todos esses acontecimentos cimentaram as bases para a intensificação do conflito e do reconhecimento étnico e territorial dos Tupinikin. Desse modo, no próximo capítulo buscamos identificar os principais fatos que configuraram o conflito entre as comunidades indígenas de um lado, e o grande capital do outro. Em outros termos, a luta travada entre a empresa Aracruz Celulose S/A e as comunidades indígenas Tupinikin e Guarani contra a expropriação de suas terras, a partir de 1979, com a Portaria da Funai n.º 565/E, de julho de 1979, que elegeu como áreas indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios, até a primeira homologação em 1983.

²⁴¹ Ibid., p. 26.

CAPÍTULO III

3 A AFIRMAÇÃO ÉTNICA E A LUTA PELAS TERRAS INDÍGENAS TUPINIKIN E GUARANI MBYA NO LITORAL NORTE DO ESPÍRITO SANTO

O direito de restabelecer seus territórios constitui uma das principais reivindicações das sociedades indígenas de diversos países do mundo. No entanto, um dos problemas que envolvem essa questão diz respeito ao fato de ainda prevalecer, em pleno início de século XXI, uma forte concepção estereotipada da figura do índio.

Na Região Sudeste do Brasil, de modo particular no estado do Espírito Santo, a instalação da empresa Aracruz Celulose S/A (1972) em território indígena desencadeou um conflito pela terra que envolveu as comunidades Tupinikin e Guarani Mbya. Por sua vez, esse embate engendrou uma luta pelo reconhecimento da identidade étnica dos remanescentes Tupinikin.

O objetivo deste capítulo é discutir algumas questões referentes à luta pelas terras indígenas no estado do Espírito Santo, a partir da instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e também problematizar a concepção de senso comum que envolve esse fenômeno. Nosso *Leitmotiv* é desvelar como os índios Tupinikin têm lutado para reafirmar a sua identidade étnica e resgatar não apenas territórios expropriados, mas também sua dignidade cultural.

Por meio da bibliografia disponível, apuramos algumas questões gerais sobre essa temática: a) a dialética do progresso capitalista versus barbárie tem suas raízes na história de inserção do território brasileiro no âmbito do processo civilizatório desencadeado pelas metrópoles europeias no século XVI; b) o Estado, em parceria com o capital transnacional, foi responsável pela negação do *Ser* dessa comunidade indígena no Espírito Santo, no entanto, foi também um órgão específico do Estado

que “contribuiu” para que o resgate e a defesa dos “remanescentes” Tupinikin se tornassem prioridade dentro das políticas públicas; c) o processo de reconhecimento da identidade étnica dos Tupinikin fundamentou-se, pelo menos *a priori*, em critérios de auto-identificação, ao deixar de lado critérios culturais.

Tidos como “extintos” a partir dos anos de 1890, os índios do Espírito Santo só reapareceram no cenário político regional em 1973, quando os Guarani Mbya foram transferidos para a Fazenda Guarani – Minas Gerais. Embora identificados pela Funai (1973), os Tupinikin continuaram a viver em estado de abandono. Sem qualquer apoio jurídico, resistiram às condições desumanas impostas pela chegada da Aracruz Celulose S/A. A instituição responsável pela garantia dos direitos indígenas só reconheceu oficialmente a presença dos remanescentes Tupinikin no ano de 1975. Esse reconhecimento jurídico–legal não ocorreu sem litígios por terras. Concomitante, desencadeou-se um processo de identificação étnica, por parte da ação tutelar, e a formação de um quadro de “intermediários” envolvidos na constituição da luta pela terra.²⁴²

Conforme a antropóloga Sônia de Almeida Marcato, foi a partir do momento em que a Funai se voltou para a questão dos indígenas do Espírito Santo que as situações de conflito entre índios, posseiros e a Aracruz Celulose vieram à tona.

Se até então os índios desconheciam suas garantias e direitos, explorados até as últimas conseqüências pelos ditos civilizados, reconhecidos como índios e como tais sujeitos a discriminações e preconceitos de variada etiologia, desde a chegada da Funai à área o panorama se transforma. Isto porque estava em jogo a posse da terra pelos índios, garantida pela legislação federal. Passa-se a manipular o conceito de remanescente indígena, negando-se a existência daquelas criaturas pelo simples fato de serem aculturados. Não eram mais índios e sim caboclos e posseiros como os demais moradores da região, se bem que até 1975 fossem identificados como indígenas portadores de características capazes de diferenciá-los dos ‘outros’. De repente, nega-se a evidência, distorce-se a realidade, desde que isto traga benefícios para a sociedade envolvente.²⁴³

A devastação da mata nativa, a perda do território que se configurava como o principal elemento organizador do cotidiano dos Tupinikin desencadearam um movimento de reorganização social dessa comunidade. Se, por um lado, a Funai

²⁴² SILVA, 2000, p. XXI.

²⁴³ MARCATO, 1980a, p.10. Anexado ao Proc. da Funai n.º 3.649/75.

reconheceu o grupo que ainda resistia como “remanescentes indígenas”, por outro, o interesse econômico negava a existência deles.

Percebe-se, nesse movimento da história, a contradição inerente ao processo de modernização que caracteriza o discurso desenvolvimentista implementado pelo Estado capitalista. Há uma dialética que, de forma geral, revela a perversidade do capital. O *ser* do capital só pode existir na medida em que nega o *ser* dos grupos subjugados pela força do sistema capitalista, entre eles os indígenas, juntamente com seus territórios e tudo que ali habita – fauna, flora, cultura. E a forma de negação da identidade indígena só é desvelada por um movimento crítico-analítico capaz de romper o discurso que enfatiza as benesses aparentes conquistadas e usufruídas pela sociedade, em função do desenvolvimento econômico propiciado pela Aracruz Celulose, não apenas no município de Aracruz, mas em todo o País.

Ao analisar o processo de expropriação das terras indígenas no Brasil, Martins observa que a invasão é apenas um capítulo da história social da terra. Ou seja, da mesma forma que existe uma história do índio, existe também uma história da terra. Por conseguinte, a tendência, conforme o autor, é ver a terra como um dos aspectos da questão indígena. Esse é o lado transparente do fenômeno, ressalta Martins. Todavia, há também um lado oculto, encoberto pela semi-obscuridade de questões que envolvem o conjunto das relações sociais e políticas que direcionam a presença do índio na sociedade brasileira.²⁴⁴

Nesses termos, o autor propõe uma inversão de perspectiva: ao invés de nos determos na análise do papel que tem a terra na realidade do índio, deveríamos ampliar nosso foco e refletir sobre o papel que tem o índio na realidade da terra em nosso País. Só assim será possível reconhecer que a expropriação de terras indígenas constitui um dos principais fatores para sua descaracterização étnica, afirma Martins, pois, à medida que se deteriora a forma de ocupação e utilização da terra indígena como resultado da sua invasão e incorporação por fazendas e grandes empresas, também se deteriora a sua identidade tribal.²⁴⁵ Ou seja, “[...] a

²⁴⁴ MARTINS, 1991, p. 133-138 passim.

²⁴⁵ Ibid., p. 133-138 passim.

deteriorização da identidade do índio é condição para destruí-lo como etnia, como grupo tribal, com história, língua e cultura até certo ponto particulares”.²⁴⁶

Por outro lado, Martins observa que a realidade do índio extrapola o espaço em que este busca viver sua vida, visto que este espaço se encontra, nos dias atuais, “[...] nas complexas relações do Estado, da Igreja, dos Partidos, das instituições que lutam pela construção de uma sociedade civil livre e democrática”.²⁴⁷

Existe aí uma via de mão dupla, na qual, à medida que o capital invade os territórios indígenas, o índio, por outro lado, invade a sociedade que quer dominá-lo: “[...] invade como problema, como obstáculo, como inimigo, como aliado, como promessa, dependendo da situação social de quem se defronta com ele, direta ou indiretamente, conhecendo-o pessoalmente ou não”.²⁴⁸

A realidade do índio, independentemente da sua vontade, é hoje uma realidade amplamente marcada e dominada pelos conflitos fundamentais da nossa sociedade, mesmo que tais conflitos apareçam como exteriores, episódicos ou simplesmente prováveis.²⁴⁹

Tendo como referência dois importantes trabalhos da antropóloga Sônia de Almeida Marcato,²⁵⁰ realizamos um breve *détour* histórico do conflito que, em princípio, nos põe em face das seguintes questões: Seriam os “Tupinikin” realmente índios? Como poderiam ser índios, se havia muito já tinham perdido os “traços culturais”? O que os tornava diferentes na sociedade nacional?

Cabe enfatizar que alcançar uma compreensão mais apurada sobre a identidade étnica de índios com baixo grau de distintividade cultural, como é o caso dos Tupinikin, “[...] obriga-nos um olhar para o passado com os olhos do presente e do futuro, não somente dos índios, como também dos não-índios. Questiona a

²⁴⁶ MARTINS, 1991, p. 135.

²⁴⁷ Ibid., p. 137.

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ Ibid., p. 137-138.

²⁵⁰ Estamos referindo-nos às obras *Remanescentes indígenas do leste brasileiro* e *Da indianidade dos Tupinikin: índios do litoral do Espírito Santo*, publicadas em 1980 e anexadas ao Processo da Funai nº 3649/75.

nossa postura diante dos desafios da cidadania e da sociodiversidade, do direito à igualdade e do direito à diferença, da afirmação e do diálogo entre as culturas”.²⁵¹

Nesse sentido, uma questão relevante que se coloca diz respeito aos critérios mais adequados para se “pensar o índio”, questão que acompanha o debate sobre a “identidade étnica” e a “etnicidade” na contemporaneidade.

Convém lembrar que a identidade étnica é aqui entendida como uma concepção dinâmica, flexível, como uma forma de organização social, fundamentada em critérios que classificam as pessoas com base em sua origem suposta, que se encontra ratificada na interação social mediante a ativação de signos culturais socialmente diferenciadores.²⁵²

Isso significa que a identidade étnica de um grupo indígena se encontra exclusivamente relacionada à função de auto-identificação e de identificação pela sociedade envolvente. Grosso modo, “[...] é índio quem se considera e é considerado índio”.²⁵³

Segundo Rodrigues, identidade é uma palavra que traz no seu próprio sentido a marca do caráter complexo dos temas que discute, uma vez que pode significar tanto a qualidade do idêntico e do comum, como o conjunto de caracteres próprios e exclusivos. Daí entendermos, tal como a autora, que essa construção simbólica, que supõe a adesão de sentimentos, constrói-se, invariavelmente, em relação a um “outro”, visto que a identificação pode surgir tanto de fora para dentro, ou seja, a partir do outro, como de dentro para fora, ou seja, em relação ao outro.²⁵⁴

Ao se refletir sobre a possibilidade de identificação étnica, é preciso atenção para não cair na falácia de buscar grupos culturais fechados e estáticos, de buscar uma filiação, um nome, um recorte geográfico, afirma Agostini. Portanto, a questão é bem mais complexa, visto que os grupos humanos e a natureza da identidade étnica são dinâmicos e flexíveis. Desse modo, a

²⁵¹ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Rompendo o silêncio**: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.Br/esp_cultural_indigena/texto3>. Acesso em: jul. 2005.

²⁵² BARTH, 1969, apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 141.

²⁵³ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**: mito, história e etnicidade. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 118.

²⁵⁴ RODRIGUES, Camila. **Identidade latino-americana**: pensadores do século XIX. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br>>. Acesso em: 12 maio 2005.

concepção de etnicidade encontra-se “[...] além da definição de culturas específicas, e a percebemos composta de mecanismos de diferenciação e identificação que são acionados conforme os interesses dos indivíduos em questão, assim como o momento histórico no qual estão inseridos”,²⁵⁵ tal como sugere a autora.

Vejamos agora como ocorreu o processo de reconhecimento étnico dos índios Tupinikin do município de Aracruz, litoral norte do Espírito Santo.

3.1 TUPI OR NOT TUPI: EIS A QUESTÃO

Tupi or not tupi: eis a questão é uma espécie de *slogan* cunhado pelo modernista Oswald de Andrade em seu Manifesto Antropofágico, de 1928, cujo entendimento era de que o País precisava ser antropofágico com a cultura alienígena para, dessa forma, continuar afirmando a cultura nacional. A proposta era bem simples: assim como os índios praticavam o canibalismo de forma ritualística, para absorver o poder dos inimigos, da mesma forma os artistas e intelectuais deveriam canibalizar a influência estrangeira e, no processo de digestão, agregar a identidade e a cultura brasileira, criando uma arte ao mesmo tempo brasileira e nacional. Embora o Manifesto Antropofágico apontasse para o brasileiro como um povo mestiço, também do ponto de vista cultural, afirmando, inclusive, que não éramos menos brasileiro por isso, as elites brasileiras tenderam a negar o direito de os índios realizarem sua própria antropofagia cultural e permanecerem, de modo análogo, índios. Nesse sentido, o foco de nossa análise é o julgamento, a indagação realizada pela sociedade nacional, sobretudo pelas elites, sobre a cultura indígena, principalmente a respeito da autenticidade dos índios, de modo particular dos índios Tupinikin do município de Aracruz.

Os Tupinikin constituíam-se de um subgrupo Tupinambá, classificado no tronco lingüístico Tupi-Guarani. Habitavam estreita faixa de terra entre Camamu (Bahia) e o rio São Mateus (Espírito Santo). No Espírito Santo, desde o início da conquista

²⁵⁵ AGOSTINI, Camila. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do séc. XIX. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 2, p.1 Inverno 1998. Disponível em: <http://www.rhr.uepg/v3n2/camilla.htm#*>. Acesso em: 15 maio 2005.

portuguesa (1535), o contato entre a população indígena e o colonizador foi permeado de hostilidades e conflitos. De acordo com Darcy Ribeiro, “[...] os índios jamais estabeleceram uma paz estável com o invasor, exigindo deles um esforço continuado, ao longo de décadas, para dominar cada região”.²⁵⁶

Para melhor se obter a sujeição dos índios do litoral do Espírito Santo, afastar a ameaça francesa e, ao mesmo tempo, incorporar a capitania ao sistema colonial, a partir de meados do século XVI, a Metrópole passou a incentivar a política de aldeamentos jesuíticos. Conforme Marcato, isso porque a “[...] resistência indígena tornou infrutífero qualquer empreendimento colonizador naquela capitania [...]”.²⁵⁷

Ao analisar o lugar das raças na formação do Brasil contemporâneo Caio Prado Júnior afirma que “[...] o índio foi o problema mais complexo que a colonização teve que enfrentar”.²⁵⁸ Trata-se de acordo com o autor de um problema concreto e agudo: em todas as capitanias, os índios resistiram à incorporação forçada pela sociedade colonial. Sem a intervenção agressiva do governo português de desorganizar as sociedades indígenas e diluí-las na massa geral da população, era de se esperar que algumas capitanias jamais fizessem parte do País, pois o conflito entre colonos e índios era cada vez mais intenso, devido ao avanço das frentes de expansão econômica por todo o território conquistado.

Obrigados a equiparar seu *modus vivendi*, língua e religião aos do colono, no início do século XVII, os índios do litoral do Espírito Santo, principalmente os aldeados, destribalizados e falantes da língua geral – *nheengatu*,²⁵⁹ já haviam perdido seus padrões de cultura.

Foi tão amplo seu grau de descaracterização que muitos deles foram levados para outras regiões a fim de servirem de modelo de adaptação aos moldes civilizados. São Pedro da Aldeia, atual Cabo Frio, teve assim seu começo, quando em 1617 para lá foi enviado um grupo de 500 indígenas originários do Espírito Santo. Rompeu-se, pois, no século XVII, a resistência

²⁵⁶ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 33.

²⁵⁷ MARCATO, 1980b, p. 5. Anexado ao Proc. da Funai n.º 3.649/75.

²⁵⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942. p. 79 -110.

²⁵⁹ Trata-se da língua geral, variante do Tupi que, adotada e modificada pelo colonizador, constituiu a língua mais falada no Brasil nos dois primeiros séculos de colonização. Cf. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

desses índios litorâneos à dominação civilizada, eficazmente convertidos e doutrinados pelos jesuítas.²⁶⁰

Com o passar dos séculos, os índios litorâneos foram cada vez mais confundindo-se com a população luso-brasileira envolvente. Forçados pelas circunstâncias, deixaram de lado seus costumes específicos, incorporando a cada dia o substrato cultural do colonizador que se auto-intitulava “civilizado”. Já no século XIX, esses índios tinham passado por todas as compulsões (catequese, violências físicas, escravidão, entre outras) capazes de descaracterizá-los étnica e culturalmente.

Ao estudar o processo de transfiguração étnica dos índios brasileiros nos primeiros setenta anos do século passado, Darcy Ribeiro observou que os índios integrados, ou seja, aqueles que desde o início da colonização sofreram todos os tipos de violências, chegaram ao século XX ilhados em meio à população nacional. A vida econômica desses índios já se havia incorporado como reserva de mão-de-obra ou como produtores especializados de alguns artigos para o comércio. “[...] Essas populações encontravam-se confinadas em parcelas do antigo território ou foram expropriados de suas terras, perambulando de um lugar a outro, sempre escorraçados”.²⁶¹

[...] Muitos grupos nessa etapa haviam perdido a língua original, e, nesses casos, aparentemente nada os distinguia da população rural com que conviviam. Igualmente mestiçados, vestindo os mesmos trajes, talvez apenas maltrapilhos, comendo os mesmos alimentos, poderiam passar despercebidos se eles próprios não estivessem certos de que constituíam um povo e não guardassem uma espécie de lealdade a essa identidade étnica e se não fossem vistos pelos seus vizinhos como “índios”. Aparentemente já haviam percorrido todo o caminho da aculturação, mas para se assimilarem faltava alguma coisa imponderável – um passo apenas que não podiam dar.²⁶²

A passagem da condição de “índio específico” à de “índio misturado” ou “índio integrado” – “[...] etnias indígenas imersas em situações de contato interétnico intenso”²⁶³ –, quase indistinguível do caboclo, ocorre pelo que Darcy Ribeiro denomina de *transfiguração étnica*, ou seja, o processo pelo qual as populações indígenas que se defrontam com sociedades nacionais preenchem os requisitos

²⁶⁰ MARCATO, 1980b, p. 6. Anexado ao Proc. da Funai n.º 3.649/75.

²⁶¹ RIBEIRO, 1996, p. 262.

²⁶² Ibid.

²⁶³ OLIVEIRA, 1999, p. 15.

básicos à sua persistência como entidades étnicas, mediante sucessivas alterações em seu substrato biológico, em sua cultura e em suas formas de relação com a sociedade envolvente. “O processo através do qual os povos surgem, se transformam ou morrem”.²⁶⁴

[...] o passo que se dá nesse processo não é, pois, como se supôs, o trânsito da condição de índio a de brasileiro, mas da situação de índios específicos, investidos de seus atributos e vivendo segundo seus costumes, à condição de índios genéricos, cada vez mais aculturados, mas sempre índios em sua identificação étnica.²⁶⁵

Para o autor, o que ocorre é uma integração socioeconômica, sem nenhuma assimilação cultural, porque os grupos indígenas alcançados e engolfados pela fronteira da civilização se vêem na iminência de conviver com seu contexto. Muitos índios convertem-se em trabalhadores assalariados ou em produtores de alguma mercadoria, visto que precisam de recursos para comprar ferramentas, remédios, tecidos e outros artigos, sejam eles de primeira necessidade ou não. Todavia, permanecem índios, porque se identificam e são aceitos como membros de sua comunidade indígena de origem pré-colombiana. Nessa perspectiva conclui que “[...] o impacto da civilização sobre as populações indígenas dá lugar a transfigurações étnicas e não à assimilação plena.”²⁶⁶

É fundamental que se considerem essas questões quando analisamos a história das sociedades indígenas e o processo de recuperação de suas identidades. Assim, a fim de verificar como os índios do Espírito Santo conseguiram resistir às mais diversas formas de pressões exercidas por variados elementos advindos de um modelo cristão-ocidental, deparamo-nos com duas concepções que, nos ajudam a pensar esse processo. A primeira é do antropólogo Celso Perota e a outra, da antropóloga Sônia de Almeida Marcato. Contudo, apesar de considerar que essas propostas de compreensão de como ocorreu a recuperação da identidade dos Tupinikin sejam até certo ponto complementares, defendemos que o argumento de Marcato é o que mais se aproxima da nossa perspectiva teórica.

²⁶⁴ RIBEIRO, 1995, p. 17.

²⁶⁵ Ibid., p. 113.

²⁶⁶ RIBEIRO, 1996, p. 20.

Em linhas gerais, Perota (1981)²⁶⁷ chama a atenção para duas fases que se destacam na história dos Tupinikin do Espírito Santo: a primeira diz respeito ao novo reencontro com o mundo civilizado, com a entrada dos madeireiros, a extração da madeira para fazer carvão e a conseqüente diminuição do seu espaço; a outra fase, mais recente, remete-nos à migração dos Guarani Mbya para o Espírito Santo. À deculturação desse povo o autor elaborou uma teoria de “[...] injeção de ânimo à identidade étnica Tupi-Guarani”. Têm-se, na verdade, duas injeções: “[...] uma de desânimo, que seria a tomada de suas terras, e [uma de ânimo] com os Guaranis tentando levantar a identidade que eles já estavam perdendo”.

Perota concebe que a identidade étnica dos Tupinikin ocorreu por meio do contato com os Guarani Mbya. Para esse autor, a chegada dos Guarani Mbya veio “[...] dar um alento, uma injeção de ânimo à identidade étnica Tupi-Guarani, porque coincide no momento em que eles começam a ser agredidos pela plantação de eucaliptos”.²⁶⁸ O isolamento, de acordo com Perota,²⁶⁹ é que foi responsável pela *sobrevivência cultural* do grupo. Até o início do desmatamento da Mata Atlântica, próxima a Caieiras Velhas, os Tupinikin permaneceram isolados. A madeira extraída serviu para “alimentar as pequenas siderúrgicas mineiras e posteriormente a Cofavi”.²⁷⁰ Nesse sentido, a extração da mata para a feitura do carvão expropriou boa parte do espaço vital para a sobrevivência dos Tupinikin. A partir desse momento, um novo contato com o *nosso mundo* passou a se impor.

Ele delimita a década de 1950 como a data de início da violência contra os Tupinikin. Não obstante, uma violência maior se impôs, pondo fim à agressão inicial: “a agressão termina [...], com a total invasão das terras Tupinikin para o plantio de eucaliptos”.²⁷¹

O que podemos apreender da análise desenvolvida por Perota é que persiste uma idéia simplista de que o isolamento geográfico e social tenha sido o fator determinante para a sustentação da sobrevivência “cultural” dos Tupinikin. Ademais, aprendemos com o antropólogo Frederik Barth que a manutenção de fronteiras

²⁶⁷ PEROTA, Celso. Os Tupinikin no Espírito Santo. **Boletim do Departamento de Ciências Sociais**, Vitória, n. 4, p. 35, 1981.

²⁶⁸ Ibid.

²⁶⁹ Ibid., p. 34.

²⁷⁰ Ibid.

²⁷¹ Ibid.

étnicas, por meio da qual as unidades e os limites culturais persistem, ocorre devido a duas questões. Em primeiro lugar, as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outros termos,

[...] as distinções de categorias étnicas independem de uma ausência de mobilidade, contato, informação, embora acarretem processos sociais de exclusão e inclusão pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer da história de vidas individuais.²⁷²

Grupo étnico, nesses termos, são “[...] categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios sujeitos, que possuem a característica de organizar a interação entre as pessoas”.²⁷³

Em segundo lugar, Barth revela que relações sociais estáveis, resistentes e muitas vezes de relevância social permanecem por meio dessas fronteiras, relações que se encontram fundamentadas nos estatutos étnicos dicotomizados. Ou seja, “[...] as distinções étnicas independem de uma falta de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes”.²⁷⁴ Tal como assinala o autor, “[...] a interação em um sistema social não leva a seu desaparecimento por mudança e ‘aculturação’; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos.”²⁷⁵

Marcato, por sua vez, ressalta que a identidade indígena se encontrava camuflada pela idéia de que a população da região era “cabocla”. Assim, o caboclo²⁷⁶ é, num certo sentido, a própria negação do Tupinikin; noutro, a sua própria afirmação em

²⁷² BARTH, 1969, p. 188.

²⁷³ Ibid., p. 189.

²⁷⁴ Ibid., p. 188.

²⁷⁵ BARTH, 1969, p. 188.

²⁷⁶ Caboclo é uma palavra de origem tupi que significa “mestiço”. A denominação caboclo é comumente utilizada para designar o cruzamento genético entre índios e brancos. O Dicionário Michaelis oferece várias definições: “Ca.bo.clo, adj. (tupi karivóka) – 1. Mestiço de branco com índios; 2. Indígena brasileiro de cor acobreada; 3. Caipira, roceiro, sertanejo; 4. Tipo desconfiado ou arguto”. Conforme Mario Maestri (2001, p.1), caboclo é o nativo semi-aculturado. “Com o passar dos anos, caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. De denominação étnico-produtivo o termo passou a descrever essencialmente realidade-social-produtiva. O caboclo mantinha relação de posse não-permanente com a terra, que, associada a sua destribalização, **ensejaram** o fim do domínio e controle comunal do território.”. (MAESTRI, Mário. **Índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro**: a aldeia ausente. Conferência ministrada no II Colóquio Marx-Engels do Centro de Estudos Marxistas do IFCH da Unicamp, Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2001/noviembre/dial_008htm>. Acesso em: set. 2005).

oposição ao branco.²⁷⁷ Essa segunda identidade teria sido a garantia da sobrevivência étnica dos Tupinikin até os dias atuais.²⁷⁸

Muitas foram as vicissitudes por que passaram as comunidades indígenas do Espírito Santo ao longo de séculos de dominação, escravismo e compulsões de variada natureza. Desapareceram nomes tribais, alguns desses remanescentes diante dos nacionais negavam-se mesmo a identificar-se como indígenas: assumiam o nome de caboclos, para mais facilmente ficarem à margem da discriminação, do preconceito e do estigma trazido pelo nome índio. Mesmo assim, entretanto, sabiam-se 'diferentes' da sociedade nacional e por ela eram vistos como um segmento distinto. Ora, mantinha-se diluída a consciência de indianidade. Mantinha-os unidos, no entanto, a solidariedade grupal, alguma persistência de traços culturais indígenas. Quando se tratava de serem menosprezados pela sociedade envolvente eram chamados de índios e, como tais, vistos sob a luz do estereótipo costumeiro: bêbados, indolentes, arruaceiros.²⁷⁹

Quando convém, os índios assim são considerados, mais por puro preconceito e discriminação do que por reconhecimento da situação étnica. Em outro momento, também quando convém, eles são vistos como caboclos, portanto, aos olhos do Estado, do capital, como não-índios.

Por sua vez, essa segunda identidade – *caboclo* – incorporada pelos indígenas foi usada como argumento para a invasão de suas terras. Como sinaliza Marcato

Ao se valorizarem recentemente aquelas terras, intensificando-se e solidificando-se as invasões, deixaram de ser apontados e reconhecidos como índios. Isto porque, pela legislação indigenista, era e é assegurada aos índios – tribais ou remanescentes – a posse da terra. Assim sendo, rechaçando a sociedade nacional aquela gente e considerando-se **cabocla** [grifos do autor], não haveria por que não invadir suas terras, terras de ninguém. Se não havia índios por lá então não haveria igualmente empecilho à invasão. Daí as situações de conflito latente ou declarado naquela região, nascidas do estado generalizado de ambivalências: são índios em determinadas circunstâncias, não-índios em outras.²⁸⁰

Marcato sustenta a tese de que a atuação da Funai nas áreas indígenas favoreceu a afirmação da identidade indígena, pois sua intervenção se contrapôs aos interesses do capital, dos posseiros e do poder político hegemônico na região. Foi nesse

²⁷⁷ OLIVEIRA, 1996, p. 141.

²⁷⁸ MARCATO, 1980b, p. 7. Anexado ao Proc. da Funai n.º 3.649/75.

²⁷⁹ MARCATO, 1980a, p. 7-8. Anexado ao Proc. da Funai n.º 3.649/75.

²⁸⁰ MARCATO, 1980a, p. 8. Anexado ao Proc. da Funai n.º 3.649/75.

período que o “cenário Tupinikin” ganhou destaque, em especial entre o Congresso Nacional e os meios de comunicação de massa.

A *rigor*, é preciso considerar que, se por um lado a chegada da Funai despertou em âmbito nacional o dilema indígena dos índios do litoral do Espírito Santo, por outro, o objetivo do órgão era tão-somente a integração desse grupo aos padrões da sociedade nacional. Daí, dizer que sua intervenção foi de encontro aos interesses do capital e do poder local é ocultar a política praticada pela Funai. Omissa, a Funai atuou, na verdade, de modo a mediar o “problema” até a conclusão das obras da maior fábrica de celulose e do porto.²⁸¹ Sobre a atuação da Funai durante os anos da ditadura militar Santos ressalta:

Os direitos indígenas são garantidos por lei, mas são progressivamente reduzidos na prática. Teoricamente, garante-se aos índios proteção e participação num estado multi-étnico. Na prática, o governo continua a adotar o pressuposto assimilacionista de que os índios devem abandonar seu modo de vida a fim de participarem da cultura monolítica do Brasil. Isto perpetua uma trágica incompreensão, que conturbou a história das Américas, de que a simples existência de culturas indígenas é uma ameaça ao sistema de valores e à integridade de estados nacionais. No entanto, isto não acontece. Sociedades multi-étnicas podem funcionar bem, com tolerância e respeito mútuo pelas diferentes subculturas que as integram.²⁸²

Reconhecer juridicamente a identidade indígena era reconhecer o direito territorial dos Tupinikin. Como demarcar terras de índios que não são índios? “Como podem se dizerem índios, estes índios sem pinturas, sem arco, flecha e borduna? Se pelo menos conservassem a sua língua, tropeçassem mais em seu português, se celebrassem cerimônias tradicionais de forma ‘autêntica’?!”, ironiza Cunha.²⁸³

Invocar características de “pureza racial” e “critérios puramente culturais” não resolveria o problema da existência ou não de índios no Espírito Santo. Aí está o dilema: temos já construída em nossa cultura urbana um índio-padrão: nu, de arco e flecha nas mãos. Esta, porém, é uma concepção estática da história, como se a cultura não estivesse sendo constantemente reconstruída. “Se a cultura é algo vivo,

²⁸¹ CICCARONE, 2001, p.320.

²⁸² SANTOS, 1982, p. 12.

²⁸³ CUNHA, Manuela Carneiro. O índio de olho no branco. **Boletim do Departamento de Ciências Sociais**, Vitória, n. 4, p. 20, mar./jun. 1981.

que se transforma, porque exigir que a deles [dos indígenas], [...], tivesse parado no tempo?”.²⁸⁴

Quanto à utilização de critérios raciais para definir quem é ou não é “índio”, Oliveira observa que a condição de índio nada tem a ver com pressupostos quanto à unidade racial ou de cor, visto que os índios, nos dias atuais, não possuem homogeneidade cromática nem traços físicos capazes de diferenciá-los diante de outros segmentos da população. Há sociedades indígenas que poderiam ser visivelmente classificadas como “negras” ou que, ao contrário, mais se aproximam dos padrões “brancos” do que seus vizinhos mestiços regionais, afirma o autor. Ademais, “[...] dentro de cada sociedade indígena, e mesmo de cada aldeia, a variabilidade marcada nos indivíduos quanto a fenótipos é bastante acentuada”.²⁸⁵

Um aspecto a se considerar sobre essa questão diz respeito à postura que se deve adotar em face da representação cotidiana do índio como um ser primitivo, habitante da selva. Tal como sugere Oliveira,²⁸⁶ é preciso ser radical e recusar, como desprovida de qualquer fundamento em termos científicos (antropológicos) e perigoso como estratégia política, qualquer discussão sobre a autenticidade de culturas indígenas específicas. Para constituir, por abstração analítica, uma cultura indígena é preciso, conforme o autor, “[...] partir do que pensam, fazem e sentem os seus portadores atuais. Não se podem estabelecer critérios externos e arbitrários para definir o que é (ou o que deva ser) uma cultura, ou uma cultura indígena em particular”.²⁸⁷ É preciso entender que

[...] as manifestações simbólicas dos índios atuais estão marcadas por diferentes tradições culturais. Para serem autênticos componentes de uma cultura, costumes e crenças não precisam ser exclusivos daquela sociedade, freqüentemente sendo compartilhados com outras populações (indígenas ou não). Estes elementos culturais também não são necessariamente antigos ou ancestrais, constituindo-se em fato corriqueiro a adaptação de pautas culturais ao mundo moderno e globalizado.²⁸⁸

O que buscamos evidenciar é que, embora seja relativamente satisfatório para a definição de um grupo étnico, visto que corresponde a diversas situações verificadas

²⁸⁴ CUNHA, 1981, p. 23.

²⁸⁵ OLIVEIRA, 1999, p. 134.

²⁸⁶ Ibid., p. 116.

²⁸⁷ OLIVEIRA, 1999, p. 117.

²⁸⁸ Ibid.

empiricamente, o critério cultural deve ser usado com algumas ressalvas, tal como propõe Manuela Carneiro da Cunha. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que a existência da cultura é resultado da organização de um grupo étnico, e não uma característica primária do grupo.²⁸⁹ Em segundo lugar, deve-se negar a idéia de que a cultura compartilhada deva ser obrigatoriamente a cultura ancestral.²⁹⁰ Ou seja, se entendermos a cultura como algo essencialmente dinâmico e perpetuamente reelaborado, perceberemos que os traços culturais também são mutáveis, dinâmicos. Assim, a escolha dos tipos de traços culturais capazes de garantir a distinção do grupo como tal depende dos outros grupos em contato e da sociedade em que se acham inseridos. Todos esses fatos indicam que não se devem definir grupos étnicos por sua cultura, embora a cultura entre de forma singular na etnicidade.²⁹¹ Sendo assim, de acordo com a autora, o significado de um signo

[...] não é intrínseco, mas função do discurso em que se encontra inserido e de sua estrutura. A construção da identidade étnica retira, assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo em que foram criados, seu sentido se modificou.²⁹²

Por sua vez a autora revela que origem e tradição, ou seja, a forma como os grupos se concebem, são “[...] elaborações ideológicas, que podem ser verdadeiras ou falsas, sem que isso altere o fundamento da identidade étnica”.²⁹³

No caso dos Tupinikin, por conseguinte, os “traços culturais”, muitas vezes essenciais para alguns processos de reconhecimento étnico realizados pela Funai, foram deixados de lado. “Entre os Tupinikin foi a organização social que marcou o desenrolar do reconhecimento do grupo e de um território a ele associado, e não a cultura específica do grupo, objeto privilegiado em boa parte dos processos de reconhecimento da identidade étnica indígena”.²⁹⁴

A concepção natural e, portanto, a-histórica dos fenômenos sociais, remete-nos a uma outra questão: O que vem a ser índio ou silvícola na contemporaneidade?

²⁸⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 115.

²⁹⁰ Ibid.

²⁹¹ Ibid.

²⁹² Ibid., p. 101.

²⁹³ CUNHA, 1987, p. 117.

²⁹⁴ SILVA, 2000, p. XVI.

Conforme o Estatuto do Índio, é “Todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”,²⁹⁵ e comunidade indígena integrada é aquela que, incorporada à comunhão nacional e reconhecida no pleno exercício dos direitos civis, ainda conserva usos, costumes e tradições características de sua cultura.²⁹⁶

Ou ainda: Indígena é, no Brasil de hoje, “[...] essencialmente aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes, motivada pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana”.²⁹⁷ Todavia, para a sociedade local,

[...] levada pela força dos esteriótipos, [os Tupinikin] não são indígenas e sim devaneios e fantasias em forma de gente que se diz “diferente” da comunhão nacional; não são remanescentes indígenas e sim homens que, embora conscientes de sua indianidade, muitas vezes tiveram de negá-la, premidos pelas circunstâncias; não são indígenas, embora tivessem sido reconhecidos como tais até cerca de 1975 pelos habitantes “brancos” daquela área, por andarem vestidos e usarem espingardas, ao invés de estarem nus e de arco e flecha nas mãos; não são índios porque não têm a pureza de sangue exigida pela sociedade nacional para reconhecê-los como tais.²⁹⁸

Para a sociedade envolvente, os Tupinikin não passavam de invasores de propriedades particulares, adquiridas de forma legal; um “problema” a ser resolvido. Restava, conforme sugestão da antropóloga Sônia de Almeida Marcato, “[...] a eles próprios, a auto-identificação como remanescentes indígenas, como realmente o são”.²⁹⁹ Como ressalta Darcy Ribeiro,

[...] índios e brasileiros se opõem como alternos étnicos em um conflito irreduzível, que jamais dá lugar a uma fusão. Onde quer que um grupo tribal tenha oportunidade de conservar a continuidade da própria tradição pelo convívio de pais e filhos, preserva-se a identificação étnica, qualquer que seja o grau de pressão assimiladora que experimente. Por meio desse contato “aculturativo”, porém, os índios se tornam cada vez menos índios no plano cultural, acabando por ser quase idênticos aos brasileiros de sua

²⁹⁵ BRASIL. Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, 1973. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2005. Art. 3.º, § 1.

²⁹⁶ Ibid., art. 4.º.

²⁹⁷ RIBEIRO, 1996, p. 284.

²⁹⁸ MARCATO, 1980a, p. 16. Anexado ao Proc. da Funai n.º 3.649/75.

²⁹⁹ Ibid.

região na língua que falam, nos modos de trabalhar, de divertir-se e até nas tradições que cultuam. Não obstante, permanecem identificando-se com sua *etnia tribal* e sendo assim identificados pela sociedade nacional com quem mantém contato.³⁰⁰

O contato entre índios e não-índios gerou novas sínteses culturais nos povos indígenas, que serviram para suportar os efeitos de uma nova realidade. Mesmo assim, continuam sendo índios, com valores e diferenciações da sociedade nacional, com graus diferenciados de integração com essa mesma sociedade. Devido aos decréscimos populacionais ocorridos desde os primórdios da “colonização”, construiu-se uma visão de que os índios estavam condenados ao desaparecimento. Foi só a partir da segunda metade do século XX que esse equívoco começou a ser esclarecido. De forma progressiva, passou-se a perceber uma ação mais enérgica das sociedades indígenas contra a invasão e expropriação dos seus territórios, da sua cultura, do seu modo de vida. Mesmo assim, conseguiram preservar a sua autonomia como povos indígenas, embora sofrendo todos os tipos de violências e transformações no seu *modus vivendi*. Assinala Darcy Ribeiro:

A etnia é uma das forças maiores da cultura humana. Resiste às guerras se há sobreviventes; resiste à transformação ecológica de seu habitat. Resiste até ao assédio missionário que, mesmo exercido secularmente, não converte ninguém, nem europeíza ninguém, por maior que seja a pressão exercida.³⁰¹

Sob essa perspectiva o autor afirma que, contra a resistência étnica das etnias tribais, que ainda hoje congrega as lealdades dos seus membros que se autodenominam como indígenas,

[...] nada puderam, nem no passado nem no presente, todos os que contra ela se lançaram. Inúteis foram as ameaças de extermínio como as pressões integradoras exercidas com total intolerância pelos missionários e, também, os métodos ditos persuasórios dos órgãos oficiais de assistência.³⁰²

Ademais, é preciso ter em mente que ser índio implica arcar com toda a responsabilidade de uma identidade institucionalizada, imposta sobre determinados grupos socioculturalmente distintos, partindo de categorias “escolhidas” para operacionalizar uma administração, ao mesmo tempo em que o ser “índio” se refere

³⁰⁰ RIBEIRO, 1995, p. 113.

³⁰¹ RIBEIRO, 1996, p. 12.

³⁰² RIBEIRO, op. cit., p. 113, nota 290.

a representações que habitam o senso comum.³⁰³ A primeira concepção remete-nos a uma categoria jurídica dentro da atual sociedade brasileira, pois

[...] dota o seu portador de direitos específicos, definidos em uma legislação própria. Seus direitos só existem apenas enquanto remetidos a uma coletividade da qual é reconhecido como membro, ou seja, a “comunidade indígena” (como diz o Estatuto do Índio) ou o “povo indígena” (como seria uma expressão sociológica mais conveniente).³⁰⁴

Na segunda acepção, “índio” constitui um indicativo de um estado cultural, manifestado pelos termos que, dependendo da situação, podem vir a substituí-lo: “[...] silvícola, aborígine, selvagem, primitivo. Todos carregados de um claro denotativo de morador das matas, de vinculação com a natureza, de ausência dos benefícios da civilização”.³⁰⁵

Independente da concepção que o senso comum e/ou alguns segmentos da sociedade nacional tenham do que vem a ser “índio”, é preciso sublinhar que “índio” implica uma categoria política/jurídica e não uma “simples” categoria étnica, visto que envolve os membros do grupo a direitos específicos e a uma legislação própria.

3.2 NEM RESSURGIDOS, NEM EMERGENTES: POVOS RESISTENTES

O título deste tópico, *Nem ressurgidos, nem emergentes: povos resistentes*, foi o lema final do I Encontro Nacional de Povos em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial, ocorrido em maio de 2003, em Olinda, Pernambuco. Nesse encontro, em que mais de 90 lideranças indígenas de 47 povos se reuniram, o enfoque foi a socialização das informações sobre as dificuldades enfrentadas pelos povos, a identificação dos desafios comuns e o estabelecimento de uma pauta de reivindicações, em nível nacional, para favorecer ações articuladas. Durante os cinco dias do Encontro, os povos trocaram experiências sobre as lutas enfrentadas para

³⁰³ OLIVEIRA, 1998, p. 279–280.

³⁰⁴ Ibid., p. 280.

³⁰⁵ Ibid.

sobreviver e continuar seguindo suas tradições e culturas. No documento final, que foi entregue a representantes do Governo responsáveis pela questão indígena, encontramos a seguinte redação: “A nossa presença vem sendo reafirmada a cada dia, principalmente por nossa capacidade de resistir a toda sorte de agressões e massacres impostos pelo Estado brasileiro ao longo de mais de 500 anos”.³⁰⁶

Sob esse enfoque, iniciaremos nossa discussão citando o seguinte pronunciamento do deputado Feu Rosa:

[...] de uns seis meses a esta data o povo capixaba vem sendo sobressaltado por notícias que dão conta da existência de índios no Espírito Santo; de que estaria havendo invasão a territórios indígenas; de que os brancos não estariam respeitando o patrimônio silvícola, tomando-o à mão armada.

Isto, como não poderia deixar de ser, estarreceu a todos nós, que sempre vivemos no Espírito Santo, que nascemos no Espírito Santo, que fomos criados no Espírito Santo [...].

Pois nós, capixabas legítimos, de berço, nunca, jamais, em tempo algum, havíamos tomado conhecimento da existência de índios no Espírito Santo.

Quando falo índio, caros colegas, quero referir-me ao silvícola, ao indígena na verdadeira acepção da palavra. [...] em todo o Brasil há brancos, negros e índios, que são os formadores da etnia brasileira. Mas essas raças já se acham miscigenadas pelo longo passar dos séculos. No Espírito Santo essas três raças estão caldeadas, constituindo aquilo que se convencionou designar como “etnia brasileira”: mistura nos costumes, nas idéias, nos hábitos e na complei-tutela [sic] do Estado, como o há em Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Pará, e outras regiões do norte e oeste brasileiro.

[...] inspirados no cinema americano, nas campanhas americanas, e na sofreguidão de se falar em índio, criaram uma “civilização indígena” em Aracruz, no Espírito Santo.

Políticos uns de boa-fé, outros agitadores contumazes mancomunados com aquilo que se convencionou designar como “esquerda” intelectual, armaram um escândalo nacional e internacional, deixando a humanidade com a “consciência arregalada”, como diria Machado de Assis. Numa atoarda imensa, espalharam aos quatro ventos que o Governo precisa proteger a “colônia indígena” existente em Caieiras Velhas [...].³⁰⁷

O discurso acima retrata, sobremaneira, a visão estereotipada do não-índio, em relação às comunidades autóctones. Trata-se da concepção típica de uma parcela considerável da sociedade brasileira, que, orientada pela ideologia eurocentrista, sempre diferenciou e marginalizou as populações indígenas. Sem dúvida uma visão estreita, preconceituosa e discriminatória, que desconsidera preceitos históricos

³⁰⁶ Publicado no Jornal Porantim, edição n.º 256, jun./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2005.

³⁰⁷ Pronunciamento do Deputado Feu Rosa (PDS/ES). Câmara dos Deputados, [s/d].

básicos e que negligencia o contato longínquo e recente estabelecido entre índios e a sociedade nacional. Esta, a nosso ver, é a linha de pensamento que permeia toda a discussão em torno da identidade étnica dos Tupinikin e da luta pelas terras indígenas Tupinikin e Guarani Mbya.

De acordo com Edson Silva, nos estudos sobre a História do Brasil, além das referências ao índio apenas nos primeiros anos da colonização, persistiu a concepção sobre os povos autóctones como sujeitos passivos dos inúmeros massacres, extermínios e genocídios causados pela invasão portuguesa, a partir do século XVI, e os poucos sobreviventes condenados ao desaparecimento, engolfados pelo progresso, por meio da “aculturação”, integrando-se à sociedade envolvente. Essas idéias ainda hoje são ensinadas em boa parte das escolas e mesmo nas universidades, aparecem nos manuais didáticos, principalmente nos livros de História do Brasil, e são veiculadas pelos meios de comunicação e expressas pelo senso comum.³⁰⁸

Ao contrário do que se propagava, os povos indígenas no Brasil, ao longo dos 500 anos de colonização, não se transformaram em *homem branco*, nem foram totalmente exterminados. Os índios não somente elaboraram diferentes estratégias de resistência/sobrevivência, como também atingiram, nas últimas décadas, um considerável crescimento populacional, 3,5% ao ano, maior que a média da população brasileira em 1,6%, conforme estimativa do IBGE.³⁰⁹ Tal resistência pôs em “xeque” as visões tradicionais, eurocêtricas e colonialistas, ao exigir reformulações das teorias explicativas sobre essas sociedades. Desse modo, foi possível repensar a idéia atribuída aos indígenas como “povos derrotados”, passivos, subjugados, que passaram a ser vistos como sujeitos ativos no processo colonial, em um contexto de dominação/imposição cultural.

Ao refletir sobre o processo de emergência étnica dos índios do nordeste, Edson Silva ressalta que as novas abordagens elaboradas por pesquisadores no campo da História, como, por exemplo, *Lá colonización de lo imaginário* (GRUZINSKI, 1995), *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (MONTEIRO, 1994), *A heresia dos índios* (VAINFAS, 1997), buscam compreender como os diferentes povos, em contextos situacionais variados, elaboraram estratégias de resistência que possibilitaram uma sobrevivência ativa ao longo dos cinco séculos de enfrentamento com a cultura não-índia e, em particular, com a “civilização” européia. Tais pesquisas, afirma o autor, conseguiram pôr em tensão o próprio conceito de *resistência*. Antes, esse conceito era concebido como confronto, conflitos bélicos, guerras e morte de milhares de índios. Agora, está vinculado a “[...] relações culturais diferenciadas em um contexto de dominação e violências culturais: a

³⁰⁸ SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. *MNEME – Revista de Humanidades*, Natal, v. 4, n. 7, fev./mar. 2003. ISSN: 1518-3394. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em: 21 maio 2005.

³⁰⁹ FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, p. A9, 24 mar. 2001. Estima-se nos dias atuais uma população indígena em torno de 330 mil pessoas.

resistência cultural do cotidiano, por meio de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, hegemonia da dominação”.³¹⁰

Resistir ao processo de “aculturação”, mesmo com todos os limites impostos, significa defender a vida, defender a possibilidade da cultura das sociedades indígenas, não morrer na e com a sua história. É disso que se trata, quando se consegue salvar traços, marcas, signos, sinais que fizeram parte da cultura milenar de um povo como o Tupinikin. Está-se salvando o próprio povo. Eles resistem, e isso é um direito deles. Contudo, um dos elementos básicos que compõem o conceito de resistência indígena centra-se na luta pelo direito à terra e à dignidade.

A *rigor*, é preciso ter em mente que, com a mundialização da forma capitalística de existência, não há nenhum reduto, nenhum recôndito que não sofra as conseqüências da agressividade do capital. A civilização ocidental e o capital carregam consigo a fórmula contraditória, dialética, portanto: progresso *versus* barbárie – ambas faces da mesma realidade. O princípio racional, que supostamente havia suplantado os mitos, as credices, a religião, tem funcionado movido por uma razão calculadora, matemática e positivista – cientificista – que tão bem tem servido ao capital. Este não se contenta em danificar e destruir culturas autóctones em nome do progresso e da modernidade. O capital representado pelas burguesias nacionais e internacionais foi capaz de fundar uma razão instrumental que, preocupada mais com os meios do que com os fins da sua ação, destruiu e destrói, danificou e danifica não apenas a natureza interna dos indivíduos, mas toda a natureza e seus ecossistemas em velocidade inimaginável. Portanto, o conceito de resistência é fundamental, uma vez que pode conduzir-nos à utopia necessária à recuperação do potencial emancipador da razão humana, que se faz perceber na *práxis* de homens e mulheres concretos que dinamizam a história.³¹¹

A concepção de que os índios estavam fadados ao “desaparecimento”, ou, na melhor das hipóteses, ao “branqueamento” firmou-se no século XIX. Isso não necessariamente por culpa das políticas indigenistas presentes ou passadas, mas

³¹⁰ SILVA, 2003.

³¹¹ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

da inadaptabilidade desses povos à civilização.³¹² Convém lembrar que as crônicas mais antigas, a historiografia e a pesquisa histórica latino-americana foram produzidas sob a ótica do colonizador europeu, que ainda hoje predomina em boa parte de nossa historiografia, nos livros didáticos, no senso comum e nos discursos de alguns políticos.

Conforme Porto Alegre, findo o domínio colonial, o Estado passou a favorecer os interesses dos setores regionais e nacionais dominantes. O objetivo era submeter o índio ao trabalho compulsório e apossar-se de seus territórios. Além dos interesses econômicos, as aspirações políticas nacionalistas também trilhavam o mesmo caminho. Os grupos indígenas arredios ao contato e resistentes à incorporação foram reprimidos em nome da unidade da nação emergente e da formação de um país independente e soberano. “[...] A integração dos índios à sociedade nacional era um dos pilares da ideologia nacionalista e a assimilação passou a ser vista como decorrência necessária e ‘natural’ da formação do povo brasileiro”.³¹³

Ainda de acordo com a autora, a política de integração indígena executada após 1760 foi realizada com tão grande empenho que, a partir de meados do século XIX, a questão indígena passou a perder importância no cenário político do País. A assimilação passou a ser vista como em vias de se concretizar, no caso dos grupos indígenas em contato. Era tida como questão problemática somente em relação aos grupos isolados, que mais cedo ou mais tarde trilhariam o mesmo caminho dos demais. “[...] A integração de todos os índios à nação brasileira seria somente uma questão de tempo”.³¹⁴

Até meados da década de 1950, os modelos teóricos dominantes, sobretudo os propostos pela antropologia norte-americana, revelavam o índio como pertencente ao passado. Uma categoria ausente da modernidade, cuja tendência a se integrar de forma definitiva à nação seria somente uma questão de tempo. Os estudos de “aculturação” desconsideravam as relações de dominação presentes no contato, obscurecendo a assimetria das sociedades em presença e permanecendo no âmbito da análise da organização social, dos traços distintivos

³¹² OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Coelho de. **Aculturação indígena**: uma introdução histórica. Disponível em: <www.cefetgo.br/>. Acesso em: 24 maio 2005.

³¹³ PORTO ALEGRE, 1998, p. 7.

³¹⁴ Ibid., p. 8.

entre os grupos e de sua possível transformação, como consequência do contato entre duas ou mais culturas.

Uma mudança de perspectiva só ocorreu com o desenvolvimento da antropologia moderna. A partir da segunda metade do século XX, uma nova geração de antropólogos e indigenistas começou a rejeitar o conceito tradicional de aculturação [de que os índios estavam fadados ao desaparecimento], o que resultou em uma “verdadeira redescoberta” do índio, com a elaboração de conceitos como *zona de contato* – “[...] espaços sociais onde culturas díspares se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação [...]”,³¹⁵ *transfiguração étnica* – “[...] o processo através do qual os povos surgem, se transformam ou morrem”³¹⁶ – e *fricção interétnica* – “[...] situação de contato entre duas populações dialeticamente ‘unificadas’ através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes [...]”.³¹⁷

Nos dias atuais, os antropólogos evitam o uso do termo “aculturação”, visto que esse conceito costuma ser empregado com preconceito, com o sentido explícito ou implícito de que os índios que experimentam mudanças culturais deixam de ser índios e, portanto, perdem seus direitos como povos. Oliveira observa que é necessário ser cuidadoso quanto ao uso do conceito de aculturação devido à sua imprecisão e generalidade, pois tende a homogeneizar situações bastante diversas, ao desconsiderar fatores fundamentais. O conceito encobre, por exemplo, a dominação econômica, a expropriação de terras, a exploração do trabalho. Ou melhor, “[...] é um conceito cuja validade científica deve ser negada, tornando-se necessário buscar outros instrumentos mais adequados para falar sobre a mudança sociocultural”.³¹⁸

Daí nos valermos do termo *transculturação*, como um fenômeno da *zona de contato*, a fim de expressar o violento processo de “integração” e de expropriação das terras dos índios, em especial dos Tupinikin. *Transculturação* designa “simbiose de

³¹⁵ PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: Edusc, 1999. p. 27.

³¹⁶ RIBEIRO, 1995, p. 17.

³¹⁷ OLIVEIRA, 1996, p. 47.

³¹⁸ OLIVEIRA, 1999, p. 116.

culturas”, “fases do processo de transição de uma cultura a outra”, visto que esse processo não consiste somente em adquirir uma cultura diferente, implica também a perda de uma cultura anterior – desculturação – e a criação de novos fenômenos culturais – neoculturação.³¹⁹

De forma gradativa, a noção de “desaparecimento” passou a ser confundida com a de assimilação: desaparecimento passou a significar assimilação, e assimilação, extinção. Conforme Porto Alegre, a ideologia do “desaparecimento” foi incorporada pela historiografia para expressar qualquer transformação advinda do contato e da integração das sociedades indígenas. Conceito vago e ambíguo, surgiu, na verdade, para dar conta da desorganização das sociedades indígenas e, ao mesmo tempo, justificar a expropriação de seus territórios.³²⁰ Essa noção [a do desaparecimento], tão ambígua como poderosa, encontra-se de tal forma impregnada na ideologia da cultura brasileira que até os dias atuais impede o reconhecimento de boa parte da sociedade capixaba da identidade indígena dos Tupinikin. Exemplo de nossa afirmação é o texto publicado pelo colunista Uchôa de Mendonça, do jornal capixaba *A Gazeta*, que assim se manifesta:

Na verdade não temos mais índios, trouxeram até uns “guaranis” do Rio Grande do Sul, que formam 15% do universo de 2.000, que dizem existir tupiniquins, que habitam a região [...]. Sou pelo acultramento definitivo dessa gente, [...], que nos envergonham, que nos humilham diante das nações civilizadas, que ficam reticentes em investir no desenvolvimento nacional.³²¹

No contexto brasileiro, a concepção naturalizada de cultura, uma concepção estática e, portanto, a-histórica, enquadra-se perfeitamente à representação do senso comum sobre os índios, ao formar uma rede ideológica de difícil desmontagem. Conforme Oliveira, a concepção cotidiana sobre o índio é a de um ser habitante da selva, desprovido de razão, detentor de tecnologias mais rudimentares e de instituições menos complexas do ponto de vista da cultura ocidental, pouco diferenciado da natureza.³²² O autor destaca:

³¹⁹ ORTIZ, Fernando. **El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/ortiz/comentario.html>>. Acesso em: 27 dez. 2005.

³²⁰ PORTO ALEGRE, 1998, p.3.

³²¹ GUTMAN, Uchôa de Mendonça. Invasão e abusos. **A GAZETA**, Vitória, p. 3, 8 out. 2005.

³²² OLIVEIRA, 1999, p. 115.

Embora seja muitas vezes acionada como instrumento de defesa dos interesses indígenas, a maldição que persegue tal representação é a seguinte: uma vez ocorrida a “pacificação” e iniciados os primeiros contatos amistosos e regulares com o homem branco, rapidamente ela se volta contra os direitos indígenas. Passa a ser um argumento que recomenda prudência e suspeição quanto à pureza e à autenticidade dessas culturas, justificando também os debates sobre o grau de mudança que ainda seria razoável admitir naqueles que fossem reconhecidos como indígenas. Logo entram em cena as suspeitas quanto a uma manipulação falseadora, seja elaborada pelo próprio interessado, seja por terceiros (funcionários do órgão indigenista, antropólogos, missionários e organizações não governamentais).³²³

Para o autor, essa representação traz em si a suposição da primitividade, que a qualquer momento pode criar a possibilidade de vir a instituir-se uma polaridade entre as culturas indígenas (quase) intocadas, que seriam as autênticas/puras e aquelas afetadas por processos de contato intenso, que seriam as inautênticas/impuras, pois conteriam elementos exógenos e espúrios. Cria-se, desse modo, um perigoso precedente para que o Estado ceda à pressão de interesses particulares, ao normatizar de forma distinta os direitos indígenas que, a rigor, ressalta o autor, não tem nenhum rigor científico, ao legitimar uma classificação enraizada no preconceito.³²⁴

Jean Vincent, por sua vez, afirma que a negação da existência dos índios transformou-os em uma categoria ausente, “esquecida” pela sociedade brasileira (embora presente nas mais variadas manifestações da chamada cultura popular, como, por exemplo, no carnaval). O silêncio que sobre eles se impôs fez e faz com que “[...] apareçam como categorias estáticas, opacas, amorfas, sem lugar nem participação na vida social, obscuros e desprovidos de ação [...]”,³²⁵ afirma o autor. Lançou-se um véu de “esquecimento” sobre essas populações.

Essa visão estereotipada do indígena contaminava até mesmo alguns setores do órgão tutelar – Funai. No processo de reconhecimento sobre os “pretendidos remanescentes Tupinikin”, o Parecer do Doutor João Crisóstomo da Silva (então Diretor do DGO), datado de 5 de abril de 1976, revela essa concepção preconceituosa, ao afirmar: “[...] é de parecer que não se devam distrair os limitados

³²³ OLIVEIRA, 1999, p. 115-116.

³²⁴ Ibid., p. 116.

³²⁵ VINCENT, Jean. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **A antropologia as sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987. p. 375-398.

recursos disponíveis, em dinheiro e em tempo, com remanescentes de discutível autenticidade [...].”³²⁶

No interior da Funai, existiam grupos que manipulavam os dados a fim de descaracterizar a população indígena, ao “[...] construir falsas realidades, que acobertavam Aracruz [sic], grandes empresas, fazendeiros etc [...], em detrimento do índio.”³²⁷ Conforme Silva, embora os relatórios buscassem uma face objetiva e científica no processo de identificação dos índios e de seus problemas territoriais, é possível considerar esse processo como um jogo de poder dentro da própria instituição.³²⁸ Um conflito entre duas ideologias: “[...] a Positivista de Rondon³²⁹ e a que se tentava implantar no seio dessa Assessoria [...], onde os critérios de indianidade esvaziavam o Estatuto do Índio (Lei n.º 6.001)”.³³⁰

Nessa perspectiva, conforme a antropóloga Sônia de Almeida Marcato, algumas questões se colocavam: a) “Existe ou não um ‘problema’ indígena no Estado do Espírito Santo?”; b) “Desde quando e como os indígenas do Espírito Santo vêm sofrendo processo de descaracterização étnica e cultural?”; c) Como demarcar e delimitar terras de índios que não são índios?”.³³¹ Tais questões foram o ponto de

³²⁶ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Parecer do Doutor João Crisóstomo da Silva, 05 abr. 1976. Anexado ao Proc. n.º 3.649/75.

³²⁷ Proc. Funai/BSB n.º 3.440/81 – AESP. Avaliação do Relatório da Assessora do cel. Zanoni, Lúcia Helena Soares de Mello, e sugestões para a regularização fundiária da área Tupinikin. [s/d].

³²⁸ SILVA, 2000, p. 50.

³²⁹ O marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865–1958) era descendente de índios Terena, Bororo e Guaná. Graduou-se em Matemática e em Ciências Físicas e Naturais. Foi aluno de Benjamim Constant. Em 1889, foi nomeado ajudante da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas de Cuiabá a Registro do Araguaia, que era chefiada pelo coronel Gomes Carneiro. Em 1893 assumiu a chefia do distrito telegráfico de Mato Grosso. Ele se destacou pela instalação de milhares de quilômetros de linhas telegráficas, interligando as linhas já existentes no Rio de Janeiro, São Paulo e Triângulo Mineiro com os pontos mais distantes do País, um esforço de grandes proporções para a integração nacional por meio das comunicações. Ao mesmo tempo em que realizava o trabalho, procedeu a levantamentos cartográficos, topográficos, zoológicos, botânicos, etnográficos e lingüísticos da região percorrida durante os trabalhos de construção das linhas telegráficas. Registrou novos rios, corrigiu o traçado de outros no mapa brasileiro e ainda entrou em contato com inúmeras sociedades indígenas. Pela sua vasta contribuição ao conhecimento científico, foi alvo de homenagens e recebeu muitas condecorações de instituições científicas do Brasil e do Exterior. A repercussão da obra indigenista de Rondon valeu-lhe o convite feito pelo Governo Brasileiro para ser o primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910. Disponível em: <<http://www.fcr.org.br>>. Acesso em: ago. 2005.

³³⁰ Proc. Funai/BSB. n.º 3.440/81 – AESP. Avaliação do Relatório da assessora do cel Zanoni, Lúcia Helena Soares de Mello, e sugestões para a regularização fundiária da área Tupinikin.

³³¹ MARCATO, 1980a, p. 1–3. Anexado ao Proc. da Funai n.º 3.649/75.

partida para a elaboração de um dos primeiros trabalhos que buscaram pensar a “identidade Tupinikin”,³³² inserindo-os na contemporaneidade.

O dilema indígena, todavia, não envolve apenas uma *descaracterização étnica e cultural*; engloba também uma expropriação, uma negação, um encobrimento do Outro – do diferente, do não-aculturado, daqueles que resistem em se adaptar ao processo civilizatório implementado pelo capital. Essa questão remete-nos ao “mito da modernidade”, desenvolvido por Enrique Dussel.³³³

A modernidade possui um conceito emancipador racional que deve ser considerado, afirma Dussel. Não obstante, a modernidade também cria, desenvolve e oculta um “mito irracional” de justificação da violência sobre os diferentes, que deve ser negado e superado. Esse mito sacrificial é parte inseparável da constituição da própria modernidade, que sempre fez os povos latino-americanos vítimas da modernização capitalista.

A tese central da crítica dusseliana sobre a modernidade é, com efeito, que a Europa não existia até 1492 senão como periferia do mundo muçulmano. Foi somente com a chegada dos espanhóis às Índias Ocidentais, e dos portugueses à África e às Índias Orientais, que pela primeira vez a Europa teve periferia. A Europa tornou-se o centro. Com a descoberta de um novo espaço geográfico, os europeus conseguiram localizar-se e tomar consciência de si. Todavia, essa consciência foi realizada à custa do ocultamento, do en-cobrimento do outro, do índio, oriental ou ocidental. A Europa, ao “descobrir” um novo espaço geográfico, compreendeu-o como horizonte fundamental do ser do centro, campo de batalha no qual exerce uma práxis de dominação.

O primeiro contato com o índio foi de violência, uma relação militar entre conquistador e conquistado, entre tecnologia militar desenvolvida contra uma subdesenvolvida. A ontologia européia, para Dussel, não se fundamentou na relação *pessoa-pessoa*, mas naquela *sujeito-objeto*; não duas pessoas, mas uma única; o Eu europeu impôs-se com superioridade quase divina em relação ao outro, visto como o primitivo, o grosseiro, o inferior, e assim coloniza o mundo da vida quotidiana

³³² Ibid., p. 1–18..

³³³ DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

dos índios.³³⁴ Para o autor, só de forma aparente o pensamento europeu antepôs a teoria à práxis; na realidade, “o *ego colonizo*, o *eu conquisto* precedem o *ego cogito*”; a exploração e a opressão criaram as condições históricas das quais nasceu uma filosofia da justificação e do ocultamento, uma falsa consciência da realidade. A práxis de dominação forma a própria subjetividade do *conquistador*, o eu moderno é livre, violento, hábil, guerreiro e político.³³⁵

A dominação (guerra, violência) exercida sobre o Outro é apresentada como emancipação, como “utilidade”, como “bem” do bárbaro que se civiliza, que se desenvolve ou “moderniza”. Esse mito da modernidade vitima o inocente, “declarando-o causa culpável de sua própria vitimação e atribuindo-se ao sujeito moderno plena inocência com respeito ao ato sacrificial. [...] O sofrimento do conquistado (colonizado, subdesenvolvido) será o sacrifício ou o custo necessário da modernização”.³³⁶

Nessa perspectiva, Dussel nega a validade do conceito de “*Encontro de dois mundos*”, de “*Encontro de duas culturas*”. Isso porque nenhum encontro pode ser realizado com a existência de um total desprezo pelos ritos, pelos deuses, pelos mitos, pelas crenças do mundo do outro, do índio. Assim, falar de “encontro” de dois mundos, de duas culturas é um eufemismo, pois oculta a violência e a destruição do mundo do outro e da outra cultura. “Foi um ‘choque’ e um choque devastador, genocida, absolutamente destruidor do mundo indígena”.³³⁷

Mais uma vez reportamo-nos ao artigo de Uchôa de Mendonça, publicado pelo jornal *A Gazeta*. Uchôa, ao negar a existência dos índios no litoral do Espírito Santo e “pregar” o “ego colonizo”, demonstra como esse processo ocorre no presente. Em outros termos, a argumentação do colunista ratifica a tese dusseliana do discurso do “ego colonizo” e do mito sacrificial.

[...] sou pelo acultramento definitivo dessa gente [leia-se os índios], que, infelizmente, serve de massa de manobra, nas mãos de espertos das mais variadas procedências [...]. A invasão da Aracruz Celulose se constitui num abuso, numa tremenda falta de autoridade, num escárnio que temos que repelir com energia, porque amanhã quem vai sofrer as conseqüências é a

³³⁴ DUSSEL, 1993, p. 47.

³³⁵ DUSSEL, 1993, p. 48.

³³⁶ Ibid., p. 76.

³³⁷ Ibid., 1993, p. 64.

nação, sua sociedade. [...] Lastimo profundamente essa dificuldade que tenho de compreender por que essas coisas absurdas acontecem no Brasil, como se fosse uma maldição, para impedir seu desenvolvimento econômico e social.³³⁸

Dito isso, no próximo tópico nosso enfoque é a luta pelo reconhecimento das terras indígenas Tupinikin e Guarani Mbya expropriadas pela empresa Aracruz Celulose S/A. De central importância para a compreensão do conflito são os Processos da Funai (n.º 3.649/75; n.º 2.561/79); o Relatório da Missão Especial n.º 27/80 e os Relatórios do Centro de Trabalho Indigenista, expedidos pela antropóloga Lilia Valle entre 1979 e 1984.

3.3 *HÁ TERRAS DE MAIS PARA ÍNDIOS: A IDENTIFICAÇÃO, A AUTODEMARCAÇÃO E A HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS TUPINIKIN E GUARANI MBYA*

Reconhecidos oficialmente em 1975 como “remanescentes indígenas”, restava agora aos Tupinikin e Guarani Mbya o reconhecimento legal de suas terras. A documentação consultada revela que, até o início de 1979, os estudos realizados pela Funai orientavam-se basicamente para o reconhecimento étnico do grupo.

Já em 1979, os Tupinikin e Guarani encontravam-se “ilhados” em 40 hectares das terras que lhes restavam e que a Aracruz Celulose alegava serem de sua propriedade. Orientavam-se no sentido de resistir à expulsão, ao realizarem denúncias à imprensa e ao buscarem aliados para sua causa. Os constantes conflitos culminaram na presença de forças policiais na região e na formulação de um novo GT por meio da portaria da Funai n.º 565-E/79, com o objetivo de proceder à eleição das áreas indígenas.

Antes de analisarmos o processo de reconhecimento das terras indígenas Tupinikin e Guarani Mbya por parte do órgão tutelar, é fundamental esclarecer algumas

³³⁸ GUTMAN, Uchoa de Mendonça. Invasão e abusos. **A GAZETA**, Vitória, p. 3, 8 out. 2005.

questões sobre o que vêm a ser terras indígenas e por que demarcá-las. Para os povos indígenas, a terra representa

[...] muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural – e tão importante quanto este – é um recurso sócio-cultural.³³⁹

No entanto, ainda hoje é possível perceber no senso comum e no discurso cotidiano a apresentação das terras indígenas como a antítese do desenvolvimento. Conforme Oliveira, na concepção dos que se posicionam contra a criação ou o reconhecimento das terras indígenas, estas seriam enormes extensões, “[...] sem qualquer ocupação econômica produtiva, que se ergueriam como muralhas à expansão da economia de mercado e que inviabilizariam os programas de distribuição e titulação de terras públicas aos trabalhadores rurais”.³⁴⁰

Um outro argumento que crescemos ouvindo e que ainda hoje é bastante divulgado é que existem terras “demais destinadas aos índios” no País, tal como afirmou o atual presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, em entrevista à agência de notícias *Reuters*, em 12 de janeiro de 2006.³⁴¹

Ademais, é preciso esclarecer que é um equívoco pensar o dilema indígena como se fosse somente uma questão fundiária capaz “[...] de ser solucionada por meio de uma comparação implícita com o módulo rural³⁴² e pelo controle de uma variável (a relação terra/índio medida em hectares, por exemplo)”.³⁴³ Como sugere Oliveira, as terras indígenas devem ser pensadas como algo muito particular diante de outras figuras fundiárias, visto que resultam de uma complexa rede entre uma cultura, um dado meio ambiente e uma política governamental. Desse modo, as conexões entre

³³⁹ FUNAI. **O que é terra indígena**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/indios>>. Acesso em: 12 jun. 2005.

³⁴⁰ OLIVEIRA, 1998, p. 43.

³⁴¹ O pronunciamento de Mércio Pereira Gomes criou uma crise na Funai. O sertanista Possuelo foi afastado do cargo ao criticar o discurso do atual presidente da Funai, e mais cinco antropólogos pediram afastamento do Órgão.

³⁴² O conceito de módulo rural deriva do conceito de propriedade familiar. Módulo rural nesses termos seria uma unidade de medida expressa em hectares, que visa exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições de seu aproveitamento econômico. Propriedade familiar, por sua vez, é o imóvel rural que direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, absorve toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência. Disponível em: <www.incra.br>. Acesso em: 10 jan. 2006.

³⁴³ OLIVEIRA, 1999, p. 162.

a política indigenista e a preservação da diversidade cultural são bastante conhecidas e fazem parte do imaginário político nacional, afirma o autor. Por sua vez, as conexões entre as culturas indígenas e os nichos ambientais em que se inserem são pouco conhecidas do ponto de vista científico, da mesma forma que são subestimadas do ponto de vista administrativo as interligações entre política indigenista e ambiental.³⁴⁴

Um outro ponto a considerar é a representação caricatural e preconceituosa que se tem das terras indígenas. Terras que estão “subtraídas” ao “desenvolvimento”. Nessa perspectiva, deve-se conceber que as terras indígenas são bens da União e que os recursos ambientais ali existentes são parte integrante do território nacional. Todavia, por constituírem *habitat* de índios, essas terras destinam-se exclusivamente à reprodução sociocultural dessas populações, devendo, portanto, adequar-se aos seus usos e costumes e converter-se em benefício para seus habitantes tradicionais.³⁴⁵

O fato é que a política indigenista que desde 1967 se encontra a cargo da Funai, como, por exemplo, a Lei n.º 6.001/73,³⁴⁶ assim como o próprio interesse dos índios não prescrevem que as terras indígenas estejam fora do sistema econômico nacional ou sejam o seu contrário, como informa Oliveira. O que acontece é que o Estado, representado pelo órgão indigenista, não possui conhecimento nem da especificidade das culturas nem da heterogeneidade do meio ambiente, quanto mais da relação concretamente estabelecida entre estes. Oliveira ressalta:

³⁴⁴ OLIVEIRA, 1999, p. 162.

³⁴⁵ Ibid.

³⁴⁶ A promulgação da Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973, mais conhecida como Estatuto do Índio, tinha por finalidade a regularização da situação jurídica do índio. De acordo com o Estatuto, ou seja, para o Governo, o índio é considerado uma pessoa relativamente incapaz, por isso tutelado pelo Estado. Cabe dizer ainda que a década de 1970 coincidiu com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN) e a conseqüente implantação de grandes projetos na Amazônia: rodoviários (Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá – Santarém, Manaus – Boa Vista etc.), de colonização (agrovilas), agrominerais, agropecuários e industriais, por grandes empresas nacionais e multinacionais. A implantação desses projetos normalmente implicava a ocupação de terras indígenas, a matança de índios e de outras pessoas defensoras da causa indígena (padres, missionários etc.). A omissão da Funai, no cumprimento de seus deveres, favoreceu as reações indígenas e o surgimento de entidades e movimentos de defesa ou de apoio ao índio, tais como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972; as Assembléias de Chefes Indígenas, em 1974 e 1975; a Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai), em 1977, e a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980.

Em vez de levantar alternativas novas e explorar as potencialidades deste [contato] – como os conhecimentos acumulados sobre a natureza e as formas de manejo utilizadas pelos índios, articulando-os com formas de exploração racional dos recursos ambientais e uso de tecnologias de ponta –, o órgão indigenista, cerceado por sua precariedade técnico-científica e pelo anseio de definir normas homogeneizadoras, acaba por cingir-se à mera presença protetora, em alguns casos agindo repressivamente e, em outros, por iniciativas clientelísticas e paternalistas (como são os projetos econômicos da Funai).³⁴⁷

A definição de uma terra indígena, ou melhor, o processo político pelo qual o Estado reconhece os direitos de uma sociedade indígena sobre parte do território nacional não pode ser concebido ou expresso conforme as orientações de um fenômeno natural. Longe de serem imutáveis, as áreas indígenas estão em constante reformulação, com acréscimos, diminuições, junções e separações. Isso, escreve Oliveira, “[...] não é algo circunstancial, que decorra apenas dos desacertos do Estado ou de iniciativas espúrias de interesses contrariados, mas é constitutivo, fazendo parte da própria natureza do processo de territorialização de uma sociedade indígena dentro do marco institucional estabelecido pelo Estado-Nacional”.³⁴⁸

Conceituar “terras de índio” no período em apreço remete-nos a uma definição jurídica materializada em legislação específica (Lei n.º 6.001/73, arts. 17 a 38 do Estatuto do Índio). Trata-se do *habitat* de grupos que se reconhecem (e são reconhecidos pela sociedade) como mantendo um vínculo de continuidade com os primitivos habitantes de nosso País. Conforme Oliveira, a noção de *habitat* sugere a *necessidade de manutenção* de um território, dentro do qual um grupo humano, atuando como sujeito coletivo e uno, tenha condições de garantir a sua sobrevivência físico-cultural.³⁴⁹ Trata-se, portanto, de toda e qualquer parcela do território brasileiro ocupada e utilizada em caráter permanente por uma sociedade indígena ou por um de seus segmentos componentes, constituindo-se, desse modo, no *habitat* tradicional e na garantia de reprodução socioeconômica desses grupos étnicos.³⁵⁰

Para alcançar tal objetivo e no intuito de colocar a sua defesa diretamente no âmbito de atuação do Estado, considerando-as merecedoras de cuidados especiais, as terras indígenas são enquadradas como bens sob o domínio da União. Ao Estado

³⁴⁷ OLIVEIRA, 1999, p. 163.

³⁴⁸ OLIVEIRA, 1998, p. 291.

³⁴⁹ Ibid, p. 44.

³⁵⁰ OLIVEIRA, op. cit., p. 157, nota 14.

cabe o reconhecimento administrativo das terras indígenas, resguardando aos índios, a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas ali existentes. Em outros termos, embora os índios detenham a posse permanente e o "usufruto exclusivo de todas as riquezas" existentes em suas terras, conforme o art. 22 da Lei n.º 6.001/73, parágrafo único, elas constituem patrimônio da União. Como bens públicos de uso especial, além de inalienáveis e indisponíveis, as terras indígenas não podem ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não os próprios índios.

Como informa Oliveira, o direito indígena é *originário*, pois decorre de sua conexão sociocultural com povos pré-colombianos que aqui habitavam. Tal direito não procede do reconhecimento pelo Estado (nem é anulado pelo não-reconhecimento), mas é consequência do próprio fato da sobrevivência atual dos grupos humanos que se identificam por tradições ancestrais e que se consideram como etnicamente diferenciados de outros segmentos da sociedade nacional.³⁵¹

Nesses termos, é condição necessária e suficiente a existência de uma coletividade que se identifica como indígena e cuja reprodução exige uma relação regular com um conjunto de recursos ambientais ancorados em um dado espaço físico. É para tais grupos humanos, ressalta Oliveira,

[...] que a lei prescreve direitos fundiários específicos, cuja destinação cabe ao Estado garantir. Promover a demarcação da terra indígena é tarefa da União, reconhecendo administrativamente o habitat de um grupo ou comunidade tribal, viabilizando a continuidade econômica e sociocultural daquela coletividade.³⁵²

Ainda que o processo de regularização das terras indígenas seja conhecido como demarcação, esta é apenas uma das fases administrativas do processo. As fases que compõem o processo de legalização de terras indígenas são quatro: Identificação e Delimitação, Demarcação, Homologação e Regularização.

O processo de identificação e delimitação, de *autodemarcação*, de demarcação e de homologação das terras indígenas Tupinikin e Guarani ocorreu a partir do ano de 1979, quando a intensificação do conflito, a mobilização da opinião pública

³⁵¹ OLIVEIRA, 1998, p. 45.

³⁵² Ibid.

pressionaram a Funai a reavaliar a situação dos índios e a reconhecer a urgência da demarcação de suas terras.

3.4 NOSSA TERRA: NOSSA LIBERDADE

Em 10 de julho de 1979, o então presidente da Funai, Adhemar Ribeiro da Silva, criou, pela Portaria n.º 565-E/79, um novo Grupo de Trabalho, que deveria proceder à eleição da área para a reserva indígena Tupinikin. O novo grupo era constituído pelos servidores da Funai Romildo Carvalho, assistente da Procuradoria Jurídica, Hildegart Maria de Castro Rick, assistente da Diretoria Geral de Patrimônio Indígena (DGPI) e José Jaime Mancin, engenheiro agrimensor do DGPI. O prazo estipulado para a conclusão do Relatório foi de dez dias, a partir do dia 11 de julho de 1979. A urgência para a realização dos trabalhos revela o clima caótico que se instaurou na área. Os índios já haviam realizado duas ocupações em Caieiras Velhas, que mobilizaram a Funai, a Aracruz Celulose, além das forças policiais.

Em maio de 1979, por exemplo, os Tupinikin e Guarani retomaram uma área de mata de 40 alqueires, cuja propriedade era reivindicada pela empresa Aracruz Celulose. O então cacique, João dos Santos, declarou a firme e pacífica intenção do grupo de se assentar na área: “Nós não vamos sair, a menos que nos matem ou nos tirem à força”.³⁵³

Conforme o advogado Everton Montenegro Guimarães, indicado pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória para defender os índios que reivindicavam a posse das terras em poder da Aracruz, os índios “[...] não invadiram propriedade de ninguém como quer fazer crer essa empresa [leia-se Aracruz Celulose] através de nota oficial em que afirma ser do seu patrimônio uma floresta nativa reocupada por eles”. Para o advogado “[...] os índios são os donos das terras por justo título de doação pelo Império, exercendo uma posse secular mansa e pacífica sem a

³⁵³ FLORESTA de Aracruz é ocupada por índios. **A Gazeta**, Vitória, 9 maio 1979.

oposição de ninguém até o início da década de 1960, quando chegou à região a Aracruz Florestal [...]”³⁵⁴.

O Relatório de maio de 1979 expedido pelo superintendente de Polícia Federal Durval Pimenta de Castro revela algumas questões do conflito.

No exame dos locais em questão, situados no Município de Aracruz/ES, verifica-se que o problema não surgiu de invasão pelos índios, mas pela recusa destes em deixar aqueles locais, ante o propósito de desmatamento para a execução dos projetos de replantio da Aracruz Florestal e subsidiárias.

Os índios mostram-se dispostos à reação violenta para a garantia de seu direito de permanência naquelas terras, razão por que a Aracruz Florestal paralisou os trabalhos, aguardando a solução das autoridades.³⁵⁵

Ao finalizar o relatório destinado à Funai, o superintendente da Polícia Federal, sugeriu providências urgentes por parte do órgão tutelar, a fim de resolver o impasse. Sugeriu ainda que se mantivesse “[...] o ‘estado de alerta’ para o problema, cujo objetivo era prevenir a eclosão de conflito, com possíveis vítimas a lamentar”.³⁵⁶

Nesse contexto, em 12 de julho de 1979, o novo GT instituído pela Funai iniciou os trabalhos a fim de proceder à eleição das terras indígenas. Por meio de vários pronunciamentos dos índios, o GT constatou a existência de um conflito interno referente a uma disputa de lideranças entre os índios, que se teria iniciado com a interferência do Cimi.³⁵⁷

De acordo com o Relatório do GT, datado de 24 de julho de 1979, essa disputa começou com a ida do Sr. Benedito Joaquim a Brasília. O então cacique Alexandre Sizenando, ao ser chamado pelo Cimi para participar de uma reunião em Brasília, encontrava-se enfermo, por isso indicou o não-índio Benedito Joaquim para ir ao encontro dos parlamentares. Na Capital Federal foi levado às lideranças da Arena e do MDB, tendo sido acolhido por representantes do (MDB).³⁵⁸ Ao retornar, Benedito Joaquim alegou que havia sido eleito em Brasília para cacique e “passou a exercer

³⁵⁴ ARACRUZ: ocupação da área é “ilegítima”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 maio 1979.

³⁵⁵ Departamento de Polícia Federal. IPP n.º 07/79. Vitória, 21 maio 1979. Funai. Anexado ao Proc. n.º 2.561/79 fls. 102 a 104.

³⁵⁶ Departamento de Polícia Federal. IPP n.º 07/79. Vitória, 21 maio 1979. Funai Anexado ao Proc. n.º 2.561/79, fls. 102 a 104.

³⁵⁷ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório do GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979. Anexado ao Proc. n.º 3.649/75

³⁵⁸ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório do GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979.

atividades inerentes àquelas desempenhadas para cacique, prometendo, inclusive, solucionar o problema das terras”.³⁵⁹

O que acontecia era que a “liderança” com quem a Funai deveria discutir os problemas da terra não era reconhecida pelo órgão, e sim por “políticos de Brasília”. A oposição a essa liderança pode ser comprovada no Relatório do GT de 24 de julho de 1979.

[...] imbuído de poderes que lhe haviam sido “conferidos” em Brasília, não pela Funai, iniciou [Benedito Joaquim] a divisão da pequena mata restante, próxima a Caieiras Velhas, em glebas de cinquenta metros de frente, entregando-as a cada família, sendo oportuno esclarecer que, nem todas as famílias indígenas foram contempladas, ao passo que vários “civilizados”, não-índios, de Aracruz e localidades mais próximas foram aquinhoadas com uma gleba cada.³⁶⁰

Benedito Joaquim foi considerado favorecedor de seus familiares, ao distribuir lotes a estes em detrimento dos demais membros da comunidade. Tal situação gerou um clima de insatisfação, o que levou a comunidade a se reunir no dia 8 de julho de 1979, a fim de eleger um novo cacique: o Tupinikin José Sizenando, filho do cacique anterior Alexandre Sizenando,³⁶¹ que passou a atuar na comunidade e repeliu a ação de Benedito Joaquim.³⁶²

Devido ao envolvimento da Cimi na questão, a Funai deixou a critério da comunidade indígena a escolha de um novo cacique. “O GT achou por bem esclarecer à comunidade indígena de que a Funai não havia indicado qualquer Cacique, pois a escolha era problema exclusivo da comunidade, não devendo esta receber qualquer interferência de não-índios”.³⁶³ O GT não opinou sobre quem deveria ser o cacique de Caieiras Velhas, mas indicava o caminho pelo qual contornar a liderança de Benedito Joaquim.

José Sizenando – Então, ele ficou por aí, pela comunidade. Logo que chegou a Funai. Nós comunicamos a Funai. E eles falaram “bom, quem resolve são vocês! Vocês são uma comunidade. Se vocês acham que ele não serve para ser cacique mais, vocês façam uma reunião e tiram ele.

³⁵⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório do GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979.

³⁶⁰ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório do GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979.

³⁶¹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório do GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979.

³⁶² MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório do GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979.

³⁶³ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório do GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979.

Façam tipo um voto e tira ele! Quem vocês acharem que deve ser um cacique vocês colocam!”, então foi isso que a comunidade fez.³⁶⁴

De acordo com Silva, o que ocorreu nesse período foi uma forte controvérsia que colocava em lados opostos as “lideranças cerimoniais”³⁶⁵ e a atuação política de Benedito Joaquim, em uma lógica que a Funai denominava como faccional. Nessa lógica, a ação do Cimi em relação à demanda por terras surgiu como parte das ações legais com orientações adotadas pela Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), durante sua XIII Assembléia Geral, realizada em 1973.³⁶⁶ Nesse período, as frentes pioneiras e a própria atuação da Funai “como defensor de interesses estranhos aos índios” constituíam-se nos maiores obstáculos à atuação dos missionários nas questões relativas às populações indígenas brasileiras. Em 1978, o Cimi oficializou sua presença no Estado. Os missionários Fábio Vilas e sua esposa Zanira foram os primeiros a desenvolver uma atuação com os Tupinikin, inserindo-se nas disputas por terras em Aracruz.³⁶⁷

Quanto à atuação do Cimi no conflito pelas terras indígenas em Aracruz, Silva ressalta que o envolvimento dos missionários

[...] trilhou os mesmos caminhos da Funai, ao escolher uma tendência faccional que se delineava naquele momento. Inicialmente apoiando seu Joaquim no processo de ‘auto demarcação’, logo passaram a atuar junto ao Zé Cacique, na garantia de uma liderança política que permitisse um diálogo mais institucional com os agentes políticos daquela situação. Momentos dessa oscilação podem ser lidos nos relatórios de Lilia Valle [...] e nas reuniões de ‘lideranças’ fora de Caieiras Velhas, como as ocorridas no primeiro encontro dos povos indígenas do Leste, organizado em Teófilo Otoni, ou encontros com “autoridades” promovidos pelo Cimi.³⁶⁸

³⁶⁴ SILVA, 2000, p. 40.

³⁶⁵ As “lideranças cerimoniais” a qual nos referimos encontram-se vinculadas às festas religiosas, mais especificamente ao “Congo” ou “Dança do Tambor”. Até o início da luta pela demarcação das terras indígenas na década de 1970 os índios Tupinikin reconheciam apenas o Capitão do Tambor como uma “liderança”. Além de deter grande prestígio junto à comunidade era reconhecido como curandeiro e responsável pela reprodução das tradições culturais entre os índios. Alguns depoimentos os identificam ainda ao “língua”, uma espécie de tradutor que falava bem o português, recebia as visitas e, conversava com os índios das matas que vinham a Caieiras Velhas para participar do Tambor ou Congo durante as festas religiosas (São Benedito, Santa Catarina e São Sebastião). Com a intensificação do conflito pela terra os índios viram-se forçados a se reorganizarem socialmente, o que resultou no surgimento de uma “nova” categoria social: o cacique que irá a partir de então expressar as novas articulações que se estabeleceram entre os índios (Grupo Técnico, Portaria nº 0783/94).

³⁶⁶ SILVA, 2000, p. 45.

³⁶⁷ Ibid.

³⁶⁸ Ibid., p. 45–46.

Ciccarone, por sua vez, informa que as prioridades dos missionários militantes eram a questão fundiária e o trabalho de conscientização dos índios, por meio da organização e articulação dos líderes. A política desenvolvida pelo Cimi fundamentava-se na perspectiva da evangelização dos missionários pelos índios, buscando reavaliar e inverter a trágica memória do empreendimento colonizador da Igreja Católica e apostar na revolução feita pelos índios. Conforme a autora, o pleito por terras no Espírito Santo traduziu-se em uma oportunidade perfeita para a atuação dos missionários, visto que, desde os primeiros tempos em Caieiras Velhas, eles se dedicaram a conscientizar os índios no sentido de reivindicar seus direitos sobre suas terras.³⁶⁹

Após a eleição do novo cacique, José Sizenando, no dia 15 de julho de 1979, os índios reuniram-se e decidiram que

- só ficariam na mata os Guarani e os Tupinikin;
- as glebas desmatadas por ordem do Sr. Joaquim [antigo cacique] seriam redistribuídas entre eles e, caso não fosse suficiente, seria promovida a derrubada de eucaliptos em uma faixa compreendida entre Caieiras Velhas e a mata;
- os caciques João (Guarani) e José (Tupinikin) assumiriam o controle da venda da madeira e impediriam novos desmatamentos, evitando o desaparecimento da mata.³⁷⁰

O GT reconheceu que o que os índios reivindicavam era tão-somente a criação de uma Reserva, relativamente pequena em relação à área que lhes havia sido doada e que se encontrava, em grande parte, comprometida com a construção de cidades e outros empreendimentos.³⁷¹ Após ouvir as comunidades indígenas e proceder aos estudos necessários, o GT elegeu três áreas para os índios.

- Caieiras Velhas, destinada aos índios Tupinikin e Guarani, num total de 44 famílias;

³⁶⁹ CICCARONE, 2001, p. 320.

³⁷⁰ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979.

³⁷¹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979.

- Pau Brasil, destinada aos índios Tupinikin, num total de 12 famílias;
- Comboios, ilha do mesmo nome, atualmente considerada Reserva Biológica, sob o controle do Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão estadual, onde estão localizadas 21 famílias indígenas, cuja área seria transformada em Reserva Indígena, destinada aos referidos índios Tupinikin, possibilitando o reassentamento de outras famílias que se encontrassem em Vila Nova – Barra do Riacho.

Tabela 9
Áreas eleitas para criação da Reserva Indígena

	ÁREA APROXIMADA	PERÍMETRO APROXIMADO
CAIEIRAS VELHAS	2.700ha	32km
PAU BRASIL	1.500ha	18km
COMBOIOS	2.300ha	72km

Fonte: Relatório GT 565-E/79.

A proposta do GT teria sido endossada pelos próprios índios em campo. Os Tupinikin teriam afirmado aos técnicos que “[...] muito embora a área primitivamente a eles doada fosse muito maior [a Sesmaria], reclamavam para o seu povo apenas as áreas constantes do laudo descritivo anexo”.³⁷²

Entre as recomendações finais, o GT propôs: a) a demarcação das terras com urgência; b) a imediata criação de um Posto Indígena em Caieiras Velhas; c) o reassentamento de posseiros de Caieiras Velhas em número aproximado de 36 famílias; d) a assistência da Polícia Federal para evitar maiores conflitos na região.³⁷³

³⁷² MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979. fls. 250.

³⁷³ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Relatório GT – Portaria n.º 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979. Proc. n.º 3.649/75.

Após a proposta, intensificou-se o conflito; iniciou-se uma série de negociações, articulações, envolvendo a Funai, a Aracruz Celulose, os posseiros e os índios. Ao tomar conhecimento da proposta de delimitação das áreas indígenas, a Aracruz Celulose, por meio de seu vice-presidente executivo, Sr. Ernane Galvêas, encaminhou um ofício ao presidente da Funai, expressando-se da seguinte maneira:

Em que pese o elevado espírito público e a predisposição conciliatória com que nos colocamos à disposição [...], desde nossa primeira reunião, em Brasília, lamento comunicar não ser possível a esta empresa concordar com a proposta resultante do estudo do Grupo de Trabalho da Funai, constituído pela portaria n.º 565-E, de 10.07.1979.³⁷⁴

Prosseguindo, o Sr. Ernane Galvêas ressaltou a importância da Aracruz para o desenvolvimento do estado do Espírito Santo.

Quatro séculos de evolução e de progresso transformaram o Estado do Espírito Santo, como grande parte do país, criando e expandindo cidades, abrindo estradas, desenvolvendo as propriedades agrícolas, o comércio, a indústria. A construção do empreendimento Aracruz é uma seqüência dessa evolução [...].³⁷⁵

O Sr. Ernane informou ainda que a Empresa jamais havia comprado posses de remanescentes indígenas e que as terras de propriedade da Aracruz se encontravam devidamente registradas no Registro Geral de Imóveis.³⁷⁶ Afirmava ainda não entender por que “[...] de uma hora para outra, pela iniciativa e interferência de órgãos da Igreja Católica e de grupos radicais de oposição, se levantava um **problema** [grifo nosso] que antes não existia, suscitando uma questão naturalmente superada pelos séculos”.³⁷⁷ Após uma série de argumentos, concluiu:

[...] Não podemos aceitar a sugestão do Grupo de Trabalho da Funai, de simplesmente confiscar 4.200 hectares de nossas propriedades florestais. Não se trata, apenas, de pretender ferir o legítimo direito de propriedade privada. O fato igualmente grave é que não se está atentando para a ameaça que isso representará para a estabilidade de todo o empreendimento Aracruz, cujos investimentos montam a mais 600 milhões de dólares, ou seja, em valores atuais cerca de 16 bilhões de cruzeiros, em torno do qual, direta e indiretamente, trabalham mais de 15 mil pessoas [...].

³⁷⁴ Aracruz Celulose. Rio de Janeiro, 14 ago. 1979. Correspondência do vice-presidente executivo da empresa Aracruz Celulose S/A Dr. Ernane Galvêas ao presidente da Funai Dr. Adhemar Ribeiro da Silva. Anexado ao Processo n.º 2.561/79, fls. 136.

³⁷⁵ ARACRUZ CELULOSE. Rio de Janeiro, 14 ago. 1979. Anexado ao Processo n.º 2.561/79, fls. 136.

³⁷⁶ ARACRUZ CELULOSE. Rio de Janeiro, 14 ago. 1979. Anexado ao Processo n.º 2.561/79, fls. 137.

³⁷⁷ ARACRUZ CELULOSE. Rio de Janeiro, 14 ago. 1979. Anexado ao Processo n.º 2.561/79, fls. 137.

Na verdade, está em jogo a estabilidade de um dos mais importantes empreendimentos realizados no país pela iniciativa de grupos privados, cujo significado econômico já foi sobejamente reconhecido pela visita do Presidente da República, de sucessivos governadores do Estado e vários Ministros.³⁷⁸

O pronunciamento do Sr. Ernane Galvêas revela um discurso desencadeado pela lógica do capital. Uma lógica perversa, na qual o que prevalece é o crescimento econômico em detrimento de um desenvolvimento social sustentável, que considere as reais necessidades das populações. É o grande latifúndio. A propriedade privada. A grande empresa nacional e/ou multinacional. Nesse processo, tudo o que é tido como “problema” deve ser negado, ou superado. O embate é injusto. De um lado, o grande capital, a conivência do Estado, e, do outro, minorias étnicas, que resistem como podem contra a expropriação de suas terras, de seu modo de vida.

Quatro meses após a conclusão do Relatório, o presidente da Funai, Dr. Ademar Ribeiro da Silva, assinou a Portaria n.º 609-N, de 8 de novembro de 1979, declarando como áreas de ocupação dos índios Tupinikin: Caieiras Velhas, Pau Brasil e parte da Ilha de Comboios, conforme memoriais descritivos.³⁷⁹

Todos esses acontecimentos induziram mudanças tanto na direção da Funai,³⁸⁰ como na da empresa Aracruz Celulose S.A. As negociações entre a Aracruz e o órgão tutelar intensificaram-se. As decisões foram tomadas “pelo alto”, sem a devida participação dos índios. Por meio do ofício n.º A3-402/79, de 29 de novembro de 1979, o novo vice-presidente executivo da Aracruz Celulose, Sr. Armando Vieira Netto, encaminhou ao novo presidente da Funai, o coronel João Carlos Nobre da Veiga,³⁸¹ o “[...] estudo de uma alternativa [de área para os índios] a ser desenvolvida de comum acordo com a Funai em substituição ao que pretendia a

³⁷⁸ ARACRUZ CELULOSE. Rio de Janeiro, 14 ago. 1979. Anexado ao Processo n.º 2.561/79, fls. 137-138.

³⁷⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Portaria n.º 609-N, 8 nov. 1979. Anexado ao Processo n.º 3.649/75, fls. 308.

³⁸⁰ O Presidente da Funai, Dr. Ademar Ribeiro da Silva, deixou o cargo devido a pressões decorrentes de sua atitude (de assinar a Portaria n.º 609-N, reconhecendo a área como imemorial dos Tupinikin). MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Ofício n.º 533-AESP/84. Brasília, 26 de dezembro de 1984.

³⁸¹ Coronel da reserva assumiu o cargo falando em “disciplina” e demitindo 39 indigenistas e antropólogos, porque haviam encaminhado carta ao Ministro do Interior com críticas à política da Funai. Incrementou o projeto de emancipação compulsória, criando os “critérios de indianidade” e declarando: “[...] o índio estará emancipado em cinco gerações”, mas recuou e não encaminhou o processo ao Ministério do Interior.

Portaria n.º 609-N, que trazia sérias dificuldades ao seu cumprimento”.³⁸² A Aracruz propunha a alteração da Portaria n.º 609-N, apresentando como alternativa a doação à Funai de uma área de 800ha de sua propriedade. No entanto, as três áreas indígenas perfaziam um total de cerca de 4.000ha, capazes de abrigar as 38 famílias de Caieiras Velhas e as 12 de Pau Brasil, indicadas no estudo da Funai, de 1975.³⁸³

A documentação analisada revela que, com a entrada do novo presidente, coronel Nobre da Veiga, a Funai passou a negociar, diretamente com a Aracruz Celulose, uma forma de contornar o problema. Ao invés de a Funai cumprir o seu papel de tutora, provando legalmente, nos termos do art. 5.º da Lei n.º 6.001, que a área seria de posse imemorial e que os seus legítimos donos seriam os Tupinikin, passou a aceitar os termos impostos pela Empresa.³⁸⁴

A demora na demarcação, a desconfiança de que a Funai não cumprisse a Portaria n.º 609-N/79, a pressão exercida pela Aracruz, que se negava a reconhecer a área como território indígena, geraram um clima de insatisfação, desconfiança, medo e tensão. Como informa o relatório do CTI realizado pela antropóloga Lilia Valle,

Em Caieiras Velhas a situação foi ainda mais tensa. Segundo o cacique José Sezenando, os Tupinikin aguardaram uma solução da Funai em relação à demarcação até o dia 08/05/1980, mas nada foi feito. No dia 19/05 estavam prontos para iniciá-la por conta própria, mas foram demovidos na última hora devido a um rádio do delegado regional da Funai, Sr. Carlos Grossi, dizendo que a demarcação seria feita em julho. Nessa ocasião, um choque de 22 policiais encontrava-se em Caieiras, chamado pela Funai, para proteger os índios, segundo o chefe de posto, para impedir a demarcação, segundo a versão dos Guarani.³⁸⁵

³⁸² ARACRUZ CELULOSE. Rio de Janeiro, 29 nov. 1979. Correspondência do novo vice-presidente executivo da Aracruz Celulose S/A, Armando Vieira Netto, ao novo presidente da Funai, o coronel João Carlos Nobre da Veiga. Anexada ao Processo da Funai n.º 2.561/79, fls. 158.

³⁸³ ARACRUZ CELULOSE. Rio de Janeiro, 29 nov. 1979. Anexado ao Processo n.º 2.561/79, fls. 159.

³⁸⁴ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Correspondência do assessor da AESP, Sr. Antônio Pereira Neto, ao assessor chefe da AESP. Informação n.º 533-AESP/84. Brasília, 26 dez. 1984. Assunto Escritura de doação de terras à Funai.

³⁸⁵ VALLE, Lília. Relatório CTI, jun. 1980. A antropóloga Lilia Valle realizou importantes anotações sobre a situação da disputa por terras em Caieiras Velhas. Ela esteve na região entre 1974 e 1984, desenvolvendo projeto de apoio econômico aos índios Guarani, financiado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Enquanto isso a Funai e a Aracruz se reuniam às “escuras” a fim de “[...] encontrarem uma solução inteligente e pacífica que atendesse às preocupações da Funai, sem ferir legítimos direitos de propriedade privada”.³⁸⁶

Os índios, por outro lado, articulavam-se para fazer cumprir a demarcação de suas terras: foram a Brasília para resolver a questão e só obtiveram promessas que não foram cumpridas; foram a São Paulo e ao Rio de Janeiro em busca de reforço à sua luta; denunciaram a situação à opinião pública por meio da imprensa; escreveram carta ao Ministro do Interior, Mario Andreazza,³⁸⁷ reivindicando a) que fosse cumprida a Portaria n.º 609-N e se demarcassem as áreas de Caieiras Velhas, com 2.700ha, Pau Brasil, com 1.500ha, e Comboios, com 2.300ha, “até o mês de junho de 1980”; b) caso a Funai não cumprisse a Portaria no prazo estipulado, ou houvesse novas pressões da Aracruz Celulose, a demarcação seria feita pelos próprios índios. Os índios, embora conscientes de seus direitos, percebiam os limites de suas reivindicações e temiam que o novo presidente da Funai fosse capaz de ceder aos interesses da Aracruz Celulose e não executasse as determinações definidas pelo próprio órgão.

Os relatórios do CTI, realizados por Lília Valle, revelam a forma como foi conduzido o processo de identificação e demarcação das áreas indígenas Tupinikin e Guarani. Nesses relatórios, a antropóloga apontou de forma explícita a parceria estabelecida entre a Funai e a empresa Aracruz Celulose S.A. no processo. Ao que tudo indica, observava a antropóloga, “[...] a Funai já fez um acordo com a Aracruz prejudicando os índios, mas, conforme a mobilização, o escândalo em torno do caso, existe a possibilidade de que volte atrás”.³⁸⁸

Em correspondência ao deputado federal Modesto da Silveira, presidente de uma Comissão Parlamentar criada para tratar de assuntos indígenas, Lília Valle descreveu a situação em Caieiras Velhas como bastante tensa, devido à existência

³⁸⁶ ARACRUZ CELULOSE. Rio de Janeiro, 14 ago. 1979. Correspondência enviada pelo vice-presidente executivo da Aracruz Celulose, Ernane Galvêas, ao presidente da Funai, Adhemar Ribeiro da Silva. Anexado ao Processo n.º 2.561/79, fls. 139.

³⁸⁷ No dia 27 de maio de 1980, uma delegação de onze índios (seis Tupinikin e cinco Guarani), acompanhados por representantes do Cimi, foram a Vitória entregar ao Ministro Andreazza um documento preparado pelo cacique Tupinikin (José Sizenando), no qual se encontravam narrados alguns acontecimentos sobre o conflito e a urgência da demarcação. O governador do Estado, Sr. Eurico Rezende, estava presente, e a notícia foi bastante divulgada. LÍLIA VALLE. Relatório CTI, jun. 1980.

³⁸⁸ VALLE, Lília. Relatório CTI, jun. 1980.

de uma população não índia (aproximadamente 200 pessoas), que chegou à região atraída pela implantação da empresa Aracruz Celulose. “A população posseira recusava-se a abandonar a área, alegando que também tinham direitos sobre as terras do povoado”.³⁸⁹

Ao classificar a situação em Caieiras Velhas de arena política, Lília Valle observou:

A situação provocada pela transformação do povoado de Caieiras Velhas em área indígena tem andado bastante tensa, com a iminente saída dos não-índios, [que constituem, pelo visto, mais da metade da população] e os desmandos do ex-chefe do posto Ten. Fagundes, transferido da área nos primeiros dias de março. Existem problemas como roubo de madeira, ameaça de morte ao cacique Tupinikin, e uma aliança tácita entre não-índios do povoado e da municipalidade, grupos que alegam a não existência dos tupiniquins, dizendo que os únicos índios na região são os guaranis. A esses grupos e à Aracruz Celulose, que perde uma fortuna em terras e eucaliptos, não interessa de forma nenhuma que o território Tupinikin seja demarcado. Em fevereiro, falou-se até que os próprios tupiniquins poderiam ser transferidos da região, pois parece que, em casos de conflito iminente, o estatuto do índio permite que a população indígena seja deslocada; nesse caso as terras reverteriam à Aracruz Florestal, [...] e à municipalidade de Aracruz.³⁹⁰

Sobre essa questão Marcato nos informa que, ao contrário de Pau-Brasil e Comboios, o grupo de Caieiras Velhas “[...] convivia até recentemente sem maiores conflitos com os posseiros, que se encontravam vinculados aos índios por meio de relações matrimoniais, de comércio, de compadrio”.³⁹¹ Conforme a antropóloga, isso ocorria principalmente porque ambos os segmentos étnicos já dividiam havia algum tempo o mesmo espaço físico. Todavia, ressalta: “[...] de uns anos pra cá, [...], as relações assumiram feição conflitual [...]”,³⁹² principalmente a partir do momento em que os posseiros se viram na iminência de ser transferidos da área por determinação judicial, o que gerou

[...] ansiedades, rivalidades, buscando os posseiros gozar de prestígio ou de obter sua aceitação pela comunidade Tupinikin. Com isso nasceram situações difíceis de serem sanadas, onde interesses pessoais determinam o grau de aceitação ou de rejeição do intruso por parte dos remanescentes.³⁹³

³⁸⁹ Correspondência de Lília Valle ao deputado federal Modesto da Silveira, presidente de uma Comissão Parlamentar criada para tratar de assuntos indígenas. LILIA VALLE. Relatório CTI, 09 jun. 1980.

³⁹⁰ VALLE, Lília. Relatório CTI, 12 fev. 1980.

³⁹¹ Ibid.

³⁹² MARCATO, 1980a, p. 23.

³⁹³ MARCATO, 1980a, p. 23.

Ainda de acordo com Marcato, os índios encontravam-se fartos de promessas que não se concretizavam e admitiam que, caso a questão fosse protelada e adiada indefinidamente, tal como afirmavam os posseiros, “[...] a questão levaria duzentos anos para se resolver [...]”³⁹⁴, eles próprios realizariam a demarcação e a expulsão dos “intrusos” a força.³⁹⁵

Sobre a relação dos Tupinikin de Caieiras Velhas com a Funai, Marcato observa que, embora o contato fosse recente, já era possível perceber a desconfiança em relação àqueles que se apresentavam como seus maiores aliados.

Dizem que alguns funcionários em visita à região prometeram coisas demais, até hoje não cumpridas, como a resolução do problema da Aracruz Florestal [sic], a expulsão dos intrusos, a demarcação em prazo curto, a melhoria das condições de vida para eles e seus filhos. Na verdade não crêem mais em palavras, querem ações. Na verdade essa resistência contra a Funai, pudemos constatar, nada mais é do que resultante de um trabalho desenvolvido por posseiros no seio da comunidade indígena, visando cercar a atuação do órgão no local de uma aura de descrédito e de ineficiência. É por isso que as lideranças chegam a afirmar que, caso o órgão tutelar não aja com firmeza, elas mesmas passarão à iniciativa.³⁹⁶

Desconfiados de que a Funai e a Aracruz Celulose estivessem articulando-se a fim de diminuir as áreas que deveriam ser demarcadas e cansados de esperar que a determinação da Portaria n.º 609-N fosse cumprida, no dia 18 de junho de 1980 os Tupinikin e os Guarani organizaram-se e iniciaram por conta própria a demarcação³⁹⁷ de suas terras / autodemarcação. Abriram picadas pela mata de eucalipto, antecipando-se a uma demarcação oficial que não acontecia. No dia 20 de junho de 1980, os trabalhos foram interrompidos a pedido do delegado Durval Ferreira, que solicitou um prazo de seis dias a fim de aguardar alguma posição da Funai.³⁹⁸ A Funai, por sua vez, agia no sentido de impedir que a autodemarcação prosseguisse. O delegado regional da Funai e o coronel chefe do DGPI acusavam

³⁹⁴ Ibid.

³⁹⁵ Ibid., p. 24.

³⁹⁶ MARCATO, 1980a, p. 24.

³⁹⁷ Os trabalhos de demarcação consistiam em abrir picadas de uns 4m de largura por entre o eucalipto e uma parte de mata. O cacique Zé ocupava-se da direção e do alinhamento da picada, em cujo centro iam colocando estacas. Na frente iam os homens mais fortes e dispostos, derrubando com machados. Depois vinha um grupo que trabalhava com foices, limpando a picada. Na última turma, mulheres e crianças varriam, afastando para a beira da picada com um instrumento feito na hora. VALLE, Lília. Relatório CTI, 26 a 29 jun.1980.

³⁹⁸ VALLE, Lília. Relatório CTI, 26 a 29 jun. 1980.

os índios “[...] de não terem esperado até julho, quando tudo poderia se resolver [...]”.³⁹⁹ Sem perspectivas de que a Funai se manifestasse e fizesse cumprir a lei, ignorando todas as pressões, no dia 26 de junho de 1980 os índios reiniciaram os trabalhos de demarcação da reserva de Caieiras Velhas, que prosseguiram até o dia 29 do mês de junho. A partir desse momento, a fim de encontrar uma solução “amigável” para a questão, iniciou-se uma série de reuniões envolvendo a Funai, a Aracruz Celulose e as lideranças indígenas.

No início de julho de 1980, por exemplo, os caciques José Sizenando e João dos Santos foram chamados a Brasília e receberam uma proposta que, conforme Lilia Valle, condicionava a regularização oficial da demarcação já realizada à entrega dos eucaliptos para a Aracruz, que pagaria uma indenização pela utilização das terras. Lilia Valle observa também que os Tupinikin acharam a proposta interessante, devido à urgência em se resolver logo a questão.⁴⁰⁰ Por outro lado, os índios condicionaram a aceitação da proposta à retirada dos posseiros de Caieiras Velhas antes da retirada dos eucaliptos pela Aracruz.⁴⁰¹

Entre avanços e recuos, as negociações entre os índios, a Funai e os representantes da Aracruz Celulose prosseguiram. A Aracruz ditava as suas condições. Os índios resistiam como podiam. A necessidade de resolver logo a questão levou os índios a ceder às pressões da Aracruz e à omissão da Funai. A Funai não intervinha nas negociações, mas gravava tudo.⁴⁰²

A fim de agilizar o processo de regularização das terras indígenas, em outubro de 1980, mais uma vez, Sr. José Sizenando (cacique Tupinikin), Sr. Benedito Joaquim (ex-cacique) e um outro Tupinikin foram a Brasília. Reuniram-se com o presidente da Funai e com alguns coronéis, que prometeram iniciar a demarcação, ainda em outubro.⁴⁰³ Todavia, um novo impasse estabeleceu-se: a empresa Aracruz Celulose S/A não aceitava abrir mão da faixa de terra em frente à aldeia Guarani, na verdade, uma área quase toda de mangue, que ia da aldeia ao rio Piraquê-Açu. Esta área era utilizada pelos Guarani para caçar patos, pegar caranguejos e pescar. Sobre essa

³⁹⁹ Ibid.

⁴⁰⁰ Ibid., 31 jul. a 04 ago. 1980.

⁴⁰¹ Ibid., 04 a 07 set. 1980.

⁴⁰² Ibid.

⁴⁰³ Ibid.

questão, Lília Valle questionava sobre quais os reais interesses da Aracruz na área, visto que ali não existiam eucaliptos.⁴⁰⁴ A Aracruz Celulose justificava que os índios poderiam fechar a passagem para a Codrasa, uma fábrica de tubulação que existe na região.⁴⁰⁵ Por outro lado, existiam conjecturas que sinalizavam a “[...] intenção de, no futuro, construir uma ponte sobre o rio, na parte mais estreita, de modo que todo o tráfego seria desviado para a estradinha que passava pela aldeia e ia até a Codrasa [...]”⁴⁰⁶ Independente dos motivos que levavam a Aracruz Celulose a reivindicar a área, o que a Empresa propunha era a diminuição da área de Pau-Brasil de 1.500ha para cerca de 200ha. Irredutíveis, os índios ignoraram a proposta e mais uma vez a “solução” para o conflito foi adiada.

De acordo com Lília Valle, os mais prejudicados pela proposta elaborada pela Funai–Aracruz seriam “[...] os Guaranis, pois perderiam a mata [...], a parte que fica em frente da aldeia e todo o pasto, além de não receberem nada como indenização pelos eucaliptos.”⁴⁰⁷ Prosseguindo, observava que tanto a Aracruz Celulose S/A como a Funai pressionavam os índios para impor a nova demarcação, “[...] como se os tupiniquins fossem perder tudo ou tivessem que esperar vinte, trinta anos”.⁴⁰⁸ Era pegar ou largar!

Nesse clima de desordem, uma Missão Especial foi criada pela Funai com o objetivo de identificar as comunidades indígenas da região; de estudar e procurar resolver os atritos entre a Aracruz Celulose S/A e as comunidades indígenas Guarani Mbya e Tupinikin do município de Aracruz, além de verificar as atividades desenvolvidas pelo órgão tutelar, visando ao melhor atendimento ao índio.⁴⁰⁹

O Relatório da Missão Especial n.º 27/80 sobre as negociações com as lideranças indígenas diz:

Os representantes indígenas, liderados pelo Cacique José Sizenando, mantinham inicialmente idéia fixa sobre a área a ser cedida (2.000ha), e pareciam dispostos a não realizar qualquer acordo amigável. Foram explicitados os diversos ângulos do problema, particularmente as vantagens que teriam se o assunto não passasse para a esfera política. Dos três

⁴⁰⁴ VALLE, Lília. Relatório CTI, 14 a 18 out. 1980.

⁴⁰⁵ Ibid., 14 a 18 out. 1980.

⁴⁰⁶ Ibid.

⁴⁰⁷ Ibid., 04 a 07 set. 1980.

⁴⁰⁸ Ibid., 20 a 23 nov. 1980.

⁴⁰⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Missão Especial n.º 27/80. Proc. n.º 2.561/79.

representantes de Caieiras Velhas, somente um, o cacique José Sizenando, permaneceu intransigente ante nossa argumentação, sentindo-se claramente que os outros dois, Benedito Joaquim e José Pego, estavam convencidos das vantagens que teriam com a aceitação da proposta da Aracruz Celulose S.A.. Foi de muito peso para a solução amigável a oferta de vantagens extras feitas pela Aracruz, embora ainda não perfeitamente definidas.⁴¹⁰

As negociações prosseguiram em ritmo intenso. Em reunião realizada com as lideranças indígenas em Pau Brasil no dia 22 de outubro de 1980, o Relatório informa que, nos debates realizados,

[...] inicialmente foi desprezada a área oferecida pela ARACRUZ CELULOSE S.A. [sic], com cerca de 200 hectares. Razões diversas foram enumeradas e nós outros concluímos que a proposta oferecida pelos índios era mais do que justa e até modesta. Eles não aceitaram qualquer limite que não chegasse às margens do Rio GUAXINDIBA [sic], em particular por motivo da pesca.

A área proposta, que era de mais ou menos 200ha, passou a ser de mais ou menos 400ha [...], que ainda fica muito aquém da constante na Portaria n.º 609/Funai de 08.11.79, que era de aproximadamente 1.500ha.⁴¹¹

A “contraproposta” apresentada pelos índios reivindicava que à área de Pau Brasil fossem incorporados mais 200ha e se procedesse ao corte imediato dos eucaliptos da área a eles destinada. Era exigido ainda pelas lideranças indígenas que a empresa Aracruz Celulose

- a) não colocasse posseiros na comunidade;
- b) não proibisse a pesca no rio Sauê;
- c) não retirasse os eucaliptos da estrada para o sul;
- d) lhes fornecesse uma Toyota a óleo, com quota de óleo mensal, em troca da madeira a ser retirada do restante da área.⁴¹²

Mais ou menos acertados os termos do acordo entre a Funai e os índios, ainda no dia 22 de outubro representantes da Funai reuniram-se com membros da Aracruz

⁴¹⁰ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Missão Especial n.º 27/80. Proc. n.º 2.561/79. Reunião com as lideranças indígenas em Vitória, realizada no dia 21 de outubro de 1980.

⁴¹¹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Missão Especial n.º 27/80, fls. 214–215. Reunião com as lideranças indígenas em Pau Brasil, em 22 de outubro de 1980.

⁴¹² MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Missão Especial n.º 27/80, fls. 214–215. Reunião com as lideranças indígenas em Caieiras Velhas, 22 out. 1980.

Celulose S/A para acertarem detalhes do acordo. Inicialmente a Aracruz Celulose, representada pelo chefe da Divisão de Topografia da Empresa, o Sr. Edward Athayde D'Alcântara, se opôs a ceder mais 200ha de terra aos índios de Pau Brasil. Todavia, acabou por aceitar a proposta: “[...] acabou por achar razoável e até reconheceu serem os índios de Pau Brasil mais humildes, mais autênticos e mais merecedores de assistência”.⁴¹³ Ficou acertado ainda nessa reunião que a Aracruz cederia “[...] uma área de cerca de 2ha para o assentamento dos moradores brancos de Caieiras Velhas”.⁴¹⁴

Em um discurso tendencioso, o Relatório da Missão Especial concluiu que a Portaria n.º 609-N da Funai, de 8 de novembro de 1979, não tinha nenhum valor jurídico ou administrativo e só teria servido de sustentação para que as

[...] associações contestadoras do Governo Federal iniciassem uma série de ações visando a desmoralização do órgão Tutelar dos índios, incentivando os silvícolas a agir pela força, promovendo comícios em Vitória contra a Empresa ARACRUZ CELULOSE S.A., transferindo famílias de índios de outros estados para a área e até convencendo os indígenas a realizarem a demarcação das terras por sua própria conta e risco.⁴¹⁵

Por conseguinte, o Relatório informava que, como medida preliminar, a Portaria n.º 609-N da Funai se encontrava anulada.⁴¹⁶ Informava ainda que, embora as lideranças indígenas recusassem *a priori* a proposta da Aracruz Celulose,

[...] conseguiu-se chegar a uma decisão francamente auspiciosa para ambas as partes, sem prejuízos consideráveis para a Empresa, aliada a ponderável melhora de sua imagem perante a opinião pública e com vantagens incalculáveis para as comunidades indígenas, cujos direitos poder-se-iam considerar, de sobejo, duvidosos. Foi evitada a decisão da justiça que, por certo, se arrastaria por vários anos e eliminou-se a ação perniciosa de associações espúrias que, até o julgamento final da questão, se aproveitaram para exercitar a crítica destrutiva, criando dúvidas no seio da população e tentando enlamear o Governo Federal e a Funai.⁴¹⁷

⁴¹³ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Missão Especial n.º 27/80, fls. 214–215. Reunião na Aracruz/Vitória, 22 out. 1980.

⁴¹⁴ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Missão Especial n.º 27/80, fls. 214–215. Reunião na Aracruz/Rio de Janeiro, 23 out. 1980.

⁴¹⁵ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Missão Especial n.º 27/80, fls. 218. Anexado ao Proc. n.º 2.561/79.

⁴¹⁶ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Missão Especial n.º 27/80, fls. 218. Anexado ao Proc. n.º 2.561/79.

⁴¹⁷ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Missão Especial n.º 27/80. Anexado ao Proc. n.º 2.561/79.

Pressionados, os índios acabaram por aceitar os termos impostos pela Aracruz Celulose. Após os índios de Pau-Brasil terem aceitado a diminuição da área de 1.500ha para cerca de 400ha, um acordo foi estabelecido. Nesse acordo, foram definidas as seguintes áreas: Caieiras Velhas (1.519ha), Pau Brasil (427ha) e Comboios (2.546ha). “Assim, a Aracruz, resolvendo o impasse, não só ‘doaria’ parte de sua área aos índios, como também faria a demarcação e assistiria os índios em projetos de desenvolvimento comunitário”.⁴¹⁸ Parte da área indígena de Caieiras Velhas (1.519ha) foi supostamente doada pela Aracruz Celulose. A outra parte da mesma área (139.83ha) foi “doada” à Funai pela Companhia Vale do Rio Doce.⁴¹⁹

A Funai, por meio de seu presidente, o coronel Nobre da Veiga, aceitou os termos de doação, inclusive o item que afirmava que a área “doada” não seria terra dominial indígena.⁴²⁰ Sendo assim, a União é que seria a detentora da área. Ao índio caberia o usufruto pleno, conforme os arts. 4.º, inciso IV, e 198 da Constituição Federal e o capítulo II, arts. 22, 23 e 24 da Lei n.º 6.001/73.

Os trabalhos de demarcação das áreas indígenas iniciaram-se, em 29 de novembro de 1980, pela aldeia Pau Brasil. Todavia, um dia depois foi paralisada pelos índios.⁴²¹ Sobre a aldeia Pau Brasil, Lilia Valle expressa-se da seguinte maneira: “[...] Pau Brasil é bem menor e isolado que Caieiras, não tem nenhuma venda, nem condução passando perto. É um aglomerado de casas em volta de um pátio arredondado, com outras casas dispersas [...]”.⁴²²

Os trabalhos de demarcação física das áreas ficaram a cargo das equipes especializadas da Aracruz. À Funai coube apenas a supervisão geral dos trabalhos e o fornecimento dos marcos necessários.⁴²³

⁴¹⁸ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Informação n.º 533-AES/84. Assunto: Escritura de doação de terras à Funai. Brasília, 26 dez. 1984.

⁴¹⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Informação n.º 533-AES/84. Assunto: Escritura de doação de terras à Funai. Brasília, 26 dez. 1984.

⁴²⁰ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Funai. Informação n.º 533-AES/84. Assunto: Escritura de doação de terras à Funai. Brasília, 26 dez. 1984.

⁴²¹ VALLE, Lília. Relatório CTI, 20 a 23 nov. 1980.

⁴²² Ibid.

⁴²³ Processo n.º 2.561/79, fls 210–220. Relatório da Missão especial n.º 27/80. Documento carimbado como Confidencial, no qual dois agentes da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior relatam a viagem realizada às áreas indígenas Tupinikin entre 21 e 24 de outubro de 1980, com o objetivo de “Estudar e procurar resolver os atritos entre a Aracruz Celulose S/A. e as comunidades indígenas Guaranis e Tupiniquins”. A meta da Missão Especial era obter da Aracruz

[...] as picadas estavam sendo abertas pelos próprios tupiniquins, que estão recebendo Cr\$ 250,00, por dia de trabalho. Fiquei sabendo que o Cacique Waldemar Cruz combinou 250 cruzeiros com a Funai e 200 cruzeiros com os Tupiniquins, para embolsar a diferença, o que ocorreu na primeira semana de trabalho.⁴²⁴

Em Caieiras Velhas, a demarcação nem sequer foi iniciada. Após verificarem que as picadas não estavam respeitando os limites fixados no acordo estabelecido em outubro de 1980, as lideranças indígenas de Caieiras Velhas embargaram a demarcação das áreas propostas pelo acordo, “[...] sob a ameaça do Cacique Zé de quebrar as máquinas”.⁴²⁵ Entretanto, as lideranças indígenas convenceram-se de que a única alternativa para que a Funai realizasse a demarcação e retirasse os posseiros do povoado seria a aceitação da proposta da Aracruz Celulose. A tensão exercida levou os índios a estabelecerem um novo acordo.

Então nós sentamos [sic] nesse entendimento de pegar a indenização também. Então, sobre a indenização nós pedimos um barco a motor a óleo diesel, três barcos de alumínio a remo, um conjunto de rede de pescaria e um frigorífico, e [...] porco, galinha, eles dando também combustível e alimento para os animais por cinco anos. E completo também um jogo de futebol durante cinco anos e dando assistência de escola. Assistência de remédio [...] então, isso tudo é sobre a indenização, e ferramenta e semente pra começar [...] eles quiseram dar dinheiro a indenização, e eu achei que não servia dinheiro que ia dar complicação, então pedi uma coisa que servia para a comunidade, uma Toyota a óleo, e mais uma carroceria de madeira, e isso eles concordaram em dar [...] sobre isso é a indenização do eucalipto, a retirada, e pondo combustível de óleo também, durante cinco anos.⁴²⁶

No acordo estabelecido, à Aracruz Celulose coube boa parte da área inicialmente destinada para os Tupinikin, além de direitos sobre todas as plantações de eucaliptos feitas na reserva. Sobre o acordo, Lília Valle ressalta que a “transação” configurou-se em uma “alienação de bens inalienáveis da União, impedindo o uso exclusivo de seu território pelos índios, [pois violava] o art. 198 da Constituição e a Lei n.º 6.001, de 9 de dezembro de 1973, em seus arts. 1.º, parágrafo único, 18, 22, 23, 24, 25, 35. É ato nulo, nos termos da mesma Lei, art. 62”.⁴²⁷ De acordo com a autora, “[...] além da terra, os eucaliptais – que valem dezenas de milhões – também

Celulose e, principalmente dos índios, um acordo que superasse os conflitos existentes na área, definindo os limites das áreas a serem demarcadas.

⁴²⁴ VALLE, Lília. Relatório CTI, 20 a 23 nov. 1980.

⁴²⁵ Ibid.

⁴²⁶ VALLE, Lília. Relatório CTI, 20 a 23 nov. 1980.

⁴²⁷ VALLE, Lília. Relatório CTI, 21 maio 1981.

caberiam aos índios, mas, segundo o presidente da Funai, ‘os índios não sofreram qualquer prejuízo, pois quem cedeu terras que eles não têm direito de ocupar foi a Aracruz’ [...]”.⁴²⁸

Ademais, Lília Valle informa que “[...] esta declaração e a ameaça de prisão ‘para quem voltar a fazer agitação junto ao pessoal do Cimi’[...]” foram feitas pelo coronel Nobre da Veiga, no dia 5 de maio de 1981, quando foi entregar pessoalmente a “[...] cada um dos 47 chefes de família Tupinikin a quantia de vinte mil cruzeiros, ‘doada’ pela Aracruz”.⁴²⁹

Negociadas por um “jogo de camisas”, pelos termos estabelecidos foram definidas como terras indígenas: Caieiras Velhas (1.519ha), Pau Brasil (427ha) e Comboios (2.546ha), respectivamente regularizadas pelos Decretos n.º 88.926, de 27 de outubro de 1983 (D.O. 1/11/1983); n.º 88.672, de 05 de setembro de 1983 (D.O. 8/9/1983) e n.º 88.601, de 9 de agosto de 1983 (D.O. 10/8/1983). Todas as áreas foram registradas na Comarca de Aracruz/ES, em 21 de abril de 1988.

A homologação das três áreas indígenas não equacionou o dilema da sobrevivência física e cultural das comunidades envolvidas. A luta pela terra, pelo direito de ser diferente, pelo direito à vida, à dignidade, ainda hoje faz parte das principais reivindicações das comunidades indígenas Tupinikin e Guarani Mbya do litoral norte do Espírito Santo.

O importante aqui é reconhecer a contradição existente na atuação do Estado, no que diz respeito à demanda por terras por parte das populações indígenas. Se, por um lado, o “Estado”, em parceria com o capital transnacional, tem sido o principal responsável pela negação da existência das comunidades indígenas no Espírito Santo, por outro, foi também um órgão específico do Estado que “contribuiu” para que o resgate e a defesa dos remanescentes Tupinikin se tornassem prioridade dentro das políticas públicas, embora tenha submetido o grupo a estranhos acordos financeiros com os interesses industriais da empresa transnacional Aracruz Celulose S.A.

⁴²⁸ VALLE, Lília. Relatório CTI, 21 maio 1981.

⁴²⁹ VALLE, Lília. Relatório CTI, 21 maio 1981.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta dissertação foi analisar algumas questões referentes ao processo de Implantação do Complexo Aracruz Celulose S/A (1972) no município de Aracruz, litoral norte do estado do Espírito Santo, com destaque especial para o discurso de modernização e progresso que tal investimento traria para a região.

No bojo desse discurso, destacamos os reflexos desse processo de modernização sobre as comunidades indígenas Tupinikin e Guarani Mbya.

Para tanto, fizemos um breve recorte temporal, que abrangeu desde a chegada da empresa Aracruz Celulose, em 1967, até a primeira homologação das terras indígenas, em 1983. Reservamos atenção especial para os condicionantes históricos da implantação da Aracruz Celulose S/A, a participação do Governo do Estado do Espírito Santo, a atuação da Funai e o efeito desses elementos sobre o ritmo da organização da luta pela terra indígena no Estado.

Não há como negar que houve, no Espírito Santo, um processo de modernização que alterou substancialmente a condição de vida de uma parcela da sociedade nas últimas quatro décadas. Essa modernização significou profundas mudanças na organização econômica, fundiária e social do Estado. Não obstante, não podemos omitir que isso foi resultado, sim, de uma política agrária conservadora, que incentivava os Grandes Projetos de Investimentos e excluía do cenário político parte significativa da sociedade brasileira. A implantação da empresa transnacional Aracruz Celulose S/A, por exemplo, desencadeou uma luta pelas terras indígenas, no município de Aracruz, que se desenrola há quase quatro décadas.

Como se demonstrou no Capítulo I, a ação das forças político-econômicas do Estado, em consonância com os interesses dos projetos dos generais-presidentes, no intuito de promover a modernização da agricultura, bem como a industrialização do estado do Espírito Santo, foi fundamental para mudar os desígnios do desenvolvimento econômico capixaba.

A partir da análise de uma bibliografia considerável, inferimos que o projeto modernizante da agricultura capixaba deve ser pensado sob duas perspectivas: a primeira é de que a implantação dos Grandes Projetos de Investimentos no Espírito Santo é conseqüência tanto de um transbordamento da industrialização nacional, que se iniciou no estado de São Paulo (no início do século passado), quanto parte integrante do elenco de projetos implantados sob a égide do II PND, levados a cabo pelo então governador Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971–1974).

Na análise da consolidação do projeto de modernização e/ou diversificação da economia capixaba, é mister considerar tanto os fatores endógenos – a ação dos agentes políticos locais – quanto os fatores exógenos – por exemplo, as transformações e o aprofundamento do processo nacional de modernização da agricultura implementado principalmente a partir do movimento político-militar de 1964, sobretudo com a implantação do II PND (1974).

Como visto, ao longo desta pesquisa, a escolha do município de Aracruz para “abrigar” o Complexo Paraquímico representado pela empresa Aracruz Celulose S/A levou em consideração três relevantes questões, vinculadas a fatores internacionais, nacionais e regionais.

Em nível internacional, a expansão do mercado de celulose, a insuficiência das reservas florestais nos países tradicionais produtores, o longo prazo de maturação das florestas, as dificuldades em expandir as áreas reflorestadas e o aumento de pressões sociais contra a poluição industrial foram fatores responsáveis por uma primeira reorganização espacial da indústria mundial de celulose que, “[..] ao induzir a busca de novas fontes de matérias-primas, despertou interesses por florestas tropicais”.⁴³⁰

Em âmbito nacional, a implantação do Plano de Metas (1956-1960), do II PND (1974-1979), do I PNPC (1975) e, ainda, uma gama de leis e incentivos fiscais aos “reflorestamentos”, que se iniciaram com a Lei n.º 5.106/66, viabilizaram a constituição e a consolidação da indústria de celulose no País, em especial no estado do Espírito Santo.

⁴³⁰ DALCOMUNI, 1990, p. 113.

No contexto estadual, a ação das forças políticas locais representadas pelo governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, que centrava cada vez mais seus esforços no sentido de promover a modernização e/ou diversificação da economia capixaba; a criação da Lei n.º 5.106/66, que redundou em um forte impulso da atividade de reflorestamento no Estado; as condições edafoclimáticas; uma suposta disponibilidade de terras; a localização privilegiada devido à proximidade dos grandes centros nacionais e uma população nativa com pouca capacidade de fazer frente ao processo de expropriação territorial. Todos esses fatos foram, sem dúvida, determinantes para escolha do estado do Espírito Santo, mais especificamente do município de Aracruz, para “hospedar” a grande indústria de celulose.

A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A no litoral norte do Espírito Santo alterou de forma significativa o *modus vivendi* das populações nativas (índios, quilombolas, posseiros, pequenos produtores agrícolas), impondo a essas populações um rearranjo em seu cotidiano. No caso das comunidades indígenas Tupinikin e Guarani Mbya, a violência cometida, a expropriação de praticamente todo o território pertencente aos índios (40.000ha de terras) desencadearam a luta pela propriedade da terra indígena no estado do Espírito Santo.

Ao analisar a implantação da Aracruz Celulose S/A e a conseqüente luta pelas terras indígenas Tupinikin e Guarani Mbya e pela afirmação étnica dos índios Tupinikin, tidos como “extintos” desde o final do século XIX, nossa pesquisa evidenciou que houve na atuação do Estado (1967 a 1983) capixaba, junto com a empresa Aracruz Celulose, um discurso de modernização e progresso que a nosso ver repetia antigos discursos já bastante conhecidos: o Mito sacrificial do índio e da natureza em prol não mais da civilização, como acontecia na Colônia e no Império, mas em favor da modernização capitalista do Espírito Santo e do Brasil.

Os colonizadores lançaram mão de um argumento religioso que pudesse justificar o massacre, o extermínio, o *encobrimento do Outro*, a fim de levar a civilização cristã às terras descobertas e retirar os índios da condição de selvagens. A esse respeito, foi nossa intenção destacar a dialética intrínseca a esse processo civilizatório, que traz em seu bojo o seu contrário: a barbárie.

Enfim, quando analisamos o processo de desenvolvimento da empresa Aracruz Celulose, não podemos deixar de expor as arbitrariedades que ela cometeu e ainda comete contra as comunidades indígenas, ao invadir e expropriar a terra de seus verdadeiros proprietários, quase sempre com o apoio do aparato repressivo do Estado. Enfatizamos que os argumentos, vinculados ao discurso modernizante da Empresa e do Estado capixaba, estão fundados na lógica do capital. Dessa forma, buscamos sublinhar que essa prática discursiva não é algo que surge com a atuação da Empresa, tampouco com o Estado capixaba em particular. Trata-se de um discurso de longa data, cujos estudos e pesquisas podem ser exemplificados nos esforços acadêmicos de autores, como Bosi (*A dialética da colonização*, 1992), Dussel (*O encobrimento do Outro*, 1993), Ribeiro (*O povo brasileiro*, 1995). Ribeiro esclarece:

Assim é que a Ibéria e a Grã-Bretanha, tão recheadas de duras resistências dos povos que englobam em seus territórios, que jamais conseguiram digerir, aqui deglutem e dissolvem quase tudo. Onde se deparam com altas civilizações, seus povos são sangrados, contaminados, decapitados de suas chefaturas, para serem convertidos em mera energia animal para o trabalho servil. Essa gente desfeita só consegue guardar no peito o sentimento de si mesmos, como um povo em si, a língua de seus antepassados e reverberações da antiga grandeza.⁴³¹

Procuramos demonstrar como ocorreu essa dialética do progresso, do desenvolvimento, da modernização do estado capitalista que, para modernizar, civilizar, precisa exterminar, eliminar a alteridade, o não-idêntico, pois o *Outro* (no caso os índios) aparece como um entrave para o progresso, para a modernização e, sem progresso, sem modernização, não há estado capitalista. Contudo, se se argumenta que a civilização é o melhor estágio da humanidade, como pode esse melhor estágio estar fundado sobre a barbárie, sobre o sofrimento, a negação do Outro? Não custa lembrar, aliás, que a origem dos Estados Modernos ocorreu a partir de um desejo de total aniquilação do Outro.

O discurso político-econômico do Governo Capixaba que comandava o Estado no período de implantação da empresa Aracruz Celulose, em consonância com esta, de tão esclarecedor, de tão racional, portanto portador de uma verdade universal, transformou-se em um mito: o *mito da modernização*. É como se o *Estado*

⁴³¹ RIBEIRO, 1995, p. 68.

Salvacionista, conforme argumenta Ribeiro, pudesse elevar o padrão de vida dos cidadãos. Estes, ao terem emprego, teriam renda e poderiam consumir. No ato de consumo, movimentariam o comércio, e este, ao escoar as mercadorias, faria com que a indústria produzisse mais. Tudo estaria resolvido. Eis o modelo (o discurso é esse) perfeito para a utópica sociedade capitalista.

A nosso ver, “a conta a pagar” foi alta demais. Além do sangrento processo de tentativa de extermínio e exclusão das comunidades indígenas, que são os verdadeiros proprietários de parte considerável das terras ocupadas pela Aracruz Celulose S/A, não se pode deixar de enfatizar os enormes danos ambientais ocasionados pela Empresa (como, por exemplo, a poluição do ar e da água resultante da liberação de resíduos sólidos e líquidos na água e no ar). Por sua vez, os benefícios, do ponto de vista da condição humana, foram apenas superficiais, pois toda a infra-estrutura que se instalou como “progresso” volta-se ao funcionamento e desenvolvimento da própria instituição empresarial. Citando Vieira: “É como se a fábrica e seu entorno fosse um sistema fechado cujo mecanismo de *feedback* fosse a própria máquina e não o ser humano”.⁴³²

Nosso esforço foi tentar recuperar a trajetória de inserção do estado do Espírito Santo à corrente modernizante hegemônica mundial. Na pesquisa, ressaltamos as forças atuantes em todos os níveis, desde a política estadual/nacional/internacional até o ponto oposto, que é o indígena em seu resistente esforço para não sucumbir ao *incivilizado* processo civilizatório, que se impõem quando se implanta um Grande Projeto de Desenvolvimento.

A partir do processo de investigação, podemos concluir, também, que o dilema dos povos indígenas se situa no âmbito da problemática da reforma agrária. Esta, por sua vez, é aqui entendida não apenas como mera redistribuição de terras a pequenos agricultores, mas como medida política destinada a reconhecer a concepção que da terra têm diferentes grupos sociais e étnicos, sem a qual sua sobrevivência fica comprometida.⁴³³ No Brasil moderno, ressalta Martins, o próprio capital impôs a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. Desse modo, não há dúvidas quanto ao “[...] caráter anticapitalista das diferentes

⁴³² VIEIRA, 1990, p. 89.

⁴³³ MARTINS, 1991, p. 24.

modalidades de lutas pela terra levadas à frente por trabalhadores do campo, sejam índios ou brancos”.⁴³⁴

Nossa intenção foi problematizar a modernização brasileira e, em particular, a capixaba trazendo para o foco de análise mais um ponto de vista: a do Estado. É hora de superarmos os estreitos limites da modernização autoritária e conservadora que marcou o desenvolvimento econômico e social do estado do Espírito Santo e, encarmos o desafio de construir um processo de desenvolvimento mais democrático.

⁴³⁴ MARTINS, 1991, p. 56.